



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Banco e FNE

Em R\$ MIL

Posição: 31.12.2017



Demonstrações Financeiras

B A N C O

Em R\$ MIL

Posição: 31.12.2017

1. PALAVRA DO PRESIDENTE

O Banco do Nordeste contratou 4,9 milhões de operações, em 2017, no valor de R\$ 26,4 bilhões, o que representa acréscimo de 19,3% em relação ao exercício de 2016. Desse montante, R\$ 15,97 bilhões são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Trata-se da maior aplicação anual já realizada com recursos do Fundo, 42,1% superior a do ano passado.

O Lucro Operacional de 2017 apresentou crescimento de 160% em relação a 2016, alcançando a cifra de R\$ 1,1 bilhão, ante R\$ 442,4 milhões apresentados no ano anterior. O lucro líquido do Banco alcançou R\$ 681,7 milhões, recursos que retornam para a Região, na medida em que o Banco retroalimenta o sistema de financiamento da economia regional.

Esse resultado independeu da continuidade da seca na Região e do cenário econômico desafiador, evidenciando a importância de um banco de desenvolvimento no financiamento às atividades produtivas em todos os 1.990 municípios de onze estados (Nordeste, norte dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo).

O Banco também ampliou esforços no sentido de que 79,9% das aplicações do FNE (exceto Infraestrutura) fossem direcionadas às microrregiões prioritárias classificadas como baixa renda, estagnadas e dinâmicas, segundo critérios da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Mantendo-se em posição de destaque no segmento de microfinanças, o Banco do Nordeste financiou, por intermédio do Crediamigo, programa de microfinança urbana, R\$ 8,05 bilhões, em 2017, representando aumento de 1,24% em relação ao desembolso em 2016. No total, foram 4,03 milhões de operações, com média de 16 mil desembolsos ao dia.

Por meio do Agroamigo, programa de microcrédito rural, foram contratados R\$ 2,32 bilhões, de 518,7 mil operações, correspondendo a crescimento de 17,7% em relação aos valores contratados em 2016. Destaque-se, ainda, o aumento da bancarização viabilizada pelo Programa, com a abertura de 329.554 contas correntes em 2017.

Importante ressaltar também o lançamento de produtos e serviços que garantem agilidade e simplificação na tomada de crédito. Assim é que, em 2017, o Banco do Nordeste lançou produtos como os simuladores de crédito associados aos *Cartões BNB* e *BNB Agro*; o *Giro BNB Digital*, que oferta crédito rotativo e pré-aprovado a empresas varejistas; e o aplicativo *Agroamigo Móvel*, desenvolvido para uso em dispositivos móveis para elaboração de propostas de crédito de clientes Pronaf Grupo B.

Fato significativo foi a regularização de dívidas, que contribuiu para o resgate da dignidade e da cidadania de produtores rurais. Os benefícios concedidos, por exemplo, pela Lei nº 13.340/2016 e pela Resolução CMN nº 4.591/2017 colaboraram para a regularização de dívidas, no montante de R\$ 7,94 bilhões, por meio de 295.466 operações, entre essas 271.408 operações com o *funding FNE*.

O Banco também melhorou sua eficiência operacional (gestão das despesas administrativas em relação ao conjunto da margem da intermediação financeira e das receitas de prestação de serviços). Com base nessa relação, registrou-se, em 2017, melhoria em 16 pontos percentuais em relação ao exercício de 2016.

As despesas totais com aprovisionamento de crédito foram menores em 39,1% quando comparadas com o exercício de 2016, proporcionando significativa melhoria na margem da intermediação financeira e, consequentemente, nos níveis de eficiência operacional.

Em 2017, o Agroamigo recebeu, por conta da aplicação do Agroamigo Móvel, que deu mais agilidade ao processo de liberação do crédito, o Prêmio Agrobanco, concedido pela Associação Latinoamericana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (Alide).

É dessa forma que, entre avanços, conquistas e aprendizados, e com o empenho e o compromisso de todos os funcionários, o Banco do Nordeste apresenta os resultados de suas ações em 2017, consciente de que 2018 exigirá mais esforços na missão precípua de ser o Banco de desenvolvimento da Região.

Romildo Carneiro Rolim
Presidente

1.1 Destaques:

Apresentamos a seguir os destaques em ações, reconhecimentos e premiações alcançados pelo Banco do Nordeste em 2017.

Ações:

- ✓ Implantação pela Ouvidoria do Banco do Portal BNB Transparente que visa permitir o acesso a informações de interesse social sobre o Banco.
- ✓ Os Escritórios de São Paulo-SP e Rio de Janeiro-RJ – destinados à promoção de investimentos e atração de novos clientes e negócios – prospectaram financiamentos com recursos do FNE, no valor de R\$ 8,4 bilhões, fomentando principalmente o setor de infraestrutura da Região Nordeste.
- ✓ Lançamento do Programa de Incentivo ao Desligamento (PID) que beneficiou 234 empregados, e contou com orçamento de R\$ 54,2 milhões.

Prêmios/Reconhecimentos

- ✓ Prêmio Agrobanco 2017, concedido pela *Associação Latinoamericana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento* (Alide), concedido ao Programa Agroamigo pelo desenvolvimento da aplicação Agroamigo Móvel, que contribuiu para a melhoria da qualidade das propostas e deu mais agilidade no processo de liberação do crédito;
- ✓ Cartão BNB, produto desenvolvido para desburocratizar o acesso aos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), rendeu ao Banco o “Prêmio Melhores Práticas” da *Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito* (Prêmio ABECS);
- ✓ Reconhecimento, pelo Banco Central, do Banco do Nordeste como a Instituição Financeira com menor número de reclamações junto àquela autarquia, dentre os bancos com mais de 4 milhões de clientes;

- ✓ Ovidoria do Banco do Nordeste na segunda colocação, no primeiro resultado do *Ranking de Qualidade de Ovidorias*, iniciado no 3º trimestre de 2017 e divulgado pelo Banco Central.

2. MODELO DE NEGÓCIOS

O Banco do Nordeste (BNB) aplica recursos na Região por meio das operações de empréstimos e financiamentos e oferece produtos e serviços financeiros aos agentes econômicos, visando produzir resultados que garantam tanto a sua sustentabilidade quanto os interesses da sociedade. O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) é a principal fonte de recursos utilizada pelo Banco.

A solução das grandes questões regionais, a transformação do Nordeste e sua participação mais efetiva no cenário sócioeconômico nacional caracterizam o desafio maior e alvo principal das ações do Banco do Nordeste, como o Banco de desenvolvimento da Região, que atua ampliando oportunidades, fortalecendo os agentes produtivos, produzindo impactos de interesse da sociedade nordestina, gerando empregos, proporcionando melhoria da renda das famílias, promovendo a inclusão social e financeira e atuando em área de grande carência econômica, como o semiárido.

Desde 2009 foi adotado como modelo de negócios a metodologia de gestão de clientes que define a composição de segmentos, observando o agrupamento de características, propostas de valor, ciclo de relacionamento e classificação dos agrupamentos de produtos. Este modelo agiliza o processo de concessão de crédito, diversifica e aumenta a escala dos empréstimos e financiamentos, integrando o relacionamento em diferentes negócios à percepção de valor agregado das ações do Banco, além de desenvolver produtos e serviços voltados especificamente às necessidades dos clientes.

Para alcançar melhor cobertura geográfica e identificar oportunidades de potencializar seus negócios, o Banco realiza sistematicamente estudos de dimensionamento de mercado. O Banco do Nordeste finalizou 2017 com 754 pontos físicos de atendimento, sendo 292 agências e 462 unidades de microcrédito.

3. ESTRATÉGIA EMPRESARIAL

Estratégia é uma “visão” do caminho, ou para onde se deseja conduzir a Instituição, é traduzida em um comprometimento conjunto de instrumentos, responsabilidades e metas, explicitadas em um programa plurianual de políticas, atividades, investimentos e ações, que visam melhorar a qualidade da gestão e a eficiência da aplicação de recursos.

A estratégia deve ser testada em sua consistência e com as identidades e teorias econômicas, ter aderência aos números e coerência com o processo histórico de desenvolvimento da área de atuação do Banco.

As estratégias de negócios do Banco do Nordeste foram definidas a partir das principais tendências do macroambiente econômico, da indústria financeira e dos riscos vislumbrados nos cenários possíveis desenhados para o Brasil e para a sua área de atuação.

3.1 Planejamento Empresarial

O Planejamento Empresarial do Banco é composto pelos planos estratégico, tático e operacional. O primeiro, denominado Planejamento Estratégico, contém a missão, a visão, os valores e as metas quinquenais, bem como os resultados e os impactos esperados com

a ação do Banco para sua área de atuação. O plano tático envolve as ações e atividades da Direção Geral, e o plano operacional das unidades de negócio.

Os resultados esperados são acordados por meio do "Acordo de Gestão", instrumento gerencial que busca a melhoria dos resultados do Banco em um processo de negociação e formalização das responsabilidades entre cada uma das Diretorias e as unidades a elas vinculadas.

O Banco do Nordeste em sua atuação estratégica, destaca:

- ✓ Missão: "Atuar como o Banco de desenvolvimento da região Nordeste".
- ✓ Visão: "Ser o Banco preferido do Nordeste, reconhecido pela sua capacidade de promover o bem-estar das famílias e a competitividade das empresas da Região".

O planejamento no Banco do Nordeste é norteado pelas seguintes premissas: visão corporativa, clareza de rumo, gestão para resultados, participação, continuidade e flexibilidade. A implementação e o êxito da estratégia escolhidos são sustentados pelos princípios seguintes: Meritocracia, Foco nos Clientes e Resultados, Inovação e Integridade.

A construção do Planejamento Empresarial para o período 2017-2021 contemplou:

- ✓ Análise reflexiva dos resultados alcançados no exercício anterior, identificando oportunidades para melhoria;
- ✓ Aspectos legais e regulamentares a que o Banco está sujeito;
- ✓ Pesquisas com públicos externo e interno;
- ✓ Estudos e desenhos de cenários com definição; e
- ✓ Análise dos perfis de riscos das estratégias.

Em 2017, o Banco intensificou o processo de desenvolvimento de produtos e serviços digitais para seus clientes, estimulando melhoria dos indicadores da economia e transformação dos serviços do Banco. Foram priorizados projetos para possibilitar o cadastro e a abertura de conta corrente pela *Internet*, simplificar e virtualizar o processo de concessão de crédito e atender melhor os clientes por canais digitais.

3.2 Planejando o futuro em 2018

Para 2018, o cenário se mostra desafiador face ao montante programado para financiamentos, o que fortalece o propósito do Banco em ampliar estratégias internas e externas, em cooperação com as demais entidades que participam da promoção do desenvolvimento regional, promovendo o necessário suporte creditício para as atividades produtivas.

Assim sendo a mensagem que o Banco do Nordeste traz para a sociedade e seu corpo funcional é que a melhor estratégia é estar preparado para o futuro, ressaltando com isto a necessidade de modernizar-se constantemente em prol do desenvolvimento regional.

Neste sentido, dentre as principais diretrizes que nortearão o Planejamento Estratégico no período de 2018 a 2022 estão:

- ✓ Fazer o FNE cada vez melhor
- ✓ Avançar na liderança do Microcrédito
- ✓ Ser o Banco da pequena e média empresa do Nordeste

3.3 Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) é constituído por recursos públicos destinados ao financiamento de atividades produtivas e tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da sua área básica de atuação, constituída pela região Nordeste e pelo norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Como instituição financeira administradora do FNE, o Banco do Nordeste consolida sua atuação enquanto banco de desenvolvimento da região Nordeste, apoiando empreendimentos produtivos e políticas públicas que impactam as comunidades urbanas e rurais nordestinas, por meio de sua ação creditícia e de fomento.

A ação de crédito com recursos do FNE é norteada por regulamentação específica, direcionando o apoio a prioridades para o desenvolvimento regional e constitui política pública de financiamento, com programação anual de aplicação elaborada pelo Banco do Nordeste de forma participativa com representações dos setores produtivos, órgãos de apoio e entidades governamentais nos estados.

Assim, a alocação dos recursos em termos de público beneficiário, área e setor econômico vincula-se ao alcance dos objetivos do Fundo, às demandas dos estados e aos resultados esperados da ação do BNB enquanto operador e administrador dessa fonte de recursos.

3.4 Desempenho FNE 2017

Baseado na Programação Anual do FNE, o Banco do Nordeste contratou financiamentos em 2017 no montante de R\$ 3,65 bilhões para projetos de Infraestrutura e R\$ 12,32 bilhões para os setores Rural, Industrial, Agroindustrial, de Turismo e Comércio e Serviços, totalizando R\$ 15,97 bilhões no ano. O valor médio por operação foi de R\$ 27.400,51, sendo a distribuição por estado apresentada na Tabela 1.

Tabela 1 - BNB/FNE 2017: Financiamentos - Total e por Estado (R\$ milhões)

UF	Infraestrutura		Demais Setores	
	Valor Contratado	%	Valor Contratado	%
AL	-	-	448,5	3,6
BA	943,2	25,8	3.315,0	26,9
CE	170,2	4,7	1.551,1	12,6
ES	-	-	149,8	1,2
MA	-	-	1.635,3	13,3
MG	-	-	640,2	5,2
PB	176,2	4,8	726,9	5,9
PE	838,5	23,0	1.323,2	10,7
PI	1.104,7	30,3	1.241,4	10,1
RN	406,8	11,1	695,3	5,6
SE	10,4	0,3	594,0	4,8
Total geral	3.649,97	100,0	12.320,88	100,0

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento (2017).

Em que pese o contexto restritivo imposto pela continuidade da seca na região Nordeste e da crise econômica nacional, as diversas ações internas de aprimoramento no processo de crédito e nos programas de financiamento, assim como externas, de comunicação, prospecção e negociação, viabilizaram o incremento de 42,1% do volume de recursos de contratações em 2017, em relação a 2016, ano em que o montante financiado foi de R\$ 11,24 bilhões.

Em termos de quantidade de operações, com incremento de 8,2% em relação a 2016, foram contratadas, em 2017, 582.867 operações de financiamentos a produtores rurais, empreendedores individuais e empresas, com cobertura de 100% da área do FNE, com contratações em todos os 1.990 municípios, em 11 estados, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 - FNE: Contratações por Setor Econômico (R\$ milhões)

Setor	2016		2017		Variação % Valor 2017/2016
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	
Rural	508.757	6.067,70	549.166	6.358,9	4,8
Comércio e Serviços	25.963	2960,8	29.616	4.824,0	62,9
Industrial	3.230	1468,6	3.450	922,0	-37,2
Turismo	571	345,8	592	216,0	-37,7
Infraestrutura	2	397,6	43	3.650,0	818,0
Total	538.523	11.240,5	582.867	15.970,9	42,1

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento (2017).

Em relação à desconcentração espacial dos financiamentos do FNE em 2017, pelo Banco do Nordeste, destacam-se não apenas os resultados expressivos no apoio aos menores portes, 65% do total, e o crédito em todos os 1.990 municípios da área de abrangência do Fundo, mas também o financiamento no montante de R\$ 4,7 bilhões para empreendimentos do Semiárido.

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) preconiza o apoio a subespaços regionais, objetivando a redução das desigualdades regionais e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento.

Nesse sentido, deve ser ressaltado que o total de contratações para o Semiárido superou a meta anual sendo, ainda, superior em 14,6% ao montante financiado em 2016, crescimento gerado principalmente por elevação do total dos financiamentos a agricultores familiares (Pronaf), produtores rurais empresariais e micro e pequenas empresas (MPEs), nessa ordem.

Os financiamentos às microrregiões prioritárias (Baixa Renda, Estagnada, Dinâmica), subespaços também previstos na PNDR, atingiram um montante de R\$ 9,8 bilhões, cerca de 79,9% dos financiamentos anuais do FNE, exceto Infraestrutura; enquanto as Regiões Integradas de Desenvolvimento (Rides) registraram contratações de R\$ 464,2 milhões, superando o projetado de R\$ 380,0 milhões.

Para a consecução desses resultados, várias ações externas, em especial junto aos empreendimentos de menor porte foram realizadas pelo Banco do Nordeste, dentre as quais podem ser destacadas em 2017 as seguintes: a oitava edição do FNE Itinerante, série de encontros de divulgação, promoção e atendimento negocial às micro e pequenas empresas (MPEs) e aos microempreendedores individuais (MEIs) priorizando municípios interioranos alinhados aos critérios da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Durante esses eventos, são apresentadas informações e simulações de financiamento, bem como são realizados atendimentos presenciais pelas agências do BNB, seus gerentes e agentes de desenvolvimento, o que inclui cadastramento bancário e agendamento de visitas

gerenciais, além de articulações locais de fortalecimento da cooperação com parceiros públicos e privados locais.

Participam também desses encontros, o Ministério da Integração Nacional (MI) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), como parceiros institucionais, além do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae), as Prefeituras e, conforme a realidade de cada localidade, outras entidades, tais como a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), o Conselho Regional de Contabilidade (CRC), dentre outras que também contribuem na mobilização e prestação de serviços ao público-alvo dos encontros.

Desde a sua primeira edição, em 2010, foram realizados mais de 820 eventos FNE Itinerante nos onze estados financiáveis, atendendo a mais de 50 mil participantes, preferencialmente em municípios interioranos, do semiárido e sem agência física do BNB.

Para 2018, o Plano de Aplicações do FNE, aprovado pela Diretoria do Banco e submetido ao Conselho Deliberativo da Sudene (Condel/Sudene), prevê recursos da ordem de R\$ 30 bilhões, sendo: R\$ 14,5 bilhões como programação específica para projetos de infraestrutura, R\$ 14,8 bilhões na programação padrão, para os demais setores e R\$ 0,7 bilhão destinados ao financiamento de estudantes de curso superior da região, por meio do Financiamento Estudantil (FIES).

3.5 Desafios FNE 2018

O ano de 2018 traz novidades para a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Pela primeira vez, desde a sua criação, os Fundos Constitucionais de Desenvolvimento Regional dispõem de uma regra não discricionária para a formação de seus encargos. A novidade foi trazida pela Medida Provisória (MP) n.º 812 de 27 de dezembro de 2017, com especial destaque para o papel do Coeficiente de Desequilíbrio Regional (CDR) como componente de precificação dos encargos desses fundos. O CDR para computo dos encargos do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) equivale a razão entre a renda domiciliar média da região Nordeste e a renda domiciliar média brasileira. Tal fator de desconto incide sobre o componente prefixado da Taxa de Longo Prazo (TLP), a taxa de referência utilizada pelo BNDES para operações contratadas, com crédito direcionado, fora da área de atuação da PNDR. O avanço é considerável, pois haverá maior previsibilidade da trajetória futura dos juros do FNE. Tal mecanismo garantirá ainda que, permanecendo as desigualdades regionais, os encargos do FNE sempre sejam diferenciados, como estabelecido pela Constituição Federal.

Taxas de juros regionais mais competitivas é uma condição necessária, mas não suficiente para redução das desigualdades regionais. Tais desigualdades serão reduzidas à medida que os diferenciais de produtividade entre as regiões também sejam eliminados.

O ano de 2018 será especialmente desafiador, dados os diferenciais de taxas trazidos pelos fatores de programa da MP n.º 812, além dos convênios recentemente assinados com Finep e Embrapli. Finalmente, no quesito Instituições, o Banco do Nordeste mantém seu compromisso histórico de cooperação e diálogo com todos os demais formuladores e gestores de políticas públicas, de modo a aperfeiçoar a coordenação de ações e a efetividade das políticas e programas.

Finalmente, espera-se para o ano de 2018 um movimento significativo de inclusão e recuperação financeira das famílias da Região. Neste sentido, podemos destacar três fatores fundamentais: (a) os efeitos da Lei n.º 13.340/2016, de regularização de dívidas rurais; (b) a queda da inadimplência decorrente da recuperação econômica esperada; e (c) a ampliação das operações de microcrédito urbano (Crediamigo) e rural (Agroamigo). Todos os fatores aqui reportados, associados a recuperação econômica esperada para o ano, faz de 2018 um ano promissor em termos de perspectivas para o Desenvolvimento Regional.

4. ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO

4.1 Fundos Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento

Como parte de seu papel de indutor do desenvolvimento regional, o Banco do Nordeste apoia estudos técnicos, projetos de pesquisa, difusão e inovação tecnológica por meio da concessão de recursos não reembolsáveis do Fundo de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação (Fundeci) e do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR).

No exercício de 2017, o Banco do Nordeste apoiou, com recursos não reembolsáveis do Fundeci, 22 (vinte e dois) convênios, totalizando R\$ 4,0 milhões, viabilizando o desenvolvimento de projetos de pesquisa e difusão tecnológica, bem como a realização de eventos de caráter técnico-científico.

Dentre os convênios celebrados em 2017, merecem destaque os referentes à realização das seguintes pesquisas: a) “Validação e Difusão de Tecnologia para Tratamento de Água no Semiárido”; b) “Sistema Aerofotogramétrico para Otimização do Cadastro Ambiental Rural (CAR)”; c) “Prospecção de Microrganismos do Manguezal para Remediação de Áreas Contaminadas por Hidrocarbonetos e Agrotóxicos Orgânicos” e “Desenvolvimento de Nanobioinseticida Preparada a Partir do Óleo Essencial de Laranja com Aplicação no Controle de Insetos na Agricultura”.

4.2 Sustentabilidade

Em continuidade ao seu modelo de gestão que busca a sustentabilidade de seus negócios, o Banco do Nordeste desenvolveu diversas ações de responsabilidade socioambiental. As principais ações são destacadas a seguir:

- Desenvolvimento de ações constantes no Plano de Ação da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) do Banco do Nordeste, disponível na Internet: <https://www.bnb.gov.br/politica-de-responsabilidade-socioambiental>.
- Destinação de recursos de incentivos fiscais a projetos sociais no âmbito do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA), da Lei de Incentivo ao Esporte e do Fundo dos Direitos do Idoso e Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon). Sendo que em 2017, foram inscritos 58 projetos em favor de 4 programas sociais, assim distribuídos: 17 para o Edital do Idoso, 32 para o FIA, 5 para o Esporte e 4 para o Pronon.
- Contratação de 11.440 operações de financiamento relacionadas ao meio ambiente e à inovação, alcançando o montante de R\$ 612,2 milhões por meio dos programas ambientais FNE Verde, Pronaf Semiárido, Pronaf Floresta, Pronaf Eco, Pronaf Agroecologia e FNE Inovação.

4.3 Política de Desenvolvimento Territorial

A materialização da Política de Desenvolvimento Territorial do Banco do Nordeste se concretiza notadamente por meio do Programa de Desenvolvimento Territorial (BNB Prodeter).

O BNB Prodeter foi criado para promover o desenvolvimento local e territorial da Região e elevar a competitividade das atividades econômicas da área de atuação do Banco do Nordeste. Os objetivos do Prodeter são: fortalecer as cadeias produtivas e incorporar

inovações tecnológicas em atividades produtivas, potencializando a participação dos agentes econômicos locais na elaboração de Planos de Desenvolvimento das atividades produtivas. A primeira etapa do Prodeter foi iniciada em 2016 com a elaboração de Planos de Ação de atividades produtivas em 21 territórios em todos os estados da área de atuação do Banco. Em 2017 foram incluídos 50 novos territórios no Prodeter.

5. DESEMPENHO

5.1 Desempenho econômico-financeiro

Resultado

O Lucro Operacional de 2017 apresentou crescimento de 160% em relação a 2016, alcançando a cifra de R\$ 1,1 bilhão, ante R\$ 442,4 milhões apresentados no ano anterior. Esse expressivo crescimento teve como principais fatores a redução das despesas com aproviosionamentos para créditos de liquidação duvidosa, inclusive as decorrentes de coobrigação com o FNE, e o crescimento da margem financeira proporcionadas pela redução nos custos de captação e pela elevação das receitas oriundas das renegociações e liquidações de operações de crédito com base na Lei 13.340/2016. No entanto, por conta da realização líquida de créditos tributários de R\$ 326,3 milhões, o Lucro Líquido do Exercício, ficou 6,9% menor que o alcançado em 2016, importando em R\$ 681,7 milhões, que representou um resultado de R\$ 7,89 por ação. Tal realização de créditos tributários teve como principais motivos os seguintes: redução nas despesas com provisões; maior nível de recuperação de créditos baixados como prejuízo; e o aumento de perdas de operações de crédito, oriundas da PCLD, para fins fiscais da Lei 9.430/96.

Ativos Totais

Os ativos globais do Banco do Nordeste totalizaram R\$ 54,0 bilhões, ao término de 2017, representando um acréscimo de 16,7% em relação ao final de 2016. Estão incluídos nos ativos do BNB os valores relativos aos recursos disponíveis do FNE (R\$ 16,7 bilhões) e os recursos comprometidos com operações de crédito desse Fundo, ou seja, relativos a operações contratadas e que aguardam liberação de recursos (R\$ 5,9 bilhões). O crescimento dos saldos de ativos do BNB em dezembro de 2017, em comparação com dezembro do ano anterior, foi influenciado, principalmente, pelo incremento observado no conjunto dos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários. Tal incremento teve como principal fator o aumento de R\$ 5,9 bilhões no conjunto das disponibilidades e recursos comprometidos do FNE.

Já em relação aos saldos de operações de crédito da carteira própria do BNB, líquidos de provisões para créditos de liquidação duvidosa, verificou-se redução de R\$ 2,0 bilhões na comparação entre 2017 e 2016. As principais movimentações de 2017, em relação aos saldos findos em 2016, na carteira de crédito, foram as seguintes: redução de R\$ 1,8 bilhão em operações de crédito com recursos internos (exceto Crediamigo e Poupança BNB); crescimento de R\$ 313,8 milhões nas Captações Externas (Câmbio); redução de R\$ 195,1 milhões no saldo de aplicações com recursos da BNDES e FINAME e incremento no saldo de operações do Programa Crediamigo no valor de R\$ 93,3 milhões. No que se refere aos saldos totais de ativos do FNE em dezembro de 2017, observou-se crescimento de 10,5% (R\$ 74,5 bilhões em 2017; R\$ 67,4 bilhões em 2016) decorrente, basicamente, do ingresso de R\$ 7,0 bilhões oriundos do Tesouro Nacional. Ao serem comparadas as posições de 31.12.2017 e 31.12.2016, percebe-se um acréscimo de 2,0% nos saldos de aplicações em operações de crédito do FNE (retificados por provisões) e de 35,6% no conjunto das disponibilidades e recursos comprometidos.

Tabela 3 – Ativos Globais (R\$ milhões)

Especificação	BNB		FNE	
	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017
Disponibilidades, Aplicações Interfinanceiras e TVM ^(*)	30.498,7	39.952,1	11.295,8	16.719,0
Recursos Comprometidos com Operações de Crédito	0,0	0,0	5.369,5	5.871,6
Relações Interfinanceiras	287,2	584,1	2.222,9	2.394,8
Operações de Crédito	11.138,4	9.099,5	48.530,3	49.505,9
Outros Créditos	4.150,4	4.194,5	9,2	9,4
Outros Valores e Bens	31,8	32,0	0,9	0,8
Permanente	214,6	184,8	-	-
Total	46.321,1	54.046,9	67.428,6	74.501,5

^(*) Estão incluídos neste item os recursos disponíveis e os comprometidos com operações de crédito do FNE

Títulos e Valores Mobiliários

Na posição 31.12.2017, o saldo da carteira de Títulos e Valores Mobiliários, correspondeu a R\$ 26,4 bilhões.

Em atendimento à Circular nº 3.068, de 08.11.2002, editada pelo Banco Central, o Banco do Nordeste elaborou fluxo de caixa projetado para fins de classificação da carteira de Títulos e Valores Mobiliários. Esse fluxo de caixa demonstra que há disponibilidade de recursos suficientes para o cumprimento de todas as obrigações e políticas de concessão de créditos sem a necessidade de alienação dos títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos Até o Vencimento”. Dessa forma, a Alta Administração do Banco declara que a instituição tem a capacidade financeira e a intenção de manter os títulos classificados nessa categoria até o vencimento.

Disponibilidades do FNE

O saldo das disponibilidades do FNE alcançou, ao término de 2017, a cifra de R\$ 16,7 bilhões, representando um crescimento de R\$ 5,4 bilhões em relação ao saldo existente no final de 2016. O saldo dos recursos comprometidos com operações de crédito teve crescimento de 9,4%, alcançando R\$ 5,9 bilhões em 31.12.2017. O aumento das disponibilidades decorre do fato de o ritmo das aplicações, por conta da redução da atividade econômica, ainda ser menor que o de novos ingressos e reembolsos. Estes últimos, no ano de 2017, alcançaram a cifra de R\$ 11,4 bilhões ante R\$ 10,2 bilhões em 2016.

Patrimônio Líquido e Rentabilidade

O Banco do Nordeste apresentou, em 31.12.2017, um Patrimônio Líquido de R\$ 3,5 bilhões. O Capital Social importava em R\$ 2,8 bilhões representado por 86.371.464 ações escriturais ordinárias, sem valor nominal, integralizadas. A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido médio, no ano de 2017, foi de 19,8% a.a.

Índice de Adequação Patrimonial

Em relação ao cumprimento das regulamentações determinadas pelo Banco Central do Brasil, relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas em seu conjunto por Basileia III, o Banco do Nordeste tem cumprido os requisitos mínimos de capital estipulados, o que garante ao Banco uma margem para continuar expandindo os seus negócios. Os detalhes da situação do Banco frente a esses requerimentos, na posição de 31.12.2017, podem ser vistos na Tabela 4 a seguir:

Tabela 4 – Requerimentos Mínimos de Capital (R\$ milhões)

Especificação	31.12.2016	31.12.2017
Patrimônio de Referência (PR)	6.099,9	6.300,0
. Nível I	4.109,0	4.115,7
. Nível II	1.990,9	2.184,3
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	38.048,6	39.615,6
Valor do RBAN	2.624,5	2.353,5
Margem sobre o ACP Requerido	1.588,3	1.243,6
Índices de Basileia:		
. Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%)	10,80%	10,39%
. Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 6,0%)	10,80%	10,39%
. Índice de Basileia (Requerimento mínimo de 9,25%) (*)	16,03%	15,90%
. Índice de Basileia incluindo RBAN	15,00%	15,01%

(*) O requerimento mínimo do Índice de Basileia era de 9,875% em dezembro/2016.

Fonte: Diretoria de Controle e Risco – Superintendência de Controle Financeiro

5.2 Desempenho Operacional

Volume de Contratações

Em 2017, o Banco do Nordeste contratou o montante de R\$ 26,4 bilhões em toda sua área de atuação, representando acréscimo de 19,3% em relação ao ano de 2016, e um total de 4,9 milhões de operações.

Os financiamentos de longo prazo, que englobam investimentos rurais, industriais, agroindustriais, infraestrutura, comércio e serviços foram responsáveis por 62,5% dos recursos contratados, somando R\$ 16,5 bilhões – crescimento de 35,7% em comparação com o ano anterior.

Já os empréstimos de curto prazo, destinados aos produtos Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Capital de Giro, Cartão de Crédito, Conta Garantida, Câmbio, e Desconto, bem como o programa Crediamigo, atingiram o valor de R\$ 9,9 bilhões, decréscimo de 0,6% em relação a 2016, conforme apresentado na Tabela 5.

Tabela 5 - Contratações de Operações de Crédito (R\$ milhões)

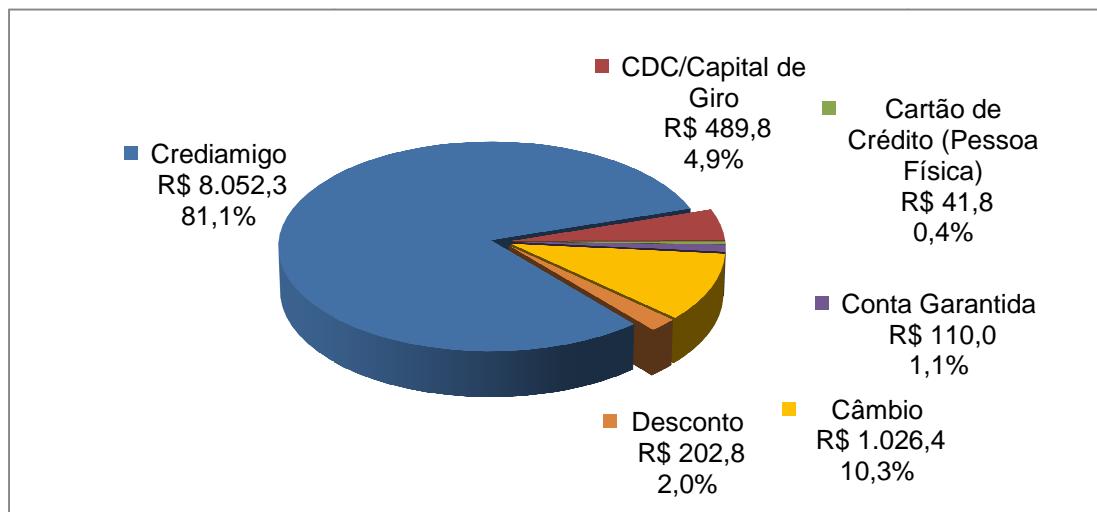
Tipo	2016		2017		Variação Valor
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	
Longo Prazo	558.595	12.174,5	595.984	16.517,8	35,7%
Curto Prazo	4.452.423	9.983,8	4.283.540	9.923,1	(0,6%)

Total	5.011.018	22.158,3	4.879.524	26.440,9	19,3%
--------------	------------------	-----------------	------------------	-----------------	--------------

Fonte: Diretoria de Controle e Risco – Superintendência de Controle Financeiro

Em relação aos empréstimos de curto prazo (Figura 1), que representaram 37,5% do volume contratado (R\$ 9,9 bilhões), destacam-se o programa de microcrédito urbano do BNB, Crediamigo, responsável por 81,1% das contratações (R\$ 8,1 bilhões) e o produto Câmbio, para incentivo às exportações e importações nordestinas, que somou R\$ 1,0 bilhão – acréscimo de 51,5% em relação ao ano de 2016.

Figura 1 – Empréstimos de Curto Prazo em 2017 por Produto/Programa (R\$ milhões)



Fonte: Diretoria de Controle e Risco – Superintendência de Controle Financeiro

Do valor total de operações de crédito de longo prazo contratadas em 2017, o montante de R\$ 16,0 bilhões foram oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), um crescimento de 42,1% em comparação ao ano anterior.

Os clientes de pequeno porte foram responsáveis pela metade do valor financiado, ou seja, R\$ 7,9 bilhões. Os clientes de grande porte foram os que apresentaram maior percentual de evolução, chegando a R\$ 5,5 bilhões, devido, principalmente, aos recursos investidos em obras de infraestrutura em parques de energias renováveis, como eólica e solar, conforme apresentado na Tabela 6.

Tabela 6 - FNE - Contratações por porte (R\$ milhões)

Porte	2016		2017		Variação Valor
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	
Pequeno	536.629	6.858,4	580.292	7.993,3	16,5%
Médio	1.486	1.387,1	2.014	2.469,2	78,0%
Grande	408	2.995,0	561	5.508,4	83,9%
Total	538.523	11.240,5	582.867	15.970,9	42,1%

Fonte: Diretoria de Controle e Risco – Superintendência de Controle Financeiro

Eficiência Operacional

Registra-se que o Banco do Nordeste apresentou melhoria em sua eficiência operacional caracterizada pela gestão das despesas administrativas em relação ao conjunto da margem da intermediação financeira e das receitas prestação de serviços. A análise dos resultados nesta relação demonstra uma melhoria em 9,3 pontos percentuais, já que o número alcançado em 2017 foi de 68,2% frente aos 77,5% atingidos em 2016.

As despesas administrativas, no exercício de 2017, apresentaram um acréscimo de 6,3% em relação ao exercício de 2016, representando um volume adicional de R\$ 186 milhões. Os fatores que mais contribuíram com essa elevação foram os reajustes anuais de salários, e a implementação do Programa de Incentivo ao Desligamento de funcionários que implicou em despesas de R\$ 54,2 milhões, mas que serão recuperadas em menos de 12 meses pela redução nos custos com folha de pagamento e encargos sociais, proporcionada pela saída dos 234 funcionários. Além da inflação do período, as despesas dos contratos com locação e serviços de Tecnologia de Informação, e com a operacionalização do microcrédito rural e urbano também contribuíram neste acréscimo.

Contudo a significativa elevação das margens financeiras proporcionou melhorias significativas na eficiência. Enquanto as receitas de intermediação financeira permaneceram em patamares similares aos alcançados em 2016, e as receitas de prestação de serviços atingiram o montante de R\$ 2,3 bilhões em 2017, as despesas de captação e as despesas com empréstimos e repasses, em conjunto, caíram R\$ 111,7 milhões. Somadas a essa redução de custos, as despesas totais com aprovisionamento de crédito foram menores em 39,1% quando comparadas com o exercício de 2016, proporcionando significativa melhoria na margem da intermediação financeira e, consequentemente, nos níveis de eficiência operacional. A redução das despesas com aprovisionamento de crédito tiveram como motivos: a revisão e melhoria da administração de crédito com ênfase no acompanhamento sistemático das provisões nos diversos níveis institucionais, iniciados em 2016; a redução da carteira de crédito; e as liquidações e renegociações de dívidas com base na Lei 13.340/2016.

Captação de Recursos

O Banco do Nordeste apresentou, em 31.12.2017, saldo de captação de recursos de R\$ 8,5 bilhões, redução de 2,9% (R\$ 255,2 milhões) em relação ao saldo apresentado em dezembro/2016, alinhada com a estratégia de melhor ajustar os níveis de captações às necessidades de recursos. Os depósitos à vista apresentam um saldo de R\$ 239,9 milhões e os depósitos a prazo totalizam R\$ 5,9 bilhões, redução de 3,1% em relação ao ano anterior. Destaque para os depósitos de poupança, com saldo de R\$ 2,3 bilhões e evolução de 7,8% em 12 meses. O saldo das letras de crédito do agronegócio (LCA) apresenta um decréscimo de 41,7%, decorrente principalmente da redução das captações no período.

Os valores de depósitos e LCA de dezembro/2017 e dezembro/2016 são detalhados na Tabela 7, a seguir:

Tabela 7 – Captações de Recursos 2017 (R\$ milhões)

Captações	Dez/16	Dez/17	Variação
Depósitos a Vista	346,0	239,9	-30,7%
Depósitos de Poupança	2.113,3	2.277,5	7,8%
Depósitos a Prazo	6.038,0	5.850,9	-3,1%
Letra de Crédito do Agronegócio	302,7	176,5	-41,7%
Total	8.800,0	8.544,8	-2,9%

Fonte: Banco do Nordeste, Diretoria de Controle e Risco

Distribuição e Gestão de Fundos de Investimento

No final de 2017, o patrimônio líquido dos fundos de investimento alcançou o saldo de R\$ 6.255,1 milhões, um crescimento de 15,4% em relação ao final de 2016. Na mesma posição, o Banco do Nordeste executava a gestão de 22 fundos de investimento, com 70.695 cotistas, uma evolução de 7,5% em relação ao ano anterior. A receita com taxa de administração dos fundos de investimento totalizou R\$ 34,8 milhões no ano de 2017, um incremento de 15,2% em relação a 2016.

5.3 Desempenho por Segmento

Agricultura Familiar

O Banco do Nordeste é o principal agente financeiro na região Nordeste do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), atualmente com carteira ativa de R\$ 8,67 bilhões, e 1,79 milhão de operações. Em 2017, foram 542 mil financiamentos contratados, no valor total R\$ 2,85 bilhões, o que representa 105,6% da meta estabelecida para o período. Do montante aplicado, 68,9% compreendem financiamentos no semiárido. Em comparação ao ano anterior, verifica-se incremento de 15,8% no volume de recursos aplicados e de 8% na quantidade de operações contratadas, incluindo as operações realizadas pela metodologia Agroamigo (Programa de Microcrédito Rural - Agroamigo).

Programa de Crédito Fundiário

O programa Combate à Pobreza Rural é formado por dois subprojetos: Subprojeto de Aquisição de Terras (SAT), que financia a aquisição de imóvel rural, e o Subprojeto de Investimentos Comunitários (SIC), que financia, de forma não reembolsável, os investimentos comunitários complementares à associação de agricultores contemplados com o SAT. Por sua vez, o programa Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) financia aquisição de imóvel rural com as benfeitorias existentes, assim como a realização de investimentos de infraestrutura básica e produtiva.

No exercício de 2017 foram realizadas 166 operações pelo SAT, as quais somaram R\$ 6,29 milhões e 26 contratos de repasse SIC no montante de R\$ 7,77 milhões. Pelo Programa de Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) foram contratadas 7 operações, no valor de R\$ 408,8 mil.

Pequeno e Miniprodutor Rural

Em 2017, o Segmento de Pequeno e Miniprodutor Rural, que atende os produtores rurais, pessoas físicas, com faturamento bruto anual até R\$ 3,6 milhões, contratou 6.141 operações de crédito, o que representa um acréscimo de 6% em relação às contratações realizadas no ano de 2016. Os recursos aplicados, oriundos do FNE, correspondem a R\$ 1,145 bilhão, superando a meta estabelecida para o período em 9%.

Microempreendedor Rural

O Banco do Nordeste foi pioneiro na concepção da metodologia própria de microfinanças rurais com o Programa Agroamigo, lançado em 2005, considerando a importância da agricultura familiar para a região de atuação, tendo inicialmente como público-alvo os

agricultores familiares enquadrados na faixa de menor renda do Pronaf. Atualmente, o Agroamigo atende os agricultores familiares por meio de duas modalidades: o Agroamigo Crescer, voltado aos clientes do Pronaf Grupo B e o Agroamigo Mais, para atendimento aos demais grupos do Pronaf, em operações de até R\$ 15 mil, exceto Grupos A e A/C.

Em 2017, foram financiados R\$ 2,32 bilhões, com a contratação de 518,7 mil operações pelo Agroamigo, o que representa um crescimento de 17,7% em relação aos valores contratados em 2016. O Agroamigo atingiu uma carteira ativa de R\$ 4,1 bilhões e mais de 1,36 milhão de operações. Os valores e quantitativos realizados pelo Agroamigo estão contidos nas informações relacionadas ao segmento Agricultura Familiar.

Microempreendedor Urbano

O Banco do Nordeste atua no segmento de microfinança urbana por meio do Programa Crediamigo que desembolsou em 2017 o valor de R\$ 8,05 bilhões. A quantidade de desembolsos alcançou 4,03 milhões de operações. O Crediamigo possuía, ao final de 2017, mais de dois milhões de clientes com empréstimos ativos. A capacidade operacional do Crediamigo apresentou a média de 16 mil desembolsos ao dia. A inadimplência, representada pelos empréstimos em atraso superiores a 90 dias em relação à carteira ativa, situou-se em 1,56%. Outra importante participação do Crediamigo diz respeito à bancarização, uma vez que o Programa abriu 329.554 contas correntes no decorrer do ano de 2017. As contas correntes dos clientes do Crediamigo não estão sujeitas à cobrança de tarifa.

Micro e Pequena Empresa (MPE)

O segmento de micro e pequenas empresas (MPE) conta com o Banco do Nordeste no apoio ao crédito, em sintonia com as diretrizes governamentais, notadamente às que regem o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), assim como ao disposto na Lei Complementar Nº 123, de 14.12.2006, que determina às instituições financeiras oficiais o direcionamento de suas ações para apoio às MPE, composto por empresas com faturamento bruto ano até R\$ 3,6 milhões.

Em 2017 foi financiado o montante de R\$ 2,6 bilhões em contratações com o segmento MPE por meio de suas linhas de crédito de longo e curto prazo sendo R\$ 2,4 bilhões com recursos do FNE, referente às operações de longo prazo e R\$ 229,7 milhões em operações de crédito de curto prazo utilizando, neste caso, recursos internos.

O Banco do Nordeste atendeu 24.626 micro e pequenas empresas. O setor de comércio foi o principal beneficiado, sendo atendido com R\$ 1,4 bilhão em contratações, correspondendo a 59,5% dos recursos do FNE aplicados pelo Banco do Nordeste neste segmento. Na região do Semiárido, que é um dos subespaços prioritários da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), foram contratadas, somente com recursos do FNE, 15.409 operações, o que representa 54,0% do total de operações efetivadas.

Corporate

Em 2017, o Banco do Nordeste encerrou o ano com 690 clientes Corporate, segmentação esta que contempla as empresas com faturamento bruto anual superior a R\$ 200 milhões. Neste ano o segmento contratou R\$ 2,59 bilhões em operações com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), superando em 46,8% o volume contratado no mesmo período em 2016, sendo 62,9% destinado ao setor de infraestrutura. Com relação ao crédito de curto prazo, inclusive operações de câmbio, foi contratado o volume de R\$ 950 milhões.

Agronegócio Pessoa Física

Em 2017, o valor total das contratações de operações no Segmento Agronegócio, que atende os produtores rurais com faturamento bruto anual acima de R\$ 3,6 milhões, foi de R\$ 1,239 bilhão com recursos do FNE, distribuído em 521 operações. O montante corresponde a 101,05% da meta estabelecida para 2017.

Pessoa Física

O Segmento Pessoa Física, até novembro de 2017, obteve uma expansão de 13% na base de clientes com negócios, alcançando saldo médio de R\$ 246,5 milhões em operações de Crédito Comercial.

Governo

Os clientes do segmento Governo estão representados pelos entes integrantes da administração pública, direta e indireta, com todos os seus respectivos órgãos, com exceção das empresas da administração pública indireta, categorizadas como “não dependentes”, conforme legislação vigente. Em 2017, as carteiras do segmento de Governo estavam compostas por 1.939 clientes, atingiram um saldo médio de R\$ 1,00 bilhão em captação de recursos e um saldo devedor de operações de crédito da ordem de R\$ 691,3 milhões.

Empresarial

O segmento empresarial é composto por empresas de pequeno-médio, médio e grande portes, abrangendo as pessoas jurídicas com faturamento anual superior a R\$ 3,6 milhões até R\$ 200,0 milhões. Ao final de 2017, o Banco alcançou o quantitativo de 12.420 clientes com perfil do segmento empresarial, uma evolução de 61,74% frente ao número apresentado no final de 2016.

Em 2017, as carteiras do segmento empresarial apresentaram os seguintes resultados: contratações de crédito de curto prazo e comércio exterior no montante de R\$ 879,46 milhões, queda de 40% frente ao ano anterior; contratações de crédito de longo prazo, incluindo operações com recursos do FNE no valor de R\$ 5,59 bilhões, alcançando um desempenho 119% superior a 2016. A captação de recursos do BNB alcançou em 2017 R\$ 2,9 bilhões, o que representa um incremento de 11,53% em relação ao saldo médio do final do ano anterior.

As aplicações totais (com todas as fontes) no segmento empresarial em 2017 somaram R\$ 6,47 bilhões, sendo: R\$ 795 milhões em Agronegócios; R\$ 2,65 bilhões em Comércio e Serviços; R\$ 1,00 bilhão em Indústria e R\$ 2,02 bilhões em Infraestrutura.

5.4 Recuperação de Crédito

O ano de 2017 veio com uma grande oportunidade de regularização de dívidas, em particular de produtores rurais sofridos com as estiagens dos últimos anos, através dos adventos da Lei nº 13.340/2016 e da Resolução CMN nº 4.591/2017.

Os valores auferidos em 2017 com a recuperação de crédito registraram o montante de R\$ 7,94 bilhões, propiciando recebimentos em espécie na ordem de R\$ 875,45 milhões. Foram regularizadas 295.466 operações, sendo 271.408 operações com a fonte FNE e 24.058 com fonte Não FNE, refletindo, assim, nos melhores números da história do Banco do Nordeste.

Coube ao Banco um forte e representativo esforço conjunto de suas equipes com vistas à implementação de soluções simplificadoras de normas e processos em todos os setores, de comunicação aos produtores e principalmente das ações das Agências e das Gerências de Reestruturação de Ativos com vistas a viabilizar o maior número de renegociações possível, resgatando, dessa forma, a dignidade e cidadania dos produtores dos diversos segmentos.

6. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Governança no Setor Público é compreendida como “um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para AVALIAR, DIRECIONAR e MONITORAR a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade” (disponível em: <http://www.tcu.gov.br/governanca>).

Neste sentido, o Banco do Nordeste como entidade da Administração Pública Indireta mantém, em sua estrutura de Governança Corporativa, órgãos que visam avaliar, direcionar e monitorar a sua gestão. Nesta ordenação estão presentes o Conselho de Administração – assessorado pelos Comitês de Auditoria e de Remuneração e pela Auditoria Interna – a Diretoria Executiva e uma Comissão de Ética.

A estrutura de Governança Corporativa do Banco, disponível em <https://www.bnb.gov.br/estrutura-organizacional>, está assim apresentada:

- ✓ Assembleia Geral;
- ✓ Conselho de Administração;
- ✓ Diretoria Executiva;
- ✓ Conselho Fiscal;
- ✓ Comitê de Auditoria;
- ✓ Comitê de Remuneração;
- ✓ Auditoria Interna;
- ✓ Controles Internos;
- ✓ Comissão de Ética;
- ✓ Auditoria Externa.

A estrutura de governança do Banco está definida em seu Estatuto Social, que é o instrumento que regulamenta as relações sociais dentro das companhias de capital aberto, disponível na Internet em <http://www.bnb.gov.br/estatuto-social>.

Além do próprio Estatuto Social, o Banco dispõe dos Regimentos Internos da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria, como balizadores das ações e práticas de seus Colegiados Estatutários. Esses documentos estão em harmonia com os demais normativos e leis vigentes e são importantes instrumentos da Governança Corporativa, na medida em que fortalecem o processo decisório e a dinâmica administrativa e operacional do Banco.

Nas relações institucionais estabelecidas pelo Banco, é observado o Código de Conduta Ética do Banco do Nordeste, disponibilizado na Internet para todos os interessados. Esse código se destaca como sendo o principal instrumento orientador da ética empresarial na

Instituição. Em consonância com dois valores básicos da Instituição, acesso e transparência das informações, também está normalizada a arquitetura organizacional do Banco, compreendendo suas unidades organizacionais, subordinação, atribuições, organograma e distribuição do quantitativo de vagas. O Banco possui mecanismos de gestão que adotam as melhores práticas de Governança Corporativa, garantindo efetividade e independência na gestão dos riscos e controles internos.

Internamente a política de tomada de decisões se dá de modo colegiado em todas as suas unidades com o propósito de assegurar o fortalecimento e proporcionar maior segurança à governança da Instituição. Para tanto, são utilizados comitês, subcomitês e comissões de nível estratégico, que visam à mitigação dos riscos associados ao processo de tomada de decisão.

6.1 Auditoria

A Superintendência de Auditoria do Banco do Nordeste tem como propósito a avaliação dos processos de gerenciamento de riscos, controles e governança, visando adicionar valor à organização e reportando à alta administração a eficácia do sistema de controle interno. Utiliza a metodologia de auditoria de processos com foco em riscos, por meio da qual vem aprofundando o conhecimento dos processos do Banco, contribuindo com a melhoria das estruturas de controle, de forma independente e objetiva.

Em 2017, a Auditoria interna realizou trabalhos de avaliação, com destaque para: (a) Sistema de Controles Internos; (b) objetos de natureza legal, a exemplo de: Contabilidade, Programa Estratégico, Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Programa de Integridade, Termo de Parceria e Risco de Mercado e Liquidez; e (c) objetos do processo de crédito (Cadastro, Concessão, Administração e Recuperação de Crédito).

6.2 Controles Internos

A Estrutura de Controles Internos do Banco do Nordeste tem como pilares as boas práticas de governança corporativa; a integridade das pessoas e seus valores éticos; compromisso de seus empregados em atuar com o foco nos objetivos empresariais e transparência; estrutura organizacional que garanta a segregação de funções e que possibilite à adequada delegação de autoridade e de atribuições; além das políticas e práticas de gestão de riscos, conformidade (*compliance*) e segurança da informação.

Os objetivos da Estrutura de Controles Internos no BNB são: a) manter os riscos inerentes aos processos, produtos, serviços e sistemas do Banco dentro dos limites das políticas de gestão de riscos vigentes; b) testar e avaliar a aderência da instituição ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos órgãos de supervisão e, quando aplicáveis, aos códigos de ética e de conduta; c) monitorar o fluxo de informações para garantir a consistência na tomada de decisão e da prestação de contas; e d) contribuir para a otimização dos resultados empresariais.

A Assembleia Geral de Acionistas, o Conselho de Administração, auxiliado pelo Comitê de Auditoria e pela Auditoria Interna, juntamente com o Conselho Fiscal, constituem a esfera superior da Governança do Banco do Nordeste. No plano diretor, a Diretoria Colegiada é o órgão gestor da Estrutura de Controles Internos, tendo o Diretor de Controle e Risco, como responsável perante a autoridade monetária nacional, pela gestão de riscos, controles internos e conformidade (*compliance*).

Os comitês de decisão e/ou de avaliação são também componentes essenciais da estrutura de gestão de controles e riscos, especializados que são para diversas naturezas de

assuntos. Acrescenta-se aos diversos comitês especializados, o Comitê de Integridade e Ética do Banco que tem como atribuição, dentre outras, fiscalizar a aplicação da Política de Integridade do Banco, determinando a adoção de providências e de ações necessárias para o aprimoramento dos mecanismos de integridade da Instituição.

A Comissão de Ética do Banco do Nordeste também exerce importante papel na Estrutura de Controles Internos, pois tem como atribuição promover o Código de Conduta Ética e de representar o cidadão (cliente ou não) dentro do ambiente empresarial, inclusive mediando conflitos e atuando para a melhoria dos processos internos da instituição.

A segregação de funções também é outro diferencial. É aplicada com o intuito de atender aos princípios e às boas práticas de governança corporativa e às exigências da regulação, sem prejuízo da integração dos processos, cabendo, nesse sentido, destacar que: a) a gestão dos recursos de terceiros encontra-se totalmente apartada das ações de gerenciamento dos recursos do Banco; b) as atividades de controle de operações de crédito são desenvolvidas em ambiente distinto e independente da área de negócios; c) as funções de avaliação de risco são segregadas daquelas afetas à concessão do crédito; d) a elaboração / renovação dos cadastros dos clientes, instrução das propostas de concessão e de renegociação de créditos são apartadas da área de negócios; e) as atividades de tesouraria do Banco estão separadas das atividades de gestão de Fundos de Investimento; e f) as atividades de criação de modelos e métodos para gestão dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional estão separadas das atividades de gestão dos negócios.

As atividades de controladoria e de contabilidade também estão segregadas, possibilitando melhor repartição quanto às funções de controladoria, planejamento tributário e orçamento, bem como melhor adequação das atividades referentes à gestão contábil-financeira dos recursos do FNE.

Integra, ainda, a Estrutura de Controles Internos do Banco do Nordeste, o conjunto de políticas, normas e procedimentos que servem à formalização de decisões e ações administrativas, como também de orientação para a execução das atividades nos diferentes níveis da organização e que estão disponíveis ao amplo acesso dos empregados da Instituição.

Como instituição gestora de recursos públicos, o Banco do Nordeste tem também o compromisso com a sociedade de pautar a sua atuação no mercado de forma social e ambientalmente responsável, coibindo a prática de fraude e corrupção. Para isso, o Banco desenvolve ações de Integridade e Ética, que funcionam como instrumentos da boa governança, envolvendo: postura ética, prática vigilante dos controles internos, sustentabilidade, transparência e integridade da organização, de seus colaboradores, parceiros ou das partes relacionadas.

Ao elaborar e publicar em 2017 a Política de Conformidade (*Compliance*), o Banco do Nordeste reforçou ainda mais o compromisso com a conformidade de seus processos e com a integridade de suas operações junto ao seu corpo de empregados, às autoridades constituídas, aos seus clientes e com a sociedade em geral.

Neste sentido, foi criado em 2017, ainda, em conformidade com a Lei Federal nº 12.846, o Comitê de Processo Administrativo de Responsabilização (Compar). Trata-se de um colegiado específico com as seguintes atribuições:

- a) Propor, para aprovação pela Diretoria Executiva, as políticas, diretrizes e procedimentos para prevenir e combater a corrupção.
- b) Instaurar, julgar e arquivar a matéria objeto do Processo Administrativo de Responsabilização (PAR).
- c) Designar comissão investigadora e/ou comissão processante para conduzir a investigação, o processo de responsabilização e emitir parecer para julgamento.

- d) Suspender cautelarmente os efeitos do ato ou do processo objeto da investigação.
- e) Encaminhar relatório final do PAR, emitido pela comissão, aos órgãos seguintes, para os casos em que seja verificada a ocorrência de eventuais ilícitos a serem apurados em outras instâncias: Ministério Público, Advocacia-Geral da União (AGU) e seus órgãos vinculados e órgão de representação judicial não abrangido pela AGU.
- f) Apurar e julgar conjuntamente, nos mesmos autos, os atos previstos como infrações administrativas à Lei nº 8.666, de 1993, ou a outras normas de licitações e contratos da administração pública que também sejam tipificados como atos lesivos na forma da Lei nº 12.846, de 2013.

A Estrutura de Controles Internos do Banco do Nordeste oferece, portanto, segurança razoável aos Administradores do BNB de que os objetivos relacionados à eficiência e à eficácia operacional, à confiabilidade das informações financeiras e operacionais, ao cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis e à proteção dos ativos do Banco estão sendo atingidos, contemplando, ainda, as boas práticas de Governança Corporativa adotadas pelo mercado e indicados por órgãos reguladores e fiscalizadores.

Com isso, o conjunto de todas as políticas e diretrizes orientam o Banco do Nordeste pela transparéncia de seus atos com os acionistas, o mercado e a sociedade, pelo cumprimento das leis, normas e regulamentos do sistema financeiro nacional e pela gestão institucional efetivada em modelos que garantam o cumprimento da missão, a continuidade da organização e a geração de resultados favoráveis e sustentáveis.

7. GESTÃO DE RISCOS

A Política Corporativa de Gestão de Riscos do Banco do Nordeste incorpora, como princípio essencial, a manutenção de sistema de gestão de riscos estruturado e integrado às atividades gerenciais da instituição. Nesse sentido, disponibiliza informações que subsidiam as diversas instâncias decisórias do Banco a avaliar os riscos envolvidos e destina-se a orientar a gestão dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional que se interpõem à consecução dos objetivos empresariais. Para isso, estabeleceu-se regras baseadas em princípios e boas práticas de governança corporativa, implantadas sob a orientação da superior administração do Banco e dos órgãos supervisores.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos, controles internos e segurança corporativa apresenta-se unificada no nível estratégico e específica quanto às suas unidades negociais e de suporte, observando o princípio da segregação das atividades. As unidades e suas responsabilidades básicas referentes à gestão de riscos, controles internos e segurança corporativa encontram-se descritas a seguir:

- Conselho de Administração - Aprovar políticas de riscos, controles internos e segurança corporativa;
- Diretoria Executiva - Definir políticas de riscos, controles internos e segurança corporativa e submetê-las ao Conselho de Administração; aprovar limites operacionais e metodologias de gestão de riscos;
- Diretoria de Controle e Risco - Coordenar a implementação das políticas de risco, controles internos e segurança corporativa; monitorar o desempenho das áreas gestoras de riscos, controles internos e segurança corporativa;
- Comitê de Gestão de Riscos - Apreciar e encaminhar à instâncias superiores matérias relacionadas à gestão de riscos;

- Subcomitê Tático-Operacional de Gestão de Riscos - Tomar decisões de caráter tático-operacional que ofereça subsídios para o Comitê de Gestão de Riscos;
- Superintendência de Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos - Coordenar a gestão operacional dos riscos, controles internos e segurança corporativa e monitorar os seus resultados;
- Ambiente de Gestão de Riscos - Gerenciar, em nível corporativo, os riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional; propor a definição de metodologias e modelos de gestão de riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional; promover a disseminação da cultura de gestão de riscos no Banco;
- Unidades gestoras dos produtos, serviços, sistemas e processos expostos aos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional - Gerenciar os riscos relacionados aos produtos, serviços, sistemas e processos que administram, e respectivos controles, de acordo com as metodologias e modelos definidos.

Na gestão do risco de crédito, destacam-se os seguintes procedimentos: a) Utilização de modelo próprio de gestão de risco de crédito; b) Estabelecimento e monitoramento de limites máximos de exposição por cliente/grupo econômico; c) Monitoramento do risco de concentração da Carteira de Crédito; d) Realização de teste de estresse da carteira de crédito; e) Aplicação do modelo de mensuração de perdas em conformidade com o International Financial Reporting Standards (IFRS); f) Atualização do Índice de Reajuste para Bens Imóveis (IRBI); g) Monitoramento das operações aprovadas pelos Comitês Estaduais especificamente quanto ao objetivo de manter no mínimo 80% da carteira de crédito nos níveis de risco de "AA" até "C"; h) Monitoramento da movimentação entre classes de rating da carteira de crédito (índices de mobilidade e estabilidade); e i) Monitoramento do risco de crédito da carteira dos fundos de investimentos sob gestão do Banco.

No tocante à gestão do risco operacional, destacam-se as seguintes atividades: a) Identificação de riscos operacionais nos processos da instituição e solicitação de implementação de ações mitigadoras; b) Aplicação da Autoavaliação de Riscos e Controles nos Processos de negócios e de suporte da Instituição; c) Qualificação de eventos de perdas operacionais observando a Arquitetura Organizacional vigente; d) Realização do cálculo da Parcela de Alocação de Capital – Modelo Básico BIA; e e) Acompanhamento da Implementação do Plano de Providências - Ações Mitigadoras de riscos operacionais nos processos da Instituição.

Na gestão do risco de mercado e de liquidez, destacam-se as seguintes ações: a) Cálculo do valor das exposições ao risco de mercado no Banco; b) Cálculo das parcelas de risco de mercado referentes aos ativos ponderados pelo risco (RWA) e do risco das taxas de juros da carteira bancária (RBAN), utilizadas no cálculo do requerimento mínimo de capital; c) Monitoramento dos indicadores de liquidez do Banco; c) Controle diário das exposições e limites dos recursos gerenciados pela tesouraria; d) Elaboração dos ajustes prudenciais ao apreçamento de ativos do BNB, conforme regulamentação do Banco Central; e) Monitoramento dos riscos de mercado e liquidez das carteiras de fundos de investimentos sob a gestão do Banco do Nordeste; f) Realização de Testes de estresse, análises de sensibilidade e testes de aderência dos modelos utilizados na gestão de riscos de mercado e liquidez.

O processo de gestão de riscos do Banco do Nordeste fundamenta-se, portanto, na observação da legislação vigente, na adoção das boas práticas de mercado e no uso de modelos metodológicos definidos e documentados, passíveis de serem testados quanto à consistência, confiabilidade e transparência dos resultados.

8. RELACIONAMENTOS

8.1 Relacionamento com cliente

O Banco do Nordeste adaptou sua política de relacionamento com clientes à luz da Resolução nº 4.539/2016 do CMN, visando a proporcionar melhor atendimento ao cliente e consolidação de imagem institucional de credibilidade, segurança e competência.

Dentre os canais de relacionamento disponibilizados, destacamos:

O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), criado pela Lei de Acesso à Informação, presta atendimento por transparência ativa (disponível em <http://www.bnb.gov.br/acesso-a-informacao>) e transparência passiva (disponível em <http://www.bnb.gov.br/acesso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic>).

O Centro de Relacionamento com Clientes e de Informação ao Cidadão realizou 2.897.070 atendimentos em 2017, sendo: 318.912 atendimentos por telefone (SAC e CAC); 102.822 por canais multimeios (SIC, e-mail, redes sociais, consumidor.gov, sítios de reclamações); 90.920 boletos emitidos a pedido dos clientes; 2.384.416 atendimentos ativos incluindo: orientação empresarial para negócios, cobranças de administração de crédito e seguros, monitoramento de oportunidades de relacionamento e negócios, monitoramento da segurança bancária, renovação de seguros e gestão do atendimento eletrônico.

Ouvidoria

Atua como última instância de atendimento às reclamações dos clientes e usuários de seus produtos e serviços, e dos cidadãos em geral. É o principal canal de comunicação para a recepção de denúncias, sejam provenientes do público externo ou interno, que são registradas e encaminhadas às instâncias responsáveis pela sua análise e apuração. Recebe sugestões e elogios sobre todos os aspectos que permeiam as atividades da instituição, sempre em busca na excelência no atendimento aos produtos e serviços oferecidos pelo Banco do Nordeste. A Ouvidoria funciona como canal de mediação de conflitos entre o público e a instituição, e contribui na melhoria e na correção de deficiências em processos, produtos e serviços, a partir da emissão de Recomendações de Ouvidoria para as demais áreas do Banco, com base na análise de todas as manifestações recebidas.

De acordo com o Banco Central, o Banco do Nordeste manteve-se como a Instituição Financeira com menor número de reclamações junto àquela autarquia, dentre os bancos com mais de 4 milhões de clientes. O ranking é formado a partir das demandas registradas pelo público e considera bancos comerciais, múltiplos, cooperativos, de investimento, filiais dos bancos estrangeiros, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento (SCFI) e administradoras de consórcio. No primeiro resultado do Ranking de Qualidade de Ouvidorias, iniciado no 3º trimestre de 2017 e também divulgado pelo Banco Central, a Ouvidoria do Banco do Nordeste figura na segunda colocação; este novo ranking objetiva disponibilizar à sociedade informações qualitativas sobre o desempenho das ouvidorias das instituições financeiras.

Em 2017, a Ouvidoria conduziu a implantação do Portal BNB Transparente, que visa permitir o acesso a informações de interesse social sobre o Banco, tais como investimentos sociais e culturais, financiamentos e pesquisas e contratos administrativos, bem como dados de contratações de operações de crédito lastreados por recursos públicos, disponibilizados por meio de painéis interativos pelos quais podem ser obtidos mapas e gráficos com informações estatísticas daquelas operações.

8.2 Experiência Digital e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

A estrutura da experiência do cliente envolve os canais tradicionais de atendimento ao cliente e as novas interfaces digitais. A experiência digital do cliente tem o foco no futuro, inclui serviços de interface de interação com o usuário, a otimização de processos dos sistemas responsáveis pelas regras de negócios e *webservices*.

A Superintendência de Tecnologia da Informação (TI) do Banco tem buscado formas de melhor atender às crescentes demandas das áreas de negócio, e tem cada vez mais direcionado esforços para o desenvolvimento de tecnologias de digitalização dos produtos e serviços (*digital banking*). Ao gerar soluções de TI com mais qualidade, colabora diretamente para o alcance dos resultados corporativos, agrega valor à organização e promove o crescimento dos negócios.

A eficiência dos investimentos em TI é otimizada com foco na redução dos custos das operações de crédito e microcrédito, e no aumento do uso de canais eletrônicos. Como resultado do contínuo investimento do Banco na melhoria da experiência digital do cliente pode-se destacar que, em 2017, do volume total de transações do Banco:

- ✓ 41% realizadas em canais digitais (26% em *internet banking* e 15% em *mobile banking*)
- ✓ 29% no auto-atendimento
- ✓ 21% das transações efetuadas diretamente nos caixas das agências, e
- ✓ 9% realizadas com cartão.

8.3 Relacionamento com sociedade

Patrocínio - As ações de patrocínio conciliam diretrizes do Governo Federal com interesses institucionais e mercadológicos, visando a ampliar relacionamentos, divulgar produtos, incrementar negócios e fortalecer a marca. Em 2017, foram destinados R\$ 6,7 milhões a 296 projetos, dos quais 52 culturais e 244 de cunho institucional-mercadológico. Do total de recursos aplicados, 38% tiveram fonte em leis incentivo fiscal.

Cultura - O Banco do Nordeste entende a Cultura como vetor de desenvolvimento e adota as diretrizes de democratização do acesso às manifestações artístico-culturais, apoio à produção, fruição, circulação e formação artístico-cultural e concessão de crédito às atividades econômicas da cultura. Seus três centros culturais (Fortaleza e Cariri, no Ceará, e Sousa, na Paraíba) oferecem à comunidade um espaço democrático de acessibilidade às diversas áreas das artes, mediante realização de programação artístico-cultural gratuita, promovendo a formação de plateias e o desenvolvimento profissional de agentes culturais locais e regionais. Em 2017, os eventos culturais alcançaram público estimado de 494 mil pessoas, nas áreas de artes cênicas (teatro), artes visuais, cinema, literatura, música, oficina de formação, atividades infantis e tradição cultural.

8.4 Relacionamento com empregados

O Banco do Nordeste encerrou 2017 com 6.925 empregados, 346 Bolsistas de Nível Médio, 780 Bolsistas de Nível Superior e 451 Jovens Aprendizes em seu quadro. Foram ofertadas 29.978 oportunidades de capacitação, sendo 24.803 referentes à Comunidade Virtual de Aprendizagem (educação à distância), 5.002 em cursos presenciais e 173 oportunidades de educação formal.

Em 01.03.2017 o Banco do Nordeste implantou o ponto eletrônico, ferramenta que permite, tanto ao Banco quanto aos seus empregados, a automatização e controle da jornada de trabalho. Tal iniciativa decorre de acordo coletivo específico assinado com as entidades representativas dos empregados (Contraf e Contec).

No segundo semestre de 2017, foi implementado o Programa de Incentivo ao Desligamento (PID) objetivando a otimização de despesas para uma maior eficiência operacional por meio do incentivo ao desligamento dos empregados que atendiam determinadas condições expressas em regulamento próprio. Referido Programa oportunizou o desligamento de 234 empregados.

9. ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA DOS EMPREGADOS

9.1 Camed

A Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Camed Saúde), criada em 1979, é integrante do Grupo Camed, em conjunto com a Camed Administradora e Corretora de Seguros Ltda. e a Creche Paulo VI. A Camed Saúde dispõe de uma carteira de 38.366 beneficiários e está presente nas regiões Nordeste e Sudeste, norte de Minas, além do Distrito Federal.

Em 2017 o resultado da Camed Saúde foi superavitário em R\$ 732 mil, conforme apresentado no quadro a seguir. Esse resultado foi inferior ao ano de 2016 em 94%, em função principalmente da elevação dos custos com serviços Médicos, Hospitalares, Odontológicos e Afins os quais tiveram um crescimento de 18% em relação ao ano anterior, representando um incremento de R\$ 39 milhões, enquanto que a Receita Operacional com mensalidades e taxas cresceu apenas 6%, correspondendo a R\$ 10 milhões, conforme apresentado na Tabela 8. Ao longo do exercício a administração da Entidade buscou outras alternativas para equilíbrio econômico-financeiro, buscando racionalização de despesas administrativas, de redução do custo assistencial e incorporação de outras receitas como por exemplo as decorrentes da participação societária em outras empresas.

Tabela 8 – Desempenho Econômico da Camed Saúde (R\$ mil)

Captações	Acumulado 2017 (A)	Acumulado 2016 (B)	(A/B) - 1	(A-B)
Receitas Totais	240.358	241.872	-1%	(1.514)
Despesas Totais	239.626	229.930	4%	9.696
Resultado	732	11.941	-94%	(11.210)

Fonte- Gerência de controladoria da CAMED

Já a Camed Corretora, está presente em todo o Brasil, por intermédio das Agências do Banco, encerra o ano de 2017 com um resultado positivo de R\$ 6,2 milhões, representado um crescimento de 39% em relação ao exercício anterior, conforme apresentado na Tabela 9. Esse resultado decorre principalmente da evolução das receitas operacionais de comissões da vendas de seguros de R\$ 34 milhões em 2016 para R\$ 41 milhões em 2017, representando um crescimento de 18% no ano.

Tabela 9 – Desempenho Econômico da Camed Corretora (R\$ mil)

Captações	Acumulado 2017 (A)	Acumulado 2016 (B)	(A/B) - 1	(A-B)
Receitas Totais	43.944	37.414	17%	6.530
Despesas Totais	37.706	32.921	15%	4.785
Resultado	6.238	4.492	39%	1.746

Fonte- Gerência de controladoria da CAMED

9.2 Capef

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste (Capef) é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), criada em 1967, que administra um patrimônio de R\$ 4,27 bilhões na posição de 31.12.2017. A Capef possui 12.162 participantes e beneficiários assistidos. Estes participantes estão agrupados em dois planos previdenciários: um de benefício definido – Plano BD, plano fechado para ingresso de novos participantes e outro de contribuição variável – Plano CV I, criado em 2010.

O Plano BD encerrou 2017 com 1.525 participantes ativos, 3.798 aposentados e 1.244 pensionistas e obteve, nesse ano de 2017, uma rentabilidade de 9,74% equivalente a 126,82% da sua meta atuarial de 7,68% (INPC + 5,50% ao ano).

O Plano CV I é um plano que está em fase de acumulação de reservas. Em 2017, esse plano obteve uma rentabilidade de 10,03% equivalente a 116,49% de sua meta atuarial de 8,61% (IPCA + 5,50% ao ano). Este plano encerrou o ano com 5.372 participantes ativos, 188 aposentados e 35 pensionistas.

10. INFORMAÇÕES LEGAIS

Em referência à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) n.º 381/03, de 14.01.2003, o Banco do Nordeste informa que a *Ernst & Young Auditores Independentes S/S*, contratada como Auditoria Externa, não prestou, no exercício de 2017, quaisquer serviços que não fossem de auditoria externa.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

SEDE: AV. DR. SILAS MUNGUBA, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ
CAPITAL ABERTO - C.N.P.J. nº 07.237.373/0001-20

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016

Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)

A T I V O

		31.12.2017	31.12.2016
CIRCULANTE		22.276.591	20.985.048
DISPONIBILIDADES	(Nota 5)	161.518	184.575
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(Nota 6.a)	12.931.084	9.465.283
Aplicações no Mercado Aberto		12.787.577	9.314.933
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		143.507	150.350
TITULOS E VALORES MOBILIARIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	(Nota 7)	2.335.215	4.050.575
Carteira Própria		1.458.959	2.907.381
Vinculados a Compromissos de Recompra		876.256	855.690
Vinculados à Prestação de Garantias		-	287.504
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		517.430	221.155
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		8.155	1.190
Créditos Vinculados:			
Depósitos no Banco Central	(Nota 8.a)	506.318	218.335
Repasses Interfinanceiros		-	784
Correspondentes		2.957	846
RELAÇÕES INTERDEPENDENCIAS		84	-
Transferências Internas de Recursos		84	-
OPERAÇÕES DE CREDITO		4.183.701	4.774.641
Operações de Crédito	(Nota 9.a)	4.676.166	5.322.670
Setor Público		186.731	238.571
Setor Privado		4.489.435	5.084.099
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Dúvidosa)	(Nota 9.a)	(492.465)	(548.029)
OUTROS CREDITOS		2.115.657	2.257.019
Carteira de Câmbio	(Nota 10.a)	885.164	612.278
Rendas a Receber	(Nota 10.b)	16.480	13.921
Negociação e Intermediação de Valores	(Nota 10.c)	12	12
Diversos	(Nota 10.d)	1.219.789	1.826.346
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Dúvidosa)	(Nota 10.e)	(5.788)	(195.538)
OUTROS VALORES E BENS		31.902	31.800
Outros Valores e Bens		14.649	14.442
(Provisões para Desvalorizações)		(620)	(613)
Despesas Antecipadas		17.873	17.971
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		31.585.567	25.121.511
TITULOS E VALORES MOBILIARIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	(Nota 7)	24.524.324	16.798.301
Carteira Própria		23.665.336	16.322.718
Vinculados a Compromissos de Recompra		3.091	44.099
Instrumentos Financeiros Derivativos		426.513	403.488
Vinculados à Prestação de Garantias		429.384	27.996
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		66.639	66.075
Créditos Vinculados:			
Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural	(Nota 8.a)	-	6
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	(Nota 8.a)	66.639	66.069
OPERAÇÕES DE CREDITO		4.915.752	6.363.766
Operações de Crédito	(Nota 9.a)	5.368.348	7.051.287
Setor Público		1.041.162	1.141.948
Setor Privado		4.327.186	5.909.339
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Dúvidosa)	(Nota 9.a)	(452.596)	(687.521)
OUTROS CREDITOS		2.078.852	1.893.369
Diversos	(Nota 10.d)	2.106.090	1.922.193
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Dúvidosa)	(Nota 10.e)	(27.238)	(28.824)
PERMANENTE		184.779	214.569
INVESTIMENTOS		1.591	1.909
Outros Investimentos		6.877	7.212
(Provisão para Perdas)		(5.286)	(5.303)
IMOBILIZADO DE USO		163.240	192.757
Imóveis de Uso		169.752	170.087
Reavaliações de Imóveis de Uso		107.132	107.628
Outras Imobilizações de Uso		277.150	273.752
(Depreciações Acumuladas)		(390.794)	(358.710)
INTANGIVEL		19.948	19.903
Ativos Intangíveis		19.948	19.903
TOTAL DO ATIVO		54.046.937	46.321.128

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

PASSIVO

		31.12.2017	31.12.2016
CIRCULANTE.....		21.632.803	16.536.899
DEPOSITOS	(Nota 13.b)	5.410.955	5.949.100
Depósitos a Vista.....		239.932	345.990
Depósitos de Poupança.....		2.277.515	2.113.346
Depósitos Interfinanceiros.....		1.548.266	1.111.078
Depósitos a Prazo.....		1.345.242	2.378.686
CAPTAÇOES NO MERCADO ABERTO	(Nota 13.c)	983.405	966.859
Carteira Própria.....		876.278	896.579
Carteira de Terceiros.....		107.127	70.280
RECURSOS DE ACEITES E EMISSAO DE TITULOS	(Nota 15)	184.357	310.611
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares.....		176.500	302.735
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior.....		7.857	7.876
RELAÇOES INTERFINANCEIRAS.....		317	593
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar.....		317	593
RELAÇOES INTERDEPENDENCIAS.....		5.660	7.181
Recursos em Trânsito de Terceiros.....		5.660	7.170
Transferências Internas de Recursos.....		-	11
OBRIGAÇOES POR EMPRESTIMOS	(Nota 14.b)	951.482	637.742
Empréstimos no Exterior.....		951.482	637.742
OBRIGAÇOES POR REPASSES DO PAIS-INSTITUIÇOES OFICIAIS	(Nota 14.c)	161.679	150.737
Tesouro Nacional.....		187	253
BNDES.....		142.072	125.251
FINAME.....		19.420	25.233
OBRIGAÇOES POR REPASSES DO EXTERIOR	(Nota 14.d)	143.354	141.564
Repasses do Exterior.....		143.354	141.564
OUTRAS OBRIGAÇOES.....		13.791.594	8.372.512
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	(Nota 16.a)	1.453	2.547
Carteira de Câmbio	(Nota 16.b)	9.318	4.022
Sociais e Estatutárias	(Nota 16.c)	138.114	164.522
Fiscais e Previdenciárias	(Nota 16.d)	303.202	618.741
Negociação e Intermediação de Valores	(Nota 16.e)	153	153
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(Nota 16.f)	10.913.835	4.439.550
Diversas	(Nota 16.i)	2.425.519	3.142.977
EXIGIVEL A LONGO PRAZO.....		28.872.097	26.421.734
DEPOSITOS	(Nota 13.b)	6.397.227	4.658.220
Depósitos Interfinanceiros.....		34.623	87.767
Depósitos a Prazo.....		6.362.604	4.570.453
CAPTAÇOES NO MERCADO ABERTO	(Nota 13.c)	3.042	2.778
Carteira Própria.....		3.042	2.778
RECURSOS DE ACEITES E EMISSAO DE TITULOS	(Nota 15)	1.004.912	988.259
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior.....		1.004.912	988.259
OBRIGAÇOES POR REPASSES DO PAIS-INSTITUIÇOES OFICIAIS	(Nota 14.c)	1.358.892	1.518.511
Tesouro Nacional.....		263	198
BNDES.....		1.293.434	1.427.340
FINAME.....		65.195	90.973
OBRIGAÇOES POR REPASSES DO EXTERIOR	(Nota 14.d)	491.871	622.712
Repasses do Exterior.....		491.871	622.712
OUTRAS OBRIGAÇOES		19.616.153	18.631.254
Fiscais e Previdenciárias		42.954	-
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(Nota 16.f)	12.614.943	13.198.250
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	(Nota 18)	2.205.468	2.012.874
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.....	(Nota 16.g)	1.000.000	1.000.000
Diversas.....	(Nota 16.i)	3.752.788	2.420.130
PATRIMONIO LIQUIDO	(Nota 19)	3.542.037	3.362.495
CAPITAL		2.844.000	2.844.000
De Domiciliados no País.....		2.844.000	2.844.000
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO.....		11.769	14.491
RESERVAS DE LUCROS.....		1.685.026	1.157.951
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		(998.758)	(653.947)
TOTAL DO PASSIVO.....		54.046.937	46.321.128

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2017

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

		2º Sem/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA.....		2.619.266	5.403.702	5.438.822
Operações de Crédito.....	(Nota 9.a.2)	1.050.342	2.000.122	2.055.623
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	(Nota 7.b)	1.509.334	3.273.447	3.510.588
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 7.d)	(11.852)	(2.900)	(249.874)
Resultado de Operações de Câmbio	(Nota 11.b)	47.816	110.323	86.983
Resultado das Aplicações Compulsórias	(Nota 8.b)	23.626	22.710	35.502
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA.....		(1.620.439)	(3.777.807)	(4.121.105)
Operações de Captação no Mercado.....	(Nota 13.d)	(476.133)	(1.102.588)	(1.356.044)
Operações de Empréstimos e Repasses.....	(Nota 14.e)	(978.333)	(2.132.844)	(1.991.066)
Provisão para Créditos de Liquidação Dúvida	(Nota 9.e)	(165.973)	(542.375)	(773.995)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA.....		998.827	1.625.895	1.317.717
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(Nota 20)	(139.467)	(477.557)	(875.338)
Receitas de Prestação de Serviços.....		1.092.892	2.249.415	2.248.374
Rendas de Tarifas Bancárias.....		33.503	66.266	60.984
Despesas de Pessoal:		(983.790)	(1.900.347)	(1.804.945)
Despesas de Pessoal.....		(878.563)	(1.695.015)	(1.610.890)
Benefícios Pós-Emprego.....		(105.227)	(205.332)	(194.055)
Outras Despesas Administrativas.....		(638.711)	(1.236.068)	(1.145.621)
Despesas Tributárias.....		(154.503)	(302.304)	(288.492)
Outras Receitas Operacionais.....		1.060.046	1.914.125	2.160.642
Outras Despesas Operacionais.....		(548.904)	(1.268.644)	(2.106.280)
RESULTADO OPERACIONAL		859.360	1.148.338	442.379
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		16.570	14.177	(308)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES.....		875.930	1.162.515	442.071
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(Nota 21)	(468.281)	(437.794)	335.450
Provisão para Imposto de Renda.....		(43.110)	(61.710)	(182.362)
Provisão para Contribuição Social		(34.717)	(49.744)	(149.895)
Ativo Fiscal Diferido.....		(390.454)	(326.340)	667.707
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO.....		(23.945)	(42.976)	(45.450)
LUCRO LÍQUIDO.....		383.704	681.745	732.071
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO.....	(Nota 19.d)	(95.781)	(165.014)	(175.048)
Nº de Ações (em mil)		86.371	86.371	86.371
Lucro Líquido por Ação Básico/Diluído (em R\$).....		4,44	7,89	8,48

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2017
 Direção Geral e Agências no País
 (Valores em R\$ Mil)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS		AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
			CAPITAL	ATIVOS PRÓPRIOS	LEGAL	ESTATUTÁRIAS	
SALDOS EM 31.12.2015	2.844.000	16.621	200.726	397.703	(615.864)	-	2.843.186
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL:							
Ajustes de TVM.....							
Ganhos ou Perdas Atuariais.....							
OUTROS EVENTOS:							
Reavaliação de Ativos:							
Realização de Reserva (Líquido dos efeitos tributários).....							
Reversão de Despesas de Exercícios Anteriores (Líquido dos Efeitos Tributários).....							
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....							
Destinações:							
Reservas.....							
JCP antecipados atualizados monetariamente.....							
Provisão de JCP complementares do exercício.....							
SALDOS EM 31.12.2016	2.844.000	14.491	237.329	920.622	(653.947)	-	3.362.495
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	-	(2.130)	36.603	522.919	(38.083)	-	519.309
SALDOS EM 31.12.2016	2.844.000	14.491	237.329	920.622	(653.947)	-	3.362.495
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES:							
Credores.....							
Devedores.....							
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL:							
Ajuste de TVM.....							
Ganhos ou Perdas Atuariais.....							
OUTROS EVENTOS:							
Reavaliação de Ativos:							
Realização de Reservas (Líquido dos Efeitos Tributários).....							
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....							
Destinações:							
Reservas.....							
JCP antecipados atualizados monetariamente.....							
Provisão de JCP complementares do exercício.....							
SALDOS EM 31.12.2017	2.844.000	11.769	271.416	1.413.610	(998.758)	-	3.542.037
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	-	(2.722)	34.087	492.988	(344.811)	-	179.542
SALDOS EM 30.06.2017	2.844.000	12.829	252.231	1.127.460	(947.998)	-	3.288.522
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES:							
Credores.....							
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL:							
Ajuste de TVM.....							
Ganhos ou Perdas Atuariais.....							
OUTROS EVENTOS:							
Reavaliação de Ativos:							
Realização de Reservas (Líquido dos Efeitos Tributários).....							
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE.....							
Destinações:							
Reservas.....							
JCP antecipados atualizados monetariamente.....							
Provisão de JCP complementares do exercício.....							
SALDOS EM 31.12.2017	2.844.000	11.769	271.416	1.413.610	(998.758)	-	3.542.037
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	-	(1.060)	19.185	286.150	(50.760)	-	253.515

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2017

Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)

	2º Sem/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido do Período.....	383.704	681.745	732.071
Ajustes ao Lucro Líquido:			
Despesas de Depreciação e Amortização.....	19.620	39.835	41.993
Provisão/(Reversão) para Desvalorização de Outros Valores e Bens.....	(5)	6	(12)
Provisão líquida para Créditos de Liquidação Duvidosa	177.029	452.371	762.641
Provisão líquida para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(11.056)	90.004	11.354
Provisão líquida para Garantias Financeiras Prestadas (Riscos do FNE)	127.820	518.204	969.562
Provisão líquida para Garantias Financeiras Prestadas (Riscos do FDNE)	(42)	33	(50)
Provisão líquida para Contingências.....	(49.674)	(33.278)	112.365
Provisão líquida para outras Contingências.....	30.594	37.402	
Passivos Atuariais (Benefícios pós-emprego)	104.512	203.964	193.070
Provisão Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.....	147.780	193.014	277.379
Reversão de Provisão de juros sobre Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.....	-	-	(72.515)
Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	19.949	45.961	63.759
Ativo Fiscal Diferido.....	(390.455)	(326.341)	667.707
Reversão/(Constituição) de Provisão para Perdas em Créditos Vinculados-SFH.....	8.035	(3.671)	23.002
Constituição/(Reversão) de Outras Provisões Operacionais	-	-	18.625
Lucro Líquido Ajustado.....	567.811	1.899.249	3.800.951
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	425.581	(30.005)	(152.858)
Relações Interfinanceiras e Interdependências	(77.504)	(295.048)	(91.534)
Operações de Crédito.....	877.948	1.586.583	298.863
Outros Créditos.....	279.969	192.215	(823.853)
Outros Valores e Bens.....	(8.991)	323	342
Depósitos.....	823.770	1.154.901	(207.186)
Captações no Mercado Aberto	(6.386)	16.811	(701.606)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos.....	(40.706)	(109.602)	(120.602)
Obrigações por Empréstimos e Repasses.....	301.243	36.012	(719.146)
Instrumentos Financeiros Derivativos.....	3.721	(23.024)	206.986
Outras Obrigações.....	1.688.836	5.424.906	4.772.497
Reversão da Reserva de Reavaliação	-	407	
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos.....	(9.051)	(102.399)	(340.158)
Ajuste de Períodos Anteriores.....	16.352	7.215	
CAIXA GERADO/(UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.....	4.842.593	9.758.544	5.922.696
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Inversões em Investimentos.....	321	318	(100)
Inversões em Imobilizado de Uso.....	(2.141)	(19.324)	(22.860)
Inversões em Intangível.....	(45)	(45)	(3.293)
Inversões em Bens Não de Uso Próprio.....	(280)	(679)	(317)
Alienação de Investimentos.....	-	-	57
Alienação(Baixa) de Imobilizado de Uso.....	2.352	9.007	4.123
Alienação de Bens Não de Uso Próprio.....	232	247	181
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda.....	(1.765.750)	(5.934.041)	(8.593.803)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO.....	(1.765.311)	(5.944.517)	(8.616.012)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos.....	(68.983)	(187.360)	(71.376)
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida pagos.....	-	-	(393.390)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital pagos.....	-	(213.928)	
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO.....	(68.983)	(401.288)	(464.766)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	3.008.299	3.412.739	(3.158.082)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No Início do Período.....	9.833.669	9.429.229	12.587.311
No Fim do Período.....	12.841.968	12.841.968	9.429.229
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	3.008.299	3.412.739	(3.158.082)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016
 Direção Geral e Agências no País
 (Valores em R\$ Mil)

	2º	%	31.12.2017	%	31.12.2016	%
RECEITAS	4.107.401		7.836.668		7.028.239	
Intermediação Financeira	2.619.266		5.403.702		5.438.822	
Prestações de Serviços e Tarifas Bancárias	1.126.395		2.315.681		2.309.358	
Provisão para Créditos de Liquidação Dúvida	(165.973)		(542.375)		(773.995)	
Outras Receitas/Despesas	527.713		659.660		54.054	
DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(1.454.466)		(3.235.432)		(3.347.110)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(600.299)		(1.157.810)		(1.064.500)	
Materiais, Energia e Outros	(47.223)		(92.597)		(84.032)	
Serviços de Terceiros	(300.161)		(571.646)		(541.345)	
Outras	(252.915)		(493.567)		(439.123)	
Processamento de Dados e Telecomunicações	(137.858)		(280.795)		(253.034)	
Propaganda, Promoções e Publicações	(23.670)		(36.588)		(25.874)	
Transportes	(16.075)		(29.684)		(27.343)	
Segurança	(30.347)		(60.421)		(56.146)	
Viagens	(7.705)		(14.624)		(13.324)	
Outras	(37.260)		(71.455)		(63.402)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	2.052.636		3.443.426		2.616.629	
RETENÇÕES	(19.620)		(39.835)		(41.993)	
Depreciação, amortização e exaustão	(19.620)		(39.835)		(41.993)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA	2.033.016		3.403.591		2.574.636	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	2.033.016		3.403.591		2.574.636	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2.033.016		3.403.591		2.574.636	
PESSOAL	877.601	43,17	1.682.679	49,44	1.600.801	62,2
REMUNERAÇÃO DO TRABALHO	633.378	31,15	1.202.065	35,32	1.129.295	43,9
Proventos	609.433		1.159.089		1.083.845	
Participação nos lucros	23.945		42.976		45.450	
BENEFÍCIOS	201.833	9,93	395.758	11,63	390.106	15,2
Provisões (Benefícios pós-emprego)	105.227		205.333		194.054	
Benefícios - Outros	96.606		190.425		196.052	
FGTS	42.390	2,09	84.856	2,49	81.400	3,2
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	752.919	37,03	1.000.744	29,40	202.636	7,9
Federais	737.127		969.792		174.585	
Estaduais	17		47		53	
Municipais	15.775		30.905		27.998	
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	18.792	0,92	38.423	1,13	39.128	1,5
Aluguéis	18.792		38.423		39.128	
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	383.704	18,87	681.745	20,03	732.071	28,4
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	95.781	4,71	165.014	4,85	175.048	6,8
União	48.848		84.157		89.275	
Outros	46.933		80.857		85.773	
DIVIDENDOS	0	0,00	0	0,00	0	0,0
União	0		0		0	
Outros	0		0		0	
LUCROS RETIDOS NO PERÍODO	287.923	14,16	516.731	15,18	557.023	21,6

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Índice das Notas Explicativas

Nota 1- O Banco e suas Características	Nota 17- Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital
Nota 2- Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 18- Dívidas Subordinadas
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 19- Patrimônio Líquido
Nota 4- Informações por Segmento	Nota 20- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 5- Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 21- Impostos e Contribuições
Nota 6- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 22- Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 7- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	Nota 23- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 8- Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Nota 24- Participação nos Lucros e Resultados (PLR)
Nota 9- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	Nota 25- Benefícios Pós-Emprego
Nota 10- Outros Créditos	Nota 26- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)
Nota 11- Carteira de Câmbio	Nota 27- Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
Nota 12- Permanente	Nota 28- Gerenciamento de Risco e Índice de Basileia
Nota 13- Depósitos e Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas	Nota 29 - Partes Relacionadas
Nota 14- Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 30- Demonstração do Resultado Abrangente
Nota 15- Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	Nota 31- Outras Informações
Nota 16- Outras Obrigações	

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, com matriz localizada na Avenida Dr. Silas Munguba, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil, e tem por missão: "Atuar como o Banco de Desenvolvimento da Região Nordeste". O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo, exceto a carteira de crédito imobiliário. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). Possui o maior programa de microfinanças da América Latina, consolidado por meio do Crediamigo e do Agroamigo, que facilita o acesso ao crédito a pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços, nas áreas urbana e rural. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas bem como parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638 e 11.941, de, respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo CMN como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco, conforme abaixo:

- CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (Resolução nº 4.144, de 27.09.2012, do CMN);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (Deliberação CVM nº 640, de 07.10.2010);
- CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 12 – Ajuste a Valor Presente (Deliberação CVM nº 564, de 17.12.2008);
- CPC 22 – Informação por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
- CPC 24 – Eventos Subsequentes (Resolução nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (Deliberação CVM nº 760, de 22.12.2016);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Deliberação CVM nº 583, de 31.07.2009);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009);
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Resolução nº 4.424, de 25.06.2015, do CMN); e
- CPC 41 – Resultado por Ação (Deliberação CVM nº 636, de 06.08.2010).

NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do Banco é o Real.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio média em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada período, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio média, sendo as variações reconhecidas no resultado.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo o regime de competência, e considerando o critério "*pro rata temporis*".

c) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas apropriar, estando os recursos disponíveis do FNE classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias da data de aplicação e apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

Os TVM estão registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de *swap* são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços semestrais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela B3 S.A.

Hedge Accounting

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no Exterior por meio do *Eurobonds – Senior Unsecured Notes* de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos (contratos de *swap*) para proteção total (*Hedge de Risco de Mercado*) dos valores do principal captado e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos IFD designados como proteção, o item objeto de *hedge* também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção e o ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge* (registrado como parte do seu valor contábil), são reconhecidos no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, como também é documentada a avaliação da efetividade da operação. Um *hedge* é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor de mercado ou fluxo de caixa atribuído do instrumento de *hedge* compensa as variações no valor de mercado do item objeto de *hedge*, num intervalo entre 80% a 125%.

h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como risco de nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por, no mínimo, cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco de nível H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes.

j) Permanente

Investimentos: estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso: está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Sistemas de Processamento de Dados e Veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%. Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação.

Intangível: composto pelos desembolsos para aquisição de direitos de software que, no momento, encontra-se em fase de implantação, com vida útil estimada em 10 anos, a partir da data de sua disponibilidade para

uso, e terá amortização linear. Quando aplicável, será ajustado por perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

k) Tributos

O encargo do Imposto de Renda (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 no exercício) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) à alíquota de 20% (em conformidade com a Lei nº 13.169 de 06.10.2015, vigorará até 31.12.2018) depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos fiscais diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, decorrentes de provisões para perdas de crédito, provisões para benefícios pós-emprego e ajustes aos valores de mercado de TVM, de IFD, de item objeto de *hedge*.

Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059 de 20.12.2002 e Circular Bacen nº 3.171 de 30.12.2002, esta última estabelecendo os procedimentos para reconhecimento e registro contábil, e estão suportados por estudos técnicos de capacidade de realização (nota nº 21). Aplicam-se, também, as disposições normativas da CVM no que não conflitar com as normas emanadas do CMN e Bacen.

O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

l) Benefícios a Empregados

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável”, além de plano de assistência médica e seguro de vida em grupo, ambos do tipo “benefício definido”.

Para os planos do tipo “benefício definido” e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos em “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, no Patrimônio Líquido.

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado.

m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são reconhecidos pelos valores das exigibilidades, sendo os encargos exigíveis, quando cabíveis, registrados com base no critério “*pro-rata-die*”.

n) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

o) Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes, dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e em conformidade com a Carta Circular nº 3.429, de 11.02.2010, do Bacen.

As provisões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outras causas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela área jurídica do Banco, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota. Esta classificação é realizada com base na análise dos seguintes fatores: i) razoabilidade da fundamentação fática e jurídica da parte adversa; ii) argumentação e fundamentação jurídica desenvolvida pelo Banco; iii) antecedentes de perdas para casos similares; iv) entendimentos dos Tribunais Superiores e dos órgãos de fiscalização acerca do assunto em litígio; v) decisões ocorridas no próprio processo (decisão, sentença, concessão de liminar, antecipação de tutela,

mandado de pagamento ou penhora etc); e vi) existência de falhas operacionais na condução do processo judicial ou administrativo.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Exceto se obrigação legal, para as contingências enquadradas como possíveis e remotas não cabem provisões, conforme disposições legais e regulamentares.

Os ativos e os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

p) Dívidas Subordinadas

As dívidas subordinadas estão registradas pelo custo de aquisição, atualizadas pela taxa extramercado divulgada pelo Bacen quando os recursos estão disponíveis, e, quando aplicados, pelos encargos pactuados com os mutuários.

q) Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, a importância de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado na forma da Lei, conforme disposto no Estatuto do Banco. Os JCP poderão ser imputados aos dividendos.

r) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica, previdência complementar e seguro de vida. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

s) Resultado por Ação

O lucro por ação básico e o lucro por ação diluído do Banco foram calculados dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais. O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído são iguais.

NOTA 4 – Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

a) Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como: operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e

b) FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A performance de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente atingiu 10% ou mais da receita total do Banco, durante os períodos findos em 31.12.2017 e 31.12.2016.

A tabela a seguir apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna “Total”:

Especificação	2º Sem/2017			01.01 a 31.12.2017			01.01 a 31.12.2016		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
Receitas	2.120.061	1.575.821	3.695.882	4.010.893	3.321.112	7.332.005	5.264.818	2.334.339	7.599.157
Receitas de Operações de Crédito	1.050.342	-	1.050.342	2.000.122	-	2.000.122	2.055.623	-	2.055.623
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	577.587	931.747	1.509.334	1.236.609	2.036.838	3.273.447	2.430.958	1.079.630	3.510.588
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	(11.852)	-	(11.852)	(2.900)	-	(2.900)	(249.874)	-	(249.874)
Resultado de Operações de Câmbio	47.816	-	47.816	110.323	-	110.323	86.983	-	86.983
Resultado de Aplicações Compulsórias	23.626	-	23.626	22.710	-	22.710	35.502	-	35.502
Outras Receitas	432.542	644.074	1.076.616	644.029	1.284.274	1.928.303	905.626	1.254.709	2.160.335
Despesas	(706.938)	(1.041.920)	(1.748.858)	(1.783.334)	(2.514.779)	(4.298.113)	(2.168.062)	(2.924.363)	(5.092.425)
Despesas de Captação no Mercado	(476.133)	-	(476.133)	(1.102.588)	-	(1.102.588)	(1.356.044)	-	(1.356.044)
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses	(64.832)	(913.501)	(978.333)	(138.371)	(1.994.473)	(2.132.844)	(38.023)	(1.953.043)	(1.991.066)
Provisão para Créditos de Liquidação Dúvida (Nota 9)	(165.973)	(128.415)	(294.388)	(542.375)	(520.264)	(1.062.639)	(773.995)	(969.562)	(1.743.557)
Outros Passivos Contingentes (Nota 20.g)	-	-	-	-	-	-	(947)	(947)	
Provisão Proagro a Receber	-	(4)	(4)	-	(42)	(42)	-	(811)	(811)
Margem Financeira	1.413.123	533.901	1.947.024	2.227.559	806.333	3.033.892	3.096.756	(590.024)	2.506.732
Rendas de Prestação de Serviços	258.714	834.178	1.092.892	483.443	1.765.972	2.249.415	431.851	1.816.523	2.248.374
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	33.503	-	33.503	66.266	-	66.266	60.984	-	60.984
Pasep e Cofins	(63.600)	(72.962)	(136.562)	(76.834)	(191.803)	(268.637)	(147.789)	(110.840)	(258.629)
Resultado após Tarifas e Comissões	1.641.740	1.295.117	2.936.857	2.700.434	2.380.502	5.080.936	3.441.802	1.115.659	4.557.461
Despesas Administrativas			(1.622.501)			(3.136.415)			(2.950.566)
Despesas de Pessoal			(983.790)			(1.900.347)			(1.804.945)
Depreciação e Amortização			(19.620)			(39.835)			(41.993)
Outras Despesas Administrativas			(619.091)			(1.196.233)			(1.103.628)
Outras Despesas			(393.414)			(712.692)			(1.026.756)
Despesas de Provisões, exceto Crédito			(45.012)			(69.314)			(138.067)
Lucro antes da Tributação e Participações			875.930			1.162.515			442.072
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro			(468.281)			(437.794)			335.449
Participações no Lucro			(23.945)			(42.976)			(45.450)
Lucro Líquido			383.704			681.745			732.071

NOTA 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Especificação	31.12.2017	31.12.2016
Disponibilidades em Moeda Nacional	145.271	127.664
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	16.247	56.911
Total da Disponibilidade de Caixa	161.518	184.575
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	12.680.450	9.244.654
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	12.841.968	9.429.229

⁽¹⁾ Operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação for igual ou inferior a 90 dias.

NOTA 6 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

a) Composição

Especificação	31.12.2017	31.12.2016
a) Aplicações no Mercado Aberto	12.787.577	9.314.933
Revendas a Liquidar-Posição Bancada	12.680.450	9.244.654
Revendas a Liquidar-Posição Financiada	107.127	70.279
b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	143.507	150.350
Aplicações em Moedas Estrangeiras	27.953	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	115.554	150.350
Total	12.931.084	9.465.283
Saldo de Curto Prazo	12.931.084	9.465.283

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Especificação	2º Sem/2017	01.01 a 31.12.2017	01.01 a 31.12.2016
a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto (Nota 7.b)	463.338	960.863	1.175.179
Posição Bancada	459.486	953.270	1.165.753
Posição Financiada	3.852	7.593	9.426
b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 7.b)	606	6.892	350
Total	463.944	967.755	1.175.529

NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão a seguir distribuídos:

a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	31.12.2017	31.12.2016
Títulos Disponíveis para Venda	26.230.001	20.259.164
Títulos Mantidos até o Vencimento	203.025	186.224
Diferencial a Receber Swap	426.513	403.488
Total	26.859.539	20.848.876
Saldo de Curto Prazo	2.335.215	4.050.575
Saldo de Longo Prazo	24.524.324	16.798.301

a.2) Títulos Disponíveis para Venda

Especificação	31.12.2017							
	Faixa de Vencimento					Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Títulos de Renda Fixa	-	-	2.153.220	142.110	23.478.025	26.335.849	25.773.355	(562.494)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	1.145.941	-	21.468.104	22.598.239	22.614.045	15.806
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	1.332.596	1.256.840	1.332.596	75.756
Letras Financeiras	-	-	990.275	142.084	585.742	1.754.333	1.718.101	(36.232)
Debêntures	-	-	16.904	-	87.545	688.011	104.449	(583.562)
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	-	3.838	4.615	3.838	(777)
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	33.396	-	(33.396)
Títulos da Dívida Agrária	-	-	100	26	200	415	326	(89)
Cotas de Fundos de Investimentos	392	-	-	-	-	1.997	392	(1.605)
Fundos de Desenvolvimento Social (FDS)	-	-	-	-	-	1.605	-	(1.605)
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	362	-	-	-	-	362	362	-
Fundo de Garantia de Operações (FGO)	30	-	-	-	-	30	30	-
Títulos de Renda Variável	26.870	-	-	-	-	22.247	26.870	4.623
Outros Incentivos Fiscais – Finor	171	-	-	-	-	109	171	62
Ações de Companhias Abertas	26.699	-	-	-	-	22.138	26.699	4.561
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	-	-	-	-	429.384	429.490	429.384	(106)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	413.770	413.041	413.770	729
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	845	-	(845)
Debêntures	-	-	-	-	15.614	15.604	15.614	10
Total da Categoria	27.262	-	2.153.220	142.110	23.907.409	26.789.583	26.230.001	(559.582)
Crédito Tributário (Nota 21.c)							270.294	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.d)							(39.987)	
Total do Ajuste a Valor de Mercado							(329.275)	

Especificação	31.12.2016								
	Faixa de Vencimento					Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias				
Títulos de Renda Fixa	-	-	2.113.406	1.606.186	16.191.268	20.574.867	19.910.860	(664.007)	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	1.975.238	1.468.599	12.997.447	16.474.904	16.441.284	(33.620)	2017 a 2022
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	1.561.353	1.532.143	1.561.353	29.210	2050
Letras Financeiras	-	-	138.060	137.564	1.528.758	1.858.041	1.804.382	(53.659)	2017 a 2019
Debêntures	-	-	-	-	98.278	670.579	98.278	(572.301)	2018 a 2041
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	-	5.133	5.116	5.133	17	2027
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	33.507	-	(33.507)	1993
Títulos da Dívida Agrária	-	-	108	23	299	577	430	(147)	2017 a 2022
Cotas de Fundos de Investimentos	327	-	-	-	-	1.895	327	(1.568)	
Fundos de Desenvolvimento Social (FDS)	-	-	-	-	-	1.568	-	(1.568)	Sem Vencimento
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	313	-	-	-	-	313	313	-	Sem Vencimento
Fundo de Garantia de Operações (FGO)	14	-	-	-	-	14	14	-	Sem Vencimento
Títulos de Renda Variável	32.477	-	-	-	-	13.025	32.477	19.452	
Outros Incentivos Fiscais – Finor	109	-	-	-	-	109	109	-	Sem Vencimento
Ações de Companhias Abertas	32.368	-	-	-	-	12.916	32.368	19.452	Sem Vencimento
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	-	-	287.504	-	27.996	316.390	315.500	(890)	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	287.504	-	7.439	295.107	294.943	(164)	2017 a 2022
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	848	-	(848)	1993
Debêntures	-	-	-	-	20.557	20.435	20.557	122	2019
Total da Categoria	32.804	-	2.400.910	1.606.186	16.219.264	20.906.177	20.259.164	(647.013)	
Crédito Tributário (Nota 21.c)							284.811		
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.d)							(20.670)		
Total do Ajuste a Valor de Mercado							(382.872)		

⁽¹⁾ Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$ 254.543 (R\$ 230.402 em 31.12.2016); Garantias de Operações em Câmaras de Liquidação R\$ 2.896 (R\$ 2.617 em 31.12.2016); Garantias em Processos Judiciais R\$ 145.732 (R\$ 58.733 em 31.12.2016); e Demais Garantias R\$ 26.213 (R\$ 23.748 em 31.12.2016).

A rubrica “Títulos Públicos Federais – Outros” dos itens Títulos de Renda Fixa e Títulos Dados em Garantia registra aplicações financeiras em títulos públicos denominados pelo Tesouro Nacional como NUCL910801, com vencimento em 31.08.1993, ainda não resgatados pelo Tesouro Nacional. Os referidos títulos registram uma desvalorização integral em função de seu vencimento, sem, no entanto, se enquadrar no conceito de Perda Permanente, na forma disciplinada na Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria “Títulos Disponíveis para Venda”, encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta “Ajustes a Valor de Mercado”, o valor de (R\$ 559.582) ((R\$ 647.013) em 31.12.2016). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a (R\$ 329.275) ((R\$ 382.872) em 31.12.2016).

a.3) Títulos Mantidos até o Vencimento

Especificação	31.12.2017						
	Faixa de Vencimento					Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Títulos de Renda Fixa	-	-	12.624	-	190.401	203.025	139.857
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	-	-	-	-	166.832	166.832	103.664
Cotas Fundo Investimento Criatec	-	-	-	-	10.240	10.240	10.240
Cotas Fundo Investimento Criatec II	-	-	-	-	11.218	11.218	11.218
Cotas Fundo Investimento Criatec III	-	-	-	-	958	958	958
FIP Brasil Agronegócios	-	-	12.624	-	-	12.624	12.624
Nordeste III FIP	-	-	-	-	1.153	1.153	1.153
Total da Categoria	-	-	12.624	-	190.401	203.025	139.857

Especificação	31.12.2016						
	Faixa de Vencimento					Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Títulos de Renda Fixa	-	-	-	10.676	175.548	186.224	144.981
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	-	-	-	-	156.328	156.328	115.085
Cotas Fundo Investimento Criatec	-	-	-	10.676	-	10.676	10.676
Cotas Fundo Investimento Criatec II	-	-	-	-	8.366	8.366	8.366
Cotas Fundo Investimento Criatec III	-	-	-	-	438	438	438
FIP Brasil Agronegócios	-	-	-	-	10.237	10.237	10.237
Nordeste III FIP	-	-	-	-	179	179	179
Total da Categoria	-	-	-	10.676	175.548	186.224	144.981

⁽¹⁾ Os valores de mercado indicados são de caráter meramente explicativos, para os quais não houve qualquer registro contábil, conforme Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

a.4) No Período não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

a.5) Para obtenção do valor de mercado são utilizados os critérios abaixo, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

1^a – preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e B3 S.A (Brasil Bolsa Balcão);

2^a – ágio/deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos 3 meses na B3 S.A.; e

3^a – cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio.

a.6) A administração do Banco declara que tem a capacidade financeira e a intenção de manter até às datas de vencimento os títulos classificados na categoria Mantidos até o Vencimento.

b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	2º Sem/2017	01.01 a 31.12.2017	01.01 a 31.12.2016
Aplicações no Mercado Aberto (Nota 6.b)	463.338	960.863	1.175.179
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b)	606	6.892	350
Títulos de Renda Fixa	1.045.231	2.305.001	2.334.030
Títulos de Renda Variável	159	691	1.029
Total	1.509.334	3.273.447	3.510.588

c) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

O Banco utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Na posição de 31.12.2017, o Banco possui operações de “swap”, que se encontram registradas na B3 S.A., estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor nocional) e o correspondente valor patrimonial nas contas “Diferencial a Pagar” e “Diferencial a Receber”, conforme apresentado nos quadros a seguir:

Especificação	Valor Nocional	Composição em 31.12.2017					
		Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado	
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Positivo	Negativo
Posição Ativa							
Moeda Estrangeira (Dólar)	578.615	426.513	-	413.894	-	12.619	-
Posição Passiva							
Taxa Prefixada	-	-	-	-	-	-	-
Total	578.615	426.513	-	413.894	-	12.619	-
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.d)							12.619
							5.048

Especificação	Valor Nocional	Composição em 31.12.2016					
		Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado	
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Positivo	Negativo
Posição Ativa							
Moeda Estrangeira (Dólar)	578.615	403.488	-	392.844	-	10.644	-
Posição Passiva							
Taxa Prefixada	-	-	-	-	-	-	-
Total	578.615	403.488	-	392.844	-	10.644	-
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.d)							10.644
							4.258

Especificação	31.12.2017		31.12.2016	
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	-	-	-	-
3 a 12 meses	-	-	-	-
1 a 3 anos	426.513	-	403.488	-
3 a 5 anos	-	-	-	-
Total	426.513	-	403.488	-

c.1) Instrumentos Financeiros Derivativos classificados como *Hedge de Risco de Mercado (Hedge Accounting)*

Especificação	31.12.2017				
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	999.154	585.260	1.011.773	585.260	12.619
Item Objeto de Hedge	Valor da Curva⁽¹⁾		Valor de Mercado⁽¹⁾		Ajuste a Valor de Mercado
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i>	999.274		1.011.786		12.512
Crédito Tributário (Nota 21.c)					5.004

⁽¹⁾ Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte, no valor de R\$ 982, sobre os juros da operação.

Especificação	31.12.2016				
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	984.503	591.659	995.147	591.659	10.644
Item Objeto de Hedge	Valor da Curva⁽¹⁾		Valor de Mercado⁽¹⁾		Ajuste a Valor de Mercado
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i>	984.622		995.151		10.529
Crédito Tributário (Nota 21.c)					4.211

⁽¹⁾ Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte, no valor de R\$ 969, sobre os juros da operação.

As operações com instrumentos financeiros derivativos destinadas ao hedge foram avaliadas como efetiva na forma da Circular Bacen nº 3.082, de 30.01.2002, com base nos fluxos financeiros (principal e juros) do item objeto de hedge, *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, e dos instrumentos de hedge (contratos de swap).

d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

Especificação	2º Sem/2017	01.01 a	01.01 a
		31.12.2017	31.12.2016
Swap	(11.852)	(2.900)	(249.874)
Total	(11.852)	(2.900)	(249.874)

NOTA 8 – Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados

a) Créditos Vinculados

Especificação	31.12.2017			31.12.2016		
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido
Recolhimentos Obrigatórios	382.760	-	382.760	122.735	-	122.735
Reservas Compulsórias - Recursos à Vista	123.558	-	123.558	95.600	-	95.600
Sistema Financeiro da Habitação (SFH)	74.821	(8.182)	66.639	70.580	(4.511)	66.069
Tesouro Nacional – Crédito Rural	-	-	-	651	(645)	6
Total	581.139	(8.182)	572.957	289.566	(5.156)	284.410
Saldo de Curto Prazo	506.318	-	506.318	218.341	(6)	218.335
Saldo de Longo Prazo	74.821	(8.182)	66.639	71.225	(5.150)	66.075

b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	2º Sem/2017	01.01 a	01.01 a
		31.12.2017	31.12.2016
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	12.894	21.429	7.220
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	2.018	4.240	5.125
Rendas de Créditos Vinculados ao Crédito Rural	-	33	68
Valorização (Desvalorização) de Créditos Vinculados	8.714	(2.992)	23.089
Total	23.626	22.710	35.502

NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

a) Carteira de Crédito e Provisão para Operações de Crédito

Especificação	31.12.2017		31.12.2016	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	10.044.514	(945.061)	12.373.957	(1.235.550)
Curto Prazo	4.676.166	(492.465)	5.322.670	(548.029)
Longo Prazo	5.368.348	(452.596)	7.051.287	(687.521)
Outras Rubricas com Características de Crédito	913.565	(5.788)	619.979	(195.538)
Curto Prazo	911.561	(5.788)	616.758	(195.538)
Longo Prazo	2.004	-	3.221	-
Total	10.958.079	(950.849)	12.993.936	(1.431.088)

a.1) Composição da Carteira de Crédito

Especificação	31.12.2017	31.12.2016
Adiantamentos a Depositantes	374	441
Empréstimos	4.749.224	5.313.172
Títulos Descontados	33.978	49.836
Financiamentos	1.929.132	2.412.656
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	60.186	62.423
Refinanciamentos de Operações com o Governo Federal (Nota 29.a.1)	-	552.221
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.394.921	1.872.488
Financiamentos Imobiliários ⁽¹⁾	243	243
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	1.876.456	2.110.477
Subtotal de Operações de Crédito	10.044.514	12.373.957
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	11.204	38.950
Devedores por Compra de Valores e Bens	1.311	3.172
Títulos e Créditos a Receber (Nota 10)	50.221	70.841
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽²⁾ (Nota 11.a)	850.829	507.016
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	913.565	619.979
Total	10.958.079	12.993.936

⁽¹⁾ Referem-se a operações contratadas antes do encerramento das atividades com Financiamento Imobiliário.

⁽²⁾ Contas classificadas como "Outras Obrigações/Carteira de Câmbio".

a.2) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	2º Sem/2017	01.01 a 31.12.2017	01.01 a 31.12.2016
Empréstimos e Títulos Descontados	477.855	976.773	1.122.500
Financiamentos	258.581	571.108	636.931
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	200.379	297.554	196.465
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	113.527	154.684	99.599
Outros Valores	-	3	128
Total	1.050.342	2.000.122	2.055.623

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

b.1) Créditos de Curso Normal ⁽¹⁾

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.12.2017	Total em 31.12.2016
Rural	10.041	2.806	474	4.741	8.192	1.331.800	1.358.054	1.780.128
Indústria	43.621	57.496	36.151	133.948	709.464	1.639.017	2.619.697	2.653.134
Governo	9.958	9.958	31.594	29.942	81.792	532.293	695.537	1.380.519
Outros Serviços	101.971	97.685	108.360	238.011	260.160	1.121.022	1.927.209	2.471.145
Comércio	734.025	601.607	526.043	883.532	307.496	481.733	3.534.436	3.773.594
Intermediários Financeiros	37	28	28	80	157	534	864	207
Habitação	76	33	27	65	74	311	586	672
Pessoas Físicas	27.398	12.182	7.630	15.394	14.474	14.654	91.732	94.793
Total 31.12.2017	927.127	781.795	710.307	1.305.713	1.381.809	5.121.364	10.228.115	
Total 31.12.2016	1.040.815	896.071	737.381	1.553.234	1.141.093	6.785.598		12.154.192

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

b.2) Créditos em Atraso

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vincendas							
	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.12.2017	Total em 31.12.2016
Rural	81	42	2	142	718	892	1.877	36.609
Indústria	3.581	3.857	3.446	10.781	20.875	120.306	162.846	118.231
Outros Serviços	62.971	4.178	3.717	13.339	21.737	65.174	171.116	137.527
Comércio	14.253	11.395	8.749	18.371	26.175	61.683	140.626	220.678
Intermediários Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	19
Pessoas Físicas	232	230	221	609	897	2.014	4.203	3.635
Total 31.12.2017	81.118	19.702	16.135	43.242	70.402	250.069⁽¹⁾	480.668	
Total 31.12.2016	29.875	27.780	24.269	62.434	104.396	267.945		516.699

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vencidas								
	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.12.2017	Total em 31.12.2016
Rural	-	705	451	1.068	1.282	495	40.019	44.020	52.671
Indústria	702	3.130	5.060	7.773	8.852	9.132	77	34.726	36.110
Outros Serviços	2.919	2.892	4.448	5.158	22.800	12.591	2.294	53.102	73.492
Comércio	1.891	9.830	13.581	10.381	25.745	44.400	177	106.005	143.418
Intermediários Financeiros	-	-	-	-	2	-	-	2	2
Habitação	-	-	-	-	169	78	-	247	396
Pessoas Físicas	73	889	1.012	774	2.446	5.712	288	11.194	16.956
Total 31.12.2017	5.585	17.446	24.552	25.154	61.296	72.408	42.855⁽¹⁾	249.296	
Total 31.12.2016	8.312	20.602	36.118	30.854	86.129	94.875	46.155		323.045

⁽¹⁾ Incluem os valores referentes às operações de crédito contratadas com base na Resolução CMN nº 2.471, de 26.02.1998.

⁽²⁾ Classificadas no Ativo Circulante no Balanço Patrimonial

c) Composição das Operações por Níveis de Risco

Nível de Risco	31.12.2017				31.12.2016			
	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	4.112.754	-	4.112.754	-	5.269.455	-	5.269.455	-
A	4.112.276	-	4.112.276	(20.561)	3.796.590	-	3.796.590	(18.983)
B	1.073.569	30.020	1.103.589	(11.037)	792.390	45.384	837.774	(8.378)
C	98.991	34.045	133.036	(3.992)	657.005	51.108	708.113	(21.243)
D	365.755	28.980	394.735	(39.473)	712.588	43.742	756.330	(75.633)
E	61.102	38.088	99.190	(29.757)	185.810	92.886	278.696	(83.609)
F	21.902	236.755	258.657	(129.328)	22.255	118.838	141.093	(70.546)
G	50.870	39.600	90.470	(63.329)	110.218	67.075	177.293	(124.104)
H	330.896	322.476	653.372	(653.372) ⁽²⁾ ⁽³⁾	607.881	420.711	1.028.592	(1.028.592) ⁽²⁾
Total	10.228.115	729.964	10.958.079	(950.849)	12.154.192	839.744	12.993.936	(1.431.088)

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

⁽²⁾ Incluem as provisões para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito com indícios de irregularidades no importe de R\$ 17 (R\$ 230 em 31.12.2016)

⁽³⁾ Contempla os efeitos das renegociações de operações de crédito, com base na Lei nº 13.340, de 28.09.2016, que autorizou a concessão de rebate e a repactuação de dívidas das operações de crédito rural contratadas até 31.12.2011, com recursos oriundos do FNE e recursos mistos do FNE com outras fontes.

d) Movimentação da Provisão no Período

Especificação	31.12.2017	31.12.2016
Saldo Inicial da Provisão para Perdas da Carteira de Crédito	1.431.088	1.127.873
(+) Constituição/(Reversão) de Provisão no Período	543.965	791.974
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(1.024.204)	(488.759)
(=) Provisão Líquida para Perdas da Carteira de Crédito	950.849	1.431.088
Saldo Inicial da Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	28.824	46.804
(+) Constituição de Provisão no Período	1.215	230
(-) Reversão de Provisão no Período	(2.801)	(18.210)
(=) Provisão Líquida para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito (Nota 10.e)	27.238	28.824
(=) Saldo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	978.087	1.459.912

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão

Especificação	2º Sem/2017	01.01 a 31.12.2017	01.01 a 31.12.2016
(+) Despesas de Provisão para Operações de Crédito	177.028	452.374	762.641
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos	-	101.396	46.501
(-) Reversão de Provisões Operacionais	(9.805)	(9.805)	(17.168)
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Operações com Características de Concessão de Crédito	167.223	543.965	791.974
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	609	1.156	231
(-) Reversões de Provisões para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	(1.859)	(2.746)	(18.210)
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Dúvida (Nota 4)	165.973	542.375	773.995

f) Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	31.12.2017		31.12.2016	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Vinculados ao Comércio Internacional de Mercadorias	2.234	-	1.822	-
Outras Fianças Bancárias	450	-	-	-
Setor Público	21.491.232	(3.084.589)	21.054.923	(3.231.000)
FDNE	127.239	(636)	119.260	(604)
FNE	21.363.190	(3.083.953)	20.930.819	(3.229.308)
Proagro	803	-	4.844	(1.088)

g) Concentração de Crédito

Especificação	31.12.2017		31.12.2016	
	Saldo	% da Carteira	Saldo	% da Carteira
10 Maiores devedores	2.270.716	20,72	2.643.611	20,34
50 maiores devedores	4.377.577	39,95	4.948.296	38,08
100 maiores devedores	5.002.911	45,65	5.729.029	44,09

h) No exercício de 2017, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 154.683 (R\$ 99.599 em 31.12.2016) e as renegociações totalizaram R\$ 713.377 (R\$ 1.282.081 em 31.12.2016).

NOTA 10 – Outros Créditos

Especificação	31.12.2017	31.12.2016
a) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	885.164	612.278
b) Rendas a Receber	16.480	13.921
c) Negociação e Intermediação de Valores	12	12
d) Diversos	3.325.879	3.748.539
Créditos Tributários - Provisões (Nota 21.c)	1.328.513	1.594.773
Créditos Tributários - Provisões Atuariais (Nota 21.c)	681.068	537.643
Créditos Tributários-TVM, Instrumentos Financeiros Derivativos e item objeto de Hedge (Notas 7.a.2, 7.c e 21.c)	275.298	289.022
Devedores por Depósitos em Garantia	352.207	692.167
Impostos e Contribuições a Compensar	74.244	303.112
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber (Nota 9.a.1)	50.221	70.841
Adiantamentos e Antecipações Salariais	2.378	2.446
Pagamentos a Ressarcir	14.267	17.802
Valores a Receber Bônus Rebate	282.358	79.287
Outros Valores	238.577	134.698
e) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Dúvida	(33.026)	(224.362)
Com Características de Concessão de Crédito (Nota 9.a)	(5.788)	(195.538)
Sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(27.238)	(28.824)
Total	4.194.509	4.150.388
Saldo de Curto Prazo	2.115.657	2.257.019
Saldo de Longo Prazo	2.078.852	1.893.369

NOTA 11 – Carteira de Câmbio

a) Composição

Especificação	31.12.2017	31.12.2016
Ativo – Outros Créditos (Nota 10)	885.164	612.278
Câmbio Comprado a Liquidar	865.655	570.689
Direitos sobre Vendas de Câmbio	8.502	2.639
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(197)	-
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	11.204	38.950
Ativo Circulante (Nota 10)	885.164	612.278
Passivo – Outras Obrigações (Nota 16.b)	9.318	4.022
Obrigações por Compras de Câmbio	851.617	508.389
Câmbio Vendido a Liquidar	8.530	2.649
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 9.a.1)	(850.829)	(507.016)
Passivo Circulante (Nota 16.b)	9.318	4.022

b) Resultado de Câmbio

Especificação	2º Sem/2017	01.01 a 31.12.2017	01.01 a 31.12.2016
Rendas de Câmbio	48.315	111.227	88.307
Despesas de Câmbio	(499)	(904)	(1.324)
Total	47.816	110.323	86.983

NOTA 12 – Permanente

a) Investimentos

Especificação	31.12.2016	01.01.2017 a 31.12.2017			31.12.2017	
	Saldo Contábil	Movimentações		Saldo Contábil	Valor de Custo	Saldo Contábil
		Adições	Baixas			
Ações e Cotas	652	-	(321)	331	331	331
Bens Artísticos e Valiosos	1.257	3	-	1.260	1.260	1.260
Total	1.909	3	(321)	1.591	1.591	1.591

b) Imobilizado

Especificação	31.12.2016	01.01.2017 a 31.12.2017			31.12.2017		
	Saldo Contábil	Movimentações			Saldo Contábil	Valor de Custo	Depreciação Acumulada
		Adições	Baixas	Depreciação			
Edificações	82.859	594	(422)	(10.229)	72.802	259.308	(186.506)
Sistema de Processamento de Dados	46.757	13.718	(7.017)	(20.381)	33.077	148.465	(115.388)
Móveis e Equipamentos de Uso	29.126	4.460	(1.183)	(5.355)	27.048	76.250	(49.202)
Terrenos	17.631	(55)	-	-	17.576	17.576	-
Instalações	5.536	46	(12)	(1.153)	4.417	19.161	(14.744)
Sistema de Comunicação	43	28	(13)	(13)	45	273	(228)
Sistema de Segurança	7.760	533	(359)	(1.299)	6.635	18.667	(12.032)
Sistema de Transporte	3.045	-	(1)	(1.404)	1.640	14.334	(12.694)
Total	192.757	19.324	(9.007)	(39.834)	163.240	554.034	(390.794)
							163.240

c) Intangível

Especificação	31.12.2016	01.01.2017 a 31.12.2017			31.12.2017	
	Saldo Contábil	Movimentações			Saldo Contábil	Valor de Custo
		Adições	Baixas	Amortização		
Gastos com Intangíveis em Elaboração	19.903	45	-	-	19.948	19.948
Total	19.903	45	-	-	19.948	19.948

Em 31.12.2017 e 31.12.2016, não houve registro de *impairment* sobre o Ativo Permanente.

NOTA 13 – Depósitos, Captação no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas

a) Distribuição dos Depósitos, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas, por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 Anos	Acima de 15 anos	Total em 31.12.2017	Total em 31.12.2016
Depósitos a Vista	239.932	-	-	-	-	-	239.932	345.990
Depósitos a Vista	239.932	-	-	-	-	-	239.932	345.990
Depósitos de Poupança	2.277.515	-	-	-	-	-	2.277.515	2.113.346
Depósitos Interfinanceiros	539.773	1.008.493	34.623	-	-	-	1.582.889	1.198.845
Depósitos a Prazo	702.242	643.000	4.414.903	792.901	1.130.070	24.730	7.707.846	6.949.139
Depósitos a Prazo	129.383	616.426	2.814.460	690.508	1.012.387	24.730	5.287.894	5.517.628
Depósitos Judiciais com Remuneração	562.981	-	-	-	-	-	562.981	520.393
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	-	-	1.534.756	57.490	57.489	-	1.649.735	655.578
FAT- Recursos Disponíveis	2.441	6.726	13.057	8.926	6.331	-	37.481	28.279
FAT- Recursos Aplicados	7.437	19.818	52.630	35.977	26.590	-	142.452	226.701
Outros	-	30	-	-	27.273	-	27.303	560
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	71.814	112.543	1.004.912	-	-	-	1.189.269	1.298.870
Eurobonds	-	7.857	1.004.912	-	-	-	1.012.769	996.135
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	71.814	104.686	-	-	-	-	176.500	302.735
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	-	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Dívidas Subordinadas	-	-	-	-	-	2.205.468	2.205.468	2.012.874
Total em 31.12.2017	3.831.276	1.764.036	5.454.438	792.901	1.130.070	3.230.198	16.202.919	
Total em 31.12.2016	4.566.724	1.692.987	2.484.369	1.897.418	1.240.489	3.037.077		14.919.064

b) Depósitos

Especificação	31.12.2017	31.12.2016
Depósitos a Vista	239.932	345.990
Depósitos de Governos	5.985	13.196
Depósitos Vinculados	93.751	180.732
Pessoas Jurídicas	108.855	114.855
Pessoas Físicas	30.611	35.462
Outros Valores	730	1.745
Depósitos de Poupança	2.277.515	2.113.346
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	1.482.561	1.359.437
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	794.209	753.097
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	745	812
Depósitos Interfinanceiros	1.582.889	1.198.845
Depósitos a Prazo	7.707.846	6.949.139
Depósitos a Prazo	5.287.894	5.517.628
Depósitos Judiciais com Remuneração	562.981	520.393
Outros Depósitos a Prazo	1.856.971	911.118
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT (Nota 27 e Nota 29)	179.933	254.980
Recursos Disponíveis (Nota 27)	37.481	28.279
Proger Urbano	948	1.709
Protrabalho	15.597	709
Infraestrutura	15.736	22.297
PNMPO	5.200	3.564
Recursos Aplicados (Nota 27)	142.452	226.701
Proger Urbano	10.619	12.717
Protrabalho	31.784	63.802
Infraestrutura	26.847	60.055
PNMPO	73.202	90.127
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos (Lei nº 8.167/91)	1.649.735	655.578
Outros Valores	27.303	560
Total	11.808.182	10.607.320
Saldo de Curto Prazo	5.410.955	5.949.100
Saldo de Longo Prazo	6.397.227	4.658.220

c) Captação no Mercado Aberto

Especificação	31.12.2017	31.12.2016
Carteira Própria	879.320	899.357
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	879.320	899.357
Carteira de Terceiros	107.127	70.280
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	107.127	70.280
Total	986.447	969.637
Saldo de Curto Prazo	983.405	966.859
Saldo de Longo Prazo	3.042	2.778

d) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	2º Sem/2017	01.01 a 31.12.2017	01.01 a 31.12.2016
Despesas de Captações	(435.655)	(1.008.214)	(1.177.787)
Depósitos a Prazo	(230.479)	(544.870)	(714.003)
Depósitos de Poupança	(46.770)	(98.665)	(112.991)
Depósitos Judiciais	(19.949)	(45.961)	(63.759)
Depósitos Interfinanceiros	(23.398)	(46.778)	(52.142)
Depósitos Especiais	(28.557)	(65.894)	(87.340)
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(80.105)	(193.347)	(135.608)
Outros Depósitos	(6.397)	(12.699)	(11.944)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(40.478)	(94.374)	(178.257)
Carteira de Terceiros	(3.852)	(7.593)	(9.425)
Carteira Própria	(36.626)	(86.781)	(168.832)
Total	(476.133)	(1.102.588)	(1.356.044)

NOTA 14 – Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.12.2017	Total em 31.12.2016
Empréstimos no Exterior	172.693	778.789	-	-	-	-	951.482	637.742
Repasses do País	41.936	119.743	334.811	346.343	573.856	103.882	1.520.571	1.669.248
Repasses do Exterior	24.915	118.439	196.090	197.758	98.023	-	635.225	764.276
Total em 31.12.2017	239.544	1.016.971	530.901	544.101	671.879	103.882	3.107.278	
Total em 31.12.2016	351.598	578.445	571.165	617.310	767.832	184.916		3.071.266

b) Obrigações por Empréstimos

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.12.2017	31.12.2016
Empréstimos no Exterior/Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	951.482	637.742
Total		951.482	637.742
Saldo de Curto Prazo		951.482	637.742

c) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.12.2017	31.12.2016
Tesouro Nacional	IGP-DI + 2,00	450	451
BNDES		1.435.506	1.552.591
Programa de Operações Conjuntas (POC)	Pré 1,5 a 11,10/TJLP + 0,00	1.065.137	1.158.948
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	a 4,00/IPCA + 9,41/Variação Cambial + 2,00 a 4,00	370.369	393.643
Finame		84.615	116.206
Programa Automático	Pré 1,5 a 7,00/TJLP + 0,00	63.575	94.315
Programa Agrícola	a 4,00/Variação Cambial + 2,00 a 4,00	21.040	21.891
Total (Nota 29.a.1)		1.520.571	1.669.248
Saldo de Curto Prazo		161.679	150.737
Saldo de Longo Prazo		1.358.892	1.518.511

d) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.12.2017	31.12.2016
BID-Prodetur I	USD + 4,58	191.947	283.715
BID-Prodetur II	USD + 2,33	437.340	473.742
BID-Outros Programas	USD + 2,33	5.938	6.819
Total		635.225	764.276
Saldo de Curto Prazo		143.354	141.564
Saldo de Longo Prazo		491.871	622.712

e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Especificação	2º Sem/2017	01.01. a 31.12.2017	01.01. a 31.12.2016
Despesas de Obrigações por Repasses	(104.175)	(219.476)	(203.232)
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	(57.945)	(114.817)	(155.168)
Tesouro Nacional	(7)	(7)	(24)
BNDES	(56.367)	(111.741)	(149.829)
Finame	(1.571)	(3.069)	(5.315)
Despesas de Repasses do Exterior	(46.230)	(104.659)	(48.064)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(34.194)	(82.540)	(28.424)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(839.964)	(1.830.828)	(1.759.410)
Total	(978.333)	(2.132.844)	(1.991.066)

NOTA 15 – Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

a) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Remuneração a.a. (%)	Valor Contratual em milhares de US\$	Valor Contratual em 31.12.2017 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 31.12.2017 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 31.12.2016 ⁽²⁾
Eurobonds – Senior Unsecured Notes ⁽¹⁾	03.05.2012	03.05.2019	4,375	300.000	1.000.257	1.012.769	996.135
Total				300.000	1.000.257	1.012.769	996.135
Saldo de Curto Prazo						7.857	7.876
Saldo de Longo Prazo						1.004.912	988.259

⁽¹⁾ As notas não possuem amortizações intermediárias, com o principal sendo liquidado no vencimento da operação. O pagamento dos juros das notas é semestral.

⁽²⁾ Considerando os efeitos tributários.

Conforme Nota 7.c.1, as operações de swap realizadas com o intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar, gerado pelas captações de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de *hedge accounting* e por isso os saldos das obrigações estão ajustados ao valor de mercado.

b) Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) Emitidas

Especificação	Remuneração a.a. (%)	Valor Nominal	31.12.2017	31.12.2016
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) ⁽¹⁾	81,16 CDI	170.423	176.500	302.735
Saldo de Curto Prazo			176.500	302.735

⁽¹⁾ Título com prazo médio de vencimento de 145 dias.

NOTA 16 – Outras Obrigações

Especificação	31.12.2017	31.12.2016
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1.453	2.547
Recursos do Proagro	171	313
Recebimento de Tributos Federias	26	361
IOF a Recolher	775	1.439
Outros Tributos e Assemelhados	481	434
b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	9.318	4.022
c) Sociais e Estatutárias	138.114	164.522
Dividendos e Bonificações a Pagar	94.222	118.810
Participações nos Lucros	43.892	45.712
d) Fiscais e Previdenciárias	346.156	618.741
Provisão para Riscos Fiscais ⁽¹⁾	-	64.902
Impostos e Contribuições	-	812
Causas Fiscais (Nota 22.f.1)	-	64.090
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	164.858	129.346
TVM e IFD (Nota 21.d)	45.035	24.928
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos (Nota 21.d)	144	2.305
Decorrentes de Créditos Recuperados e Item Objeto de Hedge (Nota 21.d)	119.679	102.113
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 21.a.2)	92.554	335.687
Imposto de Renda	49.047	181.602
Contribuição Social	43.507	154.085
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	88.744	88.806
e) Negociação e Intermediação de Valores	153	153
f) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	23.528.778	17.637.800
FNE (Nota 29.a.1)	22.599.975	16.674.513
Outros Valores	928.803	963.287
g) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 17 e Nota 29.a.1)	1.000.000	1.000.000
h) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 18 e Nota 29.a.1)	2.205.468	2.012.874
i) Diversas	6.178.307	5.563.107
Provisão para Contingências	332.084	339.891
Trabalhistas (Nota 22.f.1.ii)	169.253	172.866
Cíveis (Nota 22.f.1.iii)	116.349	166.126
Outras (Nota 22.f.1.iv)	33.154	899
Fiscais (Nota 22.f.1.i)	13.328	-
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	3.084.588	3.241.673
FNE (Nota 22.f.2.i)	3.083.952	3.229.308
Repasses	1.137	1.128
Risco Integral BNB	87.599	145.238
Risco Compartilhado	2.995.216	3.082.942
FDNE (Nota 22.f.2.ii)	636	604
Proagro (Nota 22.f.2.iii)	-	1.088
Outros Passivos Contingentes	-	10.673
Passivos Atuariais	1.900.021	1.287.567
Plano de Aposentadoria e Pensão BD (Notas 25.b e 29.a.2)	411.216	363.118
Plano de Assistência Médica (Notas 25.b e 29.a.2)	1.354.238	807.550
Seguro de Vida – Benefício Pós-Emprego (Notas 25.b e 29.a.2)	134.567	116.899
Provisão para Pagamentos a Efetuar	441.475	441.447
Despesa de Pessoal	181.764	181.576
Outros Valores	67.238	55.007
Encargos Remuneratórios de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	192.473	204.864
Outros Valores	420.139	252.529
Total	33.407.747	27.003.766
Saldo de Curto Prazo	13.791.594	8.372.512
Saldo de Longo Prazo	19.616.153	18.631.254

⁽¹⁾ reclassificada para Provisão para Contingências Fiscais, conforme Carta-Circular Bacen nº 3.782, de 19.09.2016.

NOTA 17 – Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal (IECP)

Em 19.01.2016, o Banco e a União Federal celebraram contrato de mútuo, no valor de R\$ 1.000.000, para fins de enquadramento como instrumento elegível ao capital principal, nos termos previstos no artigo 16 da Resolução nº 4.192, de 01.03.2013, alterada pela Resolução nº 4.278, de 31.12.2013 e pela Resolução nº 4.311, de 20.02.2014, todas do CMN.

Os juros serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até trinta dias corridos contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

Caso o saldo de lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive reserva legal e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros

vencidos e o saldo de principal, nessa ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive na forma de juros sobre capital próprio), até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

A obrigação não possui data de vencimento e o resgate ou recompra somente poderão ser realizados pelo emissor, condicionado à prévia autorização do Bacen.

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	31.12.2017	31.12.2016
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Notas 16.g e 28.a.1)	1.000.000	Rentabilidade sobre PL	19.01.2016	1.000.000	1.000.000
Saldo de Longo Prazo				1.000.000	1.000.000

NOTA 18 – Dívidas Subordinadas

Especificação	31.12.2017	31.12.2016
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) ⁽¹⁾	2.205.467	2.012.874
Recursos disponíveis	1.734.734	1.459.779
Recursos aplicados	470.734	553.095
Total (Notas 16.h e 29.a.1)	2.205.468	2.012.874

⁽¹⁾ São constituídas por duas operações de captações com o FNE nos montantes originais de R\$ 600.000 e R\$ 400.000 de, respectivamente, 20.07.2009 e 01.03.2010.

NOTA 19 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social do Banco, no valor de R\$ 2.844.000 (R\$ 2.844.000 em 31.12.2016), é representado por 86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas, assim distribuídas:

Composição em 31.12.2017		
Acionistas	Quantidade das Ações	% do Capital
União Federal	44.049.447	51,00
BB FGEDUC Fundo de Investimento Multimercado	30.207.318	34,97
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.220.150	7,20
Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND)	3.846.968	4,45
Outros	2.047.581	2,38
Total	86.371.464	100,00

Composição em 31.12.2016		
Acionistas	Quantidade das Ações	% do Capital
União Federal	44.049.447	51,00
BB FGEDUC Fundo de Investimento Multimercado	30.212.068	34,98
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.225.200	7,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND)	3.846.968	4,45
Outros	2.037.781	2,36
Total	86.371.464	100,00

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 11.769 (R\$ 14.491 em 31.12.2016) refere-se ao saldo da reserva de reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução nº 3.565, de 29.05.2008, do CMN. No período houve transferência de R\$ 3.129 (R\$ 2.130 em 31.12.2016) para Lucros ou Prejuízos Acumulados e compôs a base de distribuição do resultado.

c) Juros sobre o Capital Próprio (JCP) do Exercício

O Estatuto do Banco assegura aos acionistas dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido apurado no exercício, ajustado conforme a Lei.

O Conselho de Administração propõe a distribuição de Dividendos sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) de R\$ 165.014, sendo R\$ 164.506 imputados ao valor do dividendo do exercício de 2017, correspondente a 25% sobre o lucro líquido ajustado, base de cálculo dos Dividendos e JCP. Por conta dessa proposição, e considerando o pagamento antecipado de JCP do 1º semestre de 2017, atualizado

monetariamente, no valor de R\$ 71.001, foi contabilizado, em conta de Provisão, o montante de R\$ 94.013, para pagamento de JCP complementares do exercício.

Os JCP foram contabilizados em despesas, mas, para fins de divulgação das demonstrações financeiras, reclassificados para a conta de "Lucros ou Prejuízos Acumulados". O total dos JCP no exercício proporcionou redução da despesa com encargos tributários no montante de R\$ 72.151 (R\$ 77.721 em 31.12.2016).

d) Pagamento de JCP do exercício de 2016

Por meio da Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária realizada em 24.03.2017, foi aprovada a distribuição de Dividendos complementares, sob a forma de JCP, referentes ao exercício findo em 31.12.2016, de R\$ 118.159. O pagamento dos JCP ocorreu em 11.04.2017.

e) Demonstrativo de cálculo dos JCP:

Especificação	01.01. a 31.12.2017	01.01. a 31.12.2016
1. Lucro Líquido do Exercício	681.745	732.071
2. Reserva Legal	(34.087)	(36.604)
3. Ajustes Devedores em Lucros ou Prejuízos Acumulados	(12.035)	(295)
4. Reserva de Reavaliação transferida para Lucros ou Prejuízos Acumulados	3.129	2.130
5. Ajustes Credores em Lucros ou Prejuízos Acumulados	19.250	664
6. Base de Cálculo dos Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	658.002	697.966
7. Juros sobre o Capital Próprio (JCP) Brutos	165.014	175.048
8. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP	(508)	(528)
9. JCP Líquidos imputados aos dividendos (item 7 + item 8)	164.506	174.520
10. JCP antecipado corrigido pela Selic	(71.001)	(56.472)
11. Valor Complementares brutos do JCP de R\$ 1,088478492 por ação (em 31.12.2016: JCP de R\$ 1,372858491 por ação) (item 7 - item 10)	94.013	118.576
12. Valor Complementares líquidos de Imposto de Renda do JCP de R\$ 1,085059693 por ação (em 31.12.2016: JCP de R\$ 1,368658056 por ação)	93.718	118.213
13. Valor Bruto dos JCP do Exercício (item 7/item 6 = 25,0781%) (25,0656% em 31.12.2016)	165.014	175.048
14. Valor Líquido dos JCP do Exercício (item 9/item 6 = 25,0000%) (25,0000% em 31.12.2016)	164.506	174.520

f) Reserva Legal

A Reserva Legal corresponde a 5% sobre o lucro líquido apurado no exercício e corresponde a R\$ 34.087 (R\$ 36.604 em 31.12.2016).

g) Reserva Estatutária

A Reserva Estatutária representa o saldo remanescente do lucro apurado no exercício após a constituição da Reserva Legal e a distribuição de JCP/Dividendos e importa em R\$ 492.988 (R\$ 522.919 em 31.12.2016).

h) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Especificação	31.12.2017	31.12.2016
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para a Venda	53.597 ⁽¹⁾	134.788 ⁽¹⁾
Ganhos e Perdas Atuariais (Benefício Pós-Emprego)	(398.408) ⁽¹⁾	(172.871)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(344.811)	(38.083)

⁽¹⁾ valores líquidos dos efeitos tributários

NOTA 20 – Outras Receitas/Despesas Operacionais

Especificação	2º Sem/2017	01.01. a 31.12.2017	01.01. a 31.12.2016
a) Receitas de Prestação de Serviços	1.092.892	2.249.415	2.248.374
Administração de Fundos de Investimentos	18.539	34.815	30.327
Administração de Fundos e Programas	846.754	1.790.085	1.835.429
Prestação de Serviços	227.599	424.515	382.618
b) Rendas de Tarifas Bancárias	33.503	66.266	60.984
c) Despesas de Pessoal	(983.790)	(1.900.347)	(1.804.945)
Proventos	(602.466)	(1.145.147)	(1.070.120)
Encargos Sociais	(196.249)	(391.742)	(388.723)
Plano de Aposentadoria e Pensão - Capef Planos BD e CV I	(54.372)	(103.724)	(90.737)
Plano de Assistência Médica - Camed Plano Natural	(45.946)	(91.893)	(97.910)
Seguro de Vida - Benefício Pós-Emprego	(4.909)	(9.716)	(5.407)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(79.848)	(158.125)	(152.048)
d) Outras Despesas Administrativas	(638.711)	(1.236.068)	(1.145.621)
Processamento de Dados	(123.516)	(249.302)	(222.299)
Propaganda e Publicidade	(17.641)	(26.390)	(17.457)
Serviços de Terceiros	(263.980)	(502.473)	(478.110)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(40.662)	(80.998)	(77.725)
Viagens	(7.705)	(14.624)	(13.324)
Comunicações	(14.342)	(31.493)	(30.735)
Depreciação e Amortização	(19.620)	(39.835)	(41.993)
Manutenção e Conservação de Bens	(25.353)	(50.022)	(45.435)
Vigilância, Segurança e Transporte	(46.422)	(90.105)	(83.489)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(6.029)	(10.198)	(8.417)
Serviços do Sistema Financeiro	(16.297)	(35.636)	(31.492)
Serviços Técnicos Especializados	(19.884)	(33.537)	(31.743)
Seguros	(903)	(1.941)	(2.628)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocatícios	(20.317)	(42.399)	(39.202)
Contribuição Sindical Patronal e a Entidades Associativas	(813)	(2.065)	(2.088)
Condomínio, Copa, Cozinha e Alimentação	(2.947)	(6.035)	(5.613)
Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci)	-	(3.000)	(3.783)
Outros Valores	(12.280)	(16.015)	(10.088)
e) Despesas Tributárias (Nota 21.e)	(154.503)	(302.304)	(288.492)
Contribuições ao Cofins e PIS/Pasep	(136.583)	(268.694)	(258.652)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(15.489)	(29.749)	(26.841)
Outros Valores	(2.431)	(3.861)	(2.999)
f) Outras Receitas Operacionais	1.060.046	1.914.125	2.160.642
“Del credere” de Fundos Administrados	647.556	1.291.243	1.262.176
Variação Cambial Negativa de Empréstimos	65.832	135.036	356.575
Variação Cambial Negativa Despesa de Captação	53.250	101.190	239.550
Variação Cambial Negativa Reclassif Despesa Obrigaçao do Fundo Financeiro de Desenvolvimento	2.792	5.423	12.587
Reversão de Provisões Operacionais/Riscos c/Op. do FNE	594	1.006	1
Reversão de Provisões Operacionais/Riscos c/Op. do FDNE	-	-	67
Recuperação de Encargos e Despesas	3.636	6.352	8.329
Reversão de Provisões de CSLL e IR	-	-	299
Reversão de Provisões Operacionais	75.100	82.425	112.271
Juros e Comissões	6.559	8.763	10.061
Correção Monetária	1.176	1.223	2.781
Resultado da Marcação a Mercado	3.361	6.965	22.138
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	167.337	216.282	48.430
Outros Valores	32.853	58.217	85.377
g) Outras Despesas Operacionais	(548.904)	(1.268.644)	(2.106.280)
Variação Cambial da Área de Câmbio	(852)	(2.053)	(682)
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(67.737)	(142.348)	(385.478)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(13.927)	(44.146)	(141)
Descontos Concedidos em Renegociações	(45.298)	(60.863)	(1.402)
Encargos de Operações de Crédito	(5.381)	(15.095)	(2.929)
Riscos Fiscais	(104)	(4.791)	(19.335)
Riscos com Operações do FNE	(128.415)	(520.264)	(969.562)
Riscos com Operações do FDNE	(5)	(80)	(17)
Causas Trabalhistas	(13.306)	(25.496)	(74.910)
Causas Cíveis	(9.089)	(12.369)	(43.643)
Outras Causas	(22.513)	(26.658)	(179)
Outros Passivos Contingentes	-	-	(947)
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	-	-	(20.213)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(147.781)	(193.014)	(277.379)
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(63.353)	(143.299)	(164.143)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(23.684)	(49.295)	(56.449)
Outros Valores	(7.459)	(28.873)	(88.871)
Total	(139.467)	(477.557)	(875.338)

NOTA 21 – Impostos e Contribuições

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) pela estimativa, podendo ser suspenso ou reduzido quando a apuração pelo Lucro Real for mais favorável ao Banco, quando comparada com a forma Estimativa. As despesas de IRPJ e CSLL estão demonstradas no quadro abaixo.

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	01.01 a 31.12.2017	01.01 a 31.12.2016	01.01 a 31.12.2017	01.01 a 31.12.2016
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	1.162.515	442.071	1.162.515	442.071
Participações Estatutárias sobre o Lucro (PLR)	(42.976)	(45.450)	(42.976)	(45.450)
Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	(165.014)	(175.048)	(165.014)	(175.048)
Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos JCP	954.525	221.573	954.525	221.573
Adições/Exclusões Permanentes	(12.311)	(13.852)	(12.267)	(13.523)
Adições/Exclusões Temporárias	(724.724)	562.376	(724.724)	562.374
Resultado Tributável	217.490	770.097	217.534	770.424
Despesas de Provisão de IRPJ e CSLL - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	(54.349)	(192.500)	(43.507)	(154.085)
Deduções (Incentivos Fiscais)	5.302	10.898	-	-
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	(303)	968	(242)	775
Provisão de Tributos sobre Ajustes de LPA	-	162	-	133
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL - após os incentivos e Reserva de Reavaliação	(49.350)	(180.472)	(43.749)	(153.177)
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Decorrentes de Créditos Recuperados e IFD	(12.360)	(1.890)	(5.995)	3.284
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(61.710)	(182.362)	(49.744)	(149.893)
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – Provisões, IFD e Item Objeto de Hedge	(171.327)	421.411	(155.013)	246.296
Total de IRPJ/CSLL	(233.037)	239.049	(204.757)	96.403
Alíquota Efetiva (%)	24,41	(107,89)	21,45	(43,51)
a.2) Especificação da Provisão de IRPJ e CSLL	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	49.350	180.472	43.749	153.177
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	(303)	968	(242)	775
Provisão de Tributos sobre Ajustes de LPA	-	162	-	133
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 16.d)	49.047	181.602	43.507	154.085
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	(31.406)	(162.776)	(28.154)	(127.628)
Valor dos Tributos a Recolher (a Compensar) do Período	17.641	18.826	15.353	26.457

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

Especificação	31.12.2017	31.12.2016
Resultado Antes dos Tributos e Participações	1.162.515	442.071
Encargo total de 45% - IRPJ (25%) e CSLL (20%)	(523.132)	(198.932)
Demonstrativo de Carga Tributária:		
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	(437.794)	335.450
Acréscimo/Decréscimo aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes:	(85.338)	(534.382)
PLR/JCP	(93.596)	(99.224)
Ganhos e Perdas Atuariais	(52.943)	(77.792)
Outras Rendas / FNE/Del Credere/Ops Repasse-Lei 7827-ART. 9º-A	(13.621)	(15.636)
Diferenças Temporárias - Outras Provisões (Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Outras Causas)	(36.152)	(38.563)
Diferenças Temporárias sobre Provisões Atuariais	97.218	(245.266)
Diferenças Temporárias - Operações c/Reembolso Maior que 10 anos	(27.983)	(137.977)
Outros Valores / Diferença do Aumento da Alíquota de 15% para 20% da CSLL	41.739	80.076
Total da Carga Tributária Conciliada	(523.132)	(198.932)

c) Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias

Os Créditos tributários de IRPJ e CSLL oriundos de diferenças temporárias das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) e Provisões para Benefícios Pós-Emprego são registrados conforme disposições das principais normas, quais sejam: Resolução do CMN nº 3.059, de 20.12.2002, Circular Bacen nº 3.171, de 30.12.2002 e Instrução Normativa CVM nº 371, de 27.06.2002 e são fundamentados em Estudos Técnicos sobre Constituição de Ativos e Passivos Fiscais Diferidos, realizados semestralmente.

De acordo com as Circulares Bacen nºs 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, foram constituídos créditos tributários sobre ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários (TVM), relativamente aos títulos classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda, bem como sobre Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD).

Quanto aos créditos tributários sobre Provisões para Passivos Contingentes (Trabalhistas, Cíveis, Fiscais) - Conforme preconiza o artigo 1º, inciso II, da Resolução CMN nº 3.059, de 20.12.2002, para o registro contábil dos créditos tributários é necessário que haja expectativa de realização dos mesmos no prazo máximo de 10 (dez) anos. Por não haver um horizonte do desenlace das questões relacionadas aos processos judiciais que estiverem provisionados, o Banco, por prudência, não realiza constituição de Ativo Fiscal Diferido sobre estas provisões.

Especificação	31.12.2017		31.12.2016		31.12.2017	31.12.2016
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Provisões						
Saldo Inicial	939.423	655.350	706.770	515.481	1.594.773	1.222.251
Constituição	37.278	22.755	256.065	166.086	60.033	422.151
Realização/Reversão	(174.481)	(151.812)	(23.412)	(26.217)	(326.293)	(49.629)
Saldo Final (Nota 10.d)	802.220	526.293	939.423	655.350	1.328.513	1.594.773
b) Provisões Atuariais						
Saldo Inicial	328.578	209.065	136.667	100.745	537.643	237.412
Constituição	149.189	52.002	193.901	109.263	201.191	303.164
Realização/Reversão	(32.093)	(25.674)	(1.990)	(943)	(57.767)	(2.933)
Saldo Final (Nota 10.e)	420.995	260.072	328.578	209.065	681.067	537.643
c) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)						
Saldo Inicial	-	-	-	-	-	-
Constituição	27	16	8.919	5.352	43	14.271
Realização/Reversão	(27)	(16)	(8.919)	(5.352)	(43)	(14.271)
Saldo Final (Nota 7.c)	-	-	-	-	-	-
d) Item Objeto de Hedge						
Saldo Inicial	2.632	1.579	5.786	3.472	4.211	9.258
Constituição	7.039	4.223	26.004	15.602	11.262	41.606
Realização/Reversão	(6.543)	(3.926)	(29.158)	(17.495)	(10.469)	(46.653)
Saldo Final (Nota 7.c.1)	3.128	1.876	2.632	1.579	5.004	4.211
Efeito no Patrimônio Líquido						
e) TVM						
Saldo Inicial	174.065	110.746	223.773	151.483	284.811	375.256
Constituição	101.904	70.083	495.382	358.110	171.987	853.492
Realização/Reversão	(111.225)	(75.279)	(545.090)	(398.847)	(186.504)	(943.937)
Saldo Final (Nota 7.a.2)	164.744	105.550	174.065	110.746	270.294	284.811

Os saldos dos créditos ativados e não ativados de IRPJ e CSLL estão a seguir demonstrados:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
1. Total das Diferenças Temporárias	6.244.779	6.186.088	6.244.779	6.186.088
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.561.195	1.546.522	1.222.085	1.237.218
3. Créditos Tributários Ativados sobre Provisões	1.223.216	1.268.001	786.364	864.415
4. Créditos Tributários Ativados decorrentes da marcação a mercado de TVM, IFD e Item Objeto de Hedge	167.872	176.697	107.426	112.325
5. Total de Créditos Tributários Ativados (item 3 + item 4) ⁽¹⁾	1.391.088	1.444.698	893.790	976.740
6. Créditos Tributários Não Ativados (item 2 - item 5) ⁽²⁾	170.107	101.824	328.295	260.478

⁽¹⁾ Os créditos ativados encontram-se registrados em "Outros Créditos-Diversos"

⁽²⁾ Não ativados por não atenderem aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.355, de 31.03.2006, e considerando estudo técnico sobre a constituição de ativos e passivos fiscais diferidos.

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa-PCLD, na posição de 31.12.2017, estão a seguir demonstrados:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%)	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2018	6,92	224.728	217.334	179.782	173.867	404.510	391.201
2019	8,25	172.059	153.716	103.235	92.230	275.294	245.946
2020	8,19	71.802	59.291	43.081	35.575	114.883	94.866
2021	8,06	81.094	61.970	48.657	37.182	129.751	99.152
2022	7,97	166.303	117.703	99.782	70.622	266.085	188.325
2023	7,97	24.660	16.165	14.796	9.699	39.456	25.864
2024	7,97	22.057	13.392	13.234	8.035	35.291	21.427
2025	7,97	19.508	10.970	11.705	6.582	31.213	17.552
2026	7,97	11.762	6.126	7.057	3.675	18.819	9.801
2027	7,97	8.248	3.978	4.963	2.394	13.211	6.372
Total		802.221	660.645	526.292	439.861	1.328.513	1.100.506

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de Provisões Atuariais, na posição de 31.12.2017, estão a seguir demonstrados:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%)	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2018	6,92	37.376	36.148	29.902	28.918	67.278	65.066
2019	8,25	38.679	34.555	23.207	20.732	61.886	55.287
2020	8,19	39.757	32.830	23.854	19.698	63.611	52.528
2021	8,06	40.717	31.114	24.430	18.669	65.147	49.783
2022	7,97	41.662	29.487	24.997	17.692	66.659	47.179
2023	7,97	42.648	27.956	25.589	16.774	68.237	44.730
2024	7,97	43.670	26.514	26.202	15.908	69.872	42.422
2025	7,97	44.600	25.079	26.760	15.047	71.360	40.126
2026	7,97	45.584	23.740	27.350	14.244	72.934	37.984
2027	7,97	46.302	22.334	27.781	13.401	74.083	35.735
Total		420.995	289.757	260.072	181.083	681.067	470.840

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários, dos Instrumentos Financeiros Derivativos e de Item Objeto de Hedge apurados pelo valor presente de realização, na forma das Circulares Bacen nºs 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos:

Período	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2018	33.517	33.517	26.814	26.814	60.331	60.331
2019	2.306	2.306	1.383	1.383	3.689	3.689
2020	3.247	3.247	1.949	1.949	5.196	5.196
2021	362	362	217	217	579	579
2022	43	43	26	26	69	69
2027	194	194	117	117	311	311
Acima de 2027	128.203	128.203	76.920	76.920	205.123	205.123
Total	167.872	167.872	107.426	107.426	275.298	275.298

Os valores totais previstos de realizações dos créditos tributários na posição de 31.12.2017 estão a seguir demonstrados:

Período	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil ⁽¹⁾	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2018	295.621	286.999	236.498	229.599	532.119	516.598
2019	213.044	190.577	127.825	114.345	340.869	304.922
2020	114.806	95.368	68.884	57.222	183.690	152.590
2021	122.173	93.446	73.304	56.068	195.477	149.514
2022	208.008	147.233	124.805	88.340	332.813	235.573
2023	67.308	44.121	40.385	26.473	107.693	70.594
2024	65.727	39.906	39.436	23.943	105.163	63.849
2025	64.108	36.049	38.465	21.629	102.573	57.678
2026	57.346	29.866	34.407	17.919	91.753	47.785
2027	54.744	26.506	32.861	15.912	87.605	42.418
Acima de 2027	128.203	128.202	76.920	76.921	205.123	205.123
Total	1.391.088	1.118.273	893.790	728.371	2.284.878	1.846.644

⁽¹⁾ Considerando a alíquota de 20% até 31.12.2018 e 15% a partir de 01.01.2019.

d) Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos

Especificação	31.12.2017		31.12.2016		31.12.2017	31.12.2016
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Instrumentos Financeiros Derivativos						
Saldo Inicial	2.661	1.597	5.781	3.469	4.258	9.250
Constituição	6.983	4.190	14.318	8.591	11.173	22.909
Realização/Reversão	(6.489)	(3.894)	(17.438)	(10.463)	(10.383)	(27.901)
Saldo Final (Nota 7.c e 16.d)	3.155	1.893	2.661	1.597	5.048	4.258
b) Reserva de Reavaliação						
Saldo Inicial	1.281	1.024	2.249	1.799	2.305	4.048
Constituição	25	20	-	-	45	-
Realização/Reversão	(1.226)	(980)	(968)	(775)	(2.206)	(1.743)
Saldo Final (Nota 16.d)	80	64	1.281	1.024	144	2.305
c) Decorrentes de Créditos Recuperados ⁽¹⁾						
Saldo Inicial	61.352	40.761	56.342	42.172	102.113	98.514
Constituição	12.288	6.903	5.106	3.349	19.191	8.455
Realização/Reversão	(421)	(1.204)	(96)	(4.760)	(1.625)	(4.856)
Saldo Final (Nota 16.d)	73.219	46.460	61.352	40.761	119.679	102.113
Efeito no Patrimônio Líquido						
d) TVM						
Saldo Inicial	12.311	8.359	947	667	20.670	1.614
Constituição	261.377	157.598	76.230	47.382	418.975	123.612
Realização/Reversão	(248.840)	(150.818)	(64.866)	(39.690)	(399.658)	(104.556)
Saldo Final (Nota 7.a.2 e Nota 16.d)	24.848	15.139	12.311	8.359	39.987	20.670

⁽¹⁾ Na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996.

As provisões sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2018	1.156	1.156	925	925	2.081	2.081
2019	3.179	3.179	1.907	1.907	5.086	5.086
2022	697	697	418	418	1.115	1.115
2023	4.032	4.032	2.419	2.419	6.451	6.451
Acima de 2027	18.939	18.939	11.363	11.363	30.302	30.302
Total	28.003	28.003	17.032	17.032	45.035	45.035

As provisões sobre as Reservas de Reavaliação, apuradas pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média(%)	IRPJ		CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2018	6,92	80	78	64	62	144	140
Total		80	78	64	62	144	140

As provisões sobre os Créditos Recuperados, na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996, apuradas pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média	IRPJ		CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2018	6,92	12.649	12.233	10.119	9.786	22.768	22.019
2019	8,25	11.699	10.452	7.020	6.271	18.719	16.723
2020	8,19	10.064	8.311	6.038	4.986	16.102	13.297
2021	8,06	7.091	5.418	4.254	3.251	11.345	8.669
2022	7,97	6.746	4.774	4.048	2.865	10.794	7.639
2023	7,97	6.216	4.075	3.730	2.445	9.946	6.520
2024	7,97	5.306	3.222	3.184	1.933	8.490	5.155
2025	7,97	4.987	2.804	2.992	1.683	7.979	4.487
2026	7,97	1.750	911	1.050	547	2.800	1.458
2027	7,97	1.377	664	826	398	2.203	1.062
Acima de 2027	7,97	5.334	3.431	3.199	2.058	8.533	5.489
Total		73.219	56.295	46.460	36.223	119.679	92.518

Os valores totais das provisões dos Passivos Tributários, na posição de 31.12.2017, estão a seguir demonstrados:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil (1)	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2018	13.885	13.467	11.108	10.773	24.993	24.240
2019	14.878	13.631	8.927	8.178	23.805	21.809
2020	10.064	8.311	6.038	4.986	16.102	13.297
2021	7.091	5.418	4.254	3.251	11.345	8.669
2022	7.443	5.471	4.466	3.283	11.909	8.754
2023	10.248	8.107	6.149	4.864	16.397	12.971
2024	5.306	3.222	3.184	1.933	8.490	5.155
2025	4.987	2.804	2.992	1.683	7.979	4.487
2026	1.750	911	1.050	547	2.800	1.458
2027	1.377	664	826	398	2.203	1.062
Acima de 2027	24.273	22.370	14.562	13.421	38.835	35.791
Total	101.302	84.376	63.556	53.317	164.858	137.693

(1) Considerando a alíquota de 20% até 31.12.2018 e 15% a partir de 01.01.2019.

e) Despesas Tributárias

Especificação	2º Sem/2017	01.01 a 31.12.2017	01.01 a 31.12.2016
Contribuição ao Cofins e PIS/Pasep	(136.583)	(268.694)	(258.652)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(15.489)	(29.749)	(26.841)
Outros Valores	(2.431)	(3.861)	(2.999)
Total (Nota 20.e)	(154.503)	(302.304)	(288.492)

NOTA 22 – Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

a) O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos, conforme quadro a seguir:

Especificação	31.12.2017		31.12.2016	
	Valor da Base	Provisão	Valor da Base	Provisão
a) Provisão para Contingências				
a.1) Fiscais (Nota 22 f.1.i)	2.180.185	13.328	3.034.793	64.090
i) Obrigação Legal	1.910	1.910	977	977
ii) Outras Obrigações-Diversas	2.178.275	11.418	3.033.816	63.113
Provável	11.418	11.418	63.113	63.113
Possível	2.028.355	-	2.844.284	-
Remota ⁽¹⁾	138.502	-	126.419	-
a.2) Trabalhistas	468.951	169.253	456.644	172.866
Provável (Nota 22 f.1.ii)	169.253	169.253	172.866	172.866
Possível	153.668	-	145.990	-
Remota	146.030	-	137.788	-
a.3) Causas Cíveis	6.283.743	116.349	5.483.090	166.126
Provável (Nota 22 f.1.iii)	116.349	116.349	166.126	166.126
Possível	1.151.253	-	1.256.790	-
Remota ⁽²⁾	5.016.141	-	4.060.174	-
a.4) Outras Contingências (Nota 22 f.2.iv)				
i) Operações Securitizadas ⁽³⁾	6.729	6.729	10.673	10.673
ii) Outras	837.060	26.425	711.329	899
Provável	26.425	26.425	899	899
Possível	14.502	-	9.716	-
Remota	796.133	-	700.714	-

⁽¹⁾ O montante de contingência passiva relacionada às causas fiscais classificadas como risco remoto está concentrado em 01 (um) processo que apresenta saldo de R\$ 115.980, na posição de 31.12.2017 (R\$ 105.310 em 31.12.2016).

⁽²⁾ O montante de contingência passiva relacionada às causas cíveis classificadas como risco remoto está concentrado em 05 (cinco) processos que apresentam saldo de R\$ 3.009.366, na posição de 31.12.2017. Esses processos são alusivos: i) contribuição extraordinária de benefício pós-emprego e pagamento de honorários advocatícios – R\$ 1.721.681; ii) danos emergentes e lucros cessantes de não prestação de assistência técnica – R\$ 404.837; iii) pagamento de multa, por inclusão indevida em sistema de restrição cadastral - R\$ 371.847; iv) repetição de indébito – R\$ 307.423; e v) indenização por danos morais e lucros cessantes - R\$ 203.578 (R\$ 2.456.134 em 31.12.2016).

⁽³⁾ Referem-se ao risco de crédito sobre operações securitizadas, com fundamento na Lei nº 9.138, de 29.11.1995, que se encontram registradas em contas de compensação.

- b)** O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedades de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de cobrança de dívidas oriundas de operações de crédito, cuja avaliação da provisão e do passivo contingente é realizada pela área jurídica do Banco.
- c)** Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigações Legais nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados no quadro acima, têm como objeto de discussão os tributos municipais.
- d)** A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

Fiscal

Quatro ações que visam desconstituir auto de infração. As estimativas de perdas financeiras perfazem R\$ 1.808.128 na data base de 31.12.2017 (R\$ 2.693.426 em 31.12.2016).

Cível

Ação que visa lucros cessantes e pagamento de taxa de administração. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.12.2017, R\$ 245.601 (R\$ 213.841 em 31.12.2016).

Ação que visa repetição de indébito. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.12.2017, R\$ 68.516 (R\$ 59.656 em 31.12.2016).

Ação que visa indenização. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.12.2017, R\$ 121.791 (R\$ 52.748 em 31.12.2016).

Ação que visa pagamento de honorários. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.12.2017, R\$ 47.839 (R\$ 83.305 em 31.12.2016).

Ação iniciada em 2014, relativamente a Benefícios Pós-Emprego. A estimativa de valor, de risco possível, perfaz, na data-base de 31.12.2017, R\$ 57.835 (R\$ 34.026 em 31.12.2016).

e) Os Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos, constituídos para as contingências passivas prováveis, possíveis e/ou remotas, estão assim representados:

Especificação	31.12.2017	31.12.2016
Demandas Trabalhistas	88.073	463.666
Demandas Fiscais	129.832	126.816
Demandas Cíveis	69.904	72.857
Total	287.809	663.339

Movimentação das Provisões

f.1) Fiscais, Trabalhistas, Cíveis e Outras

Especificação	31.12.2017				
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Baixa	Saldo Final
i) Fiscais (Nota 16.i)	64.090	7.327	(56.736)	(1.353)	13.328
ii) Trabalhistas (Nota 16.i)	172.866	43.485	(26.488)	(20.610)	169.253
iii) Cíveis (Nota 16.i)	166.126	74.908	(64.159)	(60.526)	116.349
iv) Outras (Nota 16.i)	899	37.493	(5.236)	(2)	33.154

Especificação	31.12.2016				
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Baixa	Saldo Final
i) Fiscais (Nota 16.d)	46.515	23.672	(4.607)	(1.490)	64.090
ii) Trabalhistas (Nota 16.i)	249.461	113.406	(41.995)	(148.006)	172.866
iii) Cíveis (Nota 16.i)	142.592	70.865	(27.237)	(20.094)	166.126
iv) Outras (Nota 16.i)	720	594	(407)	(8)	899

f.2) Provisões para Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	31.12.2017			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão/Utilização/ Baixa	Saldo Final
i) FNE	3.229.308	1.970.123	(2.115.479)	3.083.952
ii) FDNE	604	608	(576)	636
iii) Proagro	1.088	9	(1.097)	-
iv) Outras	10.673	27.719	(5.238)	33.154

Especificação	31.12.2016			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão/Utilização/ Baixa	Saldo Final
i) FNE	2.792.367	1.785.737	(1.348.796)	3.229.308
ii) FDNE	654	33	(83)	604
iii) Proagro	2.644	668	(2.224)	1.088
iv) Outros Passivos Contingentes	37.800	1.334	(28.461)	10.673

NOTA 23 –Remuneração Paga a Funcionários e Administradores (Em Reais)

a) Remuneração Mensal de Funcionários

Remuneração Bruta ⁽¹⁾	01.01 a 31.12.2017	01.01 a 31.12.2016
Máxima	40.492,52	39.548,87
Mínima	1.643,01	1.487,83
Média	10.590,05	10.236,57

⁽¹⁾ Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

b) Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal no Período

Especificação	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
	Remuneração Bruta ⁽¹⁾	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal		
Maior remuneração individual ⁽²⁾	843.352,57	964.628,09	50.452,50	69.911,90	61.804,30	65.626,12
Menor remuneração individual ⁽³⁾	428.190,44	761.833,48	50.452,50	53.572,44	50.452,50	53.572,44
Remuneração média individual ⁽⁴⁾	826.239,35	913.957,21	52.608,04	51.351,17	54.536,09	57.291,50
Número de membros ⁽⁵⁾	6,92	7,75	6,28	6,33	5,08	5,25

⁽¹⁾ Valores aprovados pela 99^a reunião da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14.12.2016.

⁽²⁾ Apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no período.

⁽³⁾ Apurado com a exclusão de todos os membros que não tenham exercido o cargo pelo período todo.

⁽⁴⁾ Corresponde à divisão do valor total da remuneração do período de cada órgão pelo número de membros.

⁽⁵⁾ O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

Em 31.12.2017, o número de funcionários do Banco totalizava 6.925 (7.214 em 31.12.2016), registrando-se uma redução de 4,00% no quadro de pessoal.

NOTA 24 – Participação nos Lucros e Resultados – PLR

A provisão para Participação nos Lucros e Resultados dos empregados, no exercício, corresponde a R\$ 41.253 (R\$ 43.762 em 31.12.2016), composta pelo equivalente a 6,05% do lucro líquido do exercício (5,98% em 31.12.2016) e 25% (25,00% em 31.12.2016) dos dividendos/juros sobre o capital próprio do exercício.

A despesa de PLR do exercício importa em R\$ 42.976, sendo R\$ 41.253 referente aos Empregados e R\$ 1.723 aos Administradores.

NOTA 25 – Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada na Resolução nº 4.424, do CMN, que recepcionou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas, a seguir, as informações sobre benefícios pós-emprego. As avaliações atuariais são realizadas por atuário independente habilitado, com base em informações fornecidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef), Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste (Camed) e Banco.

a) Descrição geral das características dos Planos de Benefícios

a.1) Planos de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil

O Banco é patrocinador de dois planos de previdência complementar denominados, Benefícios Definidos (BD) e Contribuição Variável (CV I) administrados pela Capef, entidade fechada de previdência complementar, que oferecem aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

Em termos gerais, os benefícios do plano BD são calculados com base na diferença entre o salário de contribuição do empregado e o benefício de aposentadoria do INSS, ponderada pelo número de contribuições pagas ao plano, limitado a 360, incluindo eventual parcela de prorrogação de expediente proporcional ao número de contribuições pagas sobre esta parcela, todos vigentes em julho de 1997 e projetados, de acordo com o regulamento do plano até a data de aposentadoria do participante. Além disso, é descontada do benefício uma taxa equivalente a 21,25%, a título de contribuição extraordinária, resultando, de forma geral, 78,75% do salário de contribuição médio.

Os benefícios de aposentadoria programada do plano CV I são calculados com base no saldo da conta individual de cada participante, existente na data da aposentadoria e são pagos em duas fases, a primeira na forma de renda certa com prazo certo, na modalidade Contribuição Definida (CD) e a segunda na forma de renda vitalícia na modalidade Benefício Definido (BD). Além disso, o plano oferece cobertura para benefícios não programados, como invalidez e morte em atividade, sendo estes benefícios avaliados pelo Banco como benefício definido.

O plano CV I conta com o Fundo de Solvência Atuarial que será utilizado para cobertura de eventuais insuficiências atuariais futuras dos portfólios previdenciais mutualistas e com o Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, com o objetivo de suprir o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou morte do participante, referentes à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos. O Fundo de Solvência Atuarial é formado por valores recebidos mensalmente dos participantes, a partir da aplicação da taxa de solvência atuarial sobre o valor das contribuições de participantes ativos; saldo da conta de patrocinador relativo ao participante ativo que tenha optado pelo instituto do resgate e pelo valor obtido pela recomposição do capital complementar por invalidez em caso de retorno do participante assistido em virtude de aposentadoria por invalidez, tendo retornado à condição de válido, desde que o referido capital complementar por invalidez tenha sido proveniente de instituição seguradora. O Fundo mutualista para Benefícios de Risco é constituído a partir da aplicação da taxa de risco (de morte e invalidez) sobre as contribuições recebidas mensalmente dos participantes ativos.

Segundo o estatuto da entidade, são responsáveis pela administração e fiscalização da Capef os seguintes órgãos estatutários: Conselho Deliberativo, Diretoria-Executiva e Conselho Fiscal.

O Conselho Deliberativo é o órgão de decisão e orientação superior, cabendo-lhe precuamente a definição da política de administração da Capef e de seus planos de benefícios, sendo formado por representantes do Banco, por participantes ativos e representante dos participantes e beneficiários assistidos.

A Diretoria Executiva é responsável por executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente, no Estatuto e nos regulamentos dos planos de benefícios e nos Convênios e Termos de Adesão.

O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno, cabendo-lhe, principalmente, as funções de acompanhamento e fiscalização das atividades da Capef.

Os planos BD e CV I são regidos pela Resolução MPS/CGPC nº 26 de 29.09.2008, alterada pelas Resoluções CNPC nº 10, de 19.12.2012, nº 13, de 04.11.2013, nº 14, de 24.02.2014, nº 16, de 19.11.2014 e nº 22, de 25.11.2015 que preveem as condições e procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário. De acordo com a legislação citada, o superávit do Plano CV I, no âmbito da Capef está integralmente alocado na Reserva de Contingência e para fins de atendimento ao disposto na Resolução nº 4.424, do CMN, que recepcionou o CPC 33 (R1), não é reconhecido pelo Banco, conforme citado no inciso II, do subitem b.1.

a.1.1) Regime Atuarial no âmbito dos Planos Administrados pela Capef

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O plano CV I conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

a.2) Plano de Assistência Médica

O Banco é patrocinador e mantenedor de plano de saúde administrado pela Camed, denominado Plano Natural, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou resarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

O plano natural está adaptado à Lei nº 9.656 de 03.06.1998, que regulamenta os planos de saúde no Brasil. A Camed encontra-se registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), órgão regulador do setor, sob o número 38.569-7.

A Camed está sujeita à constituição de garantias financeiras estabelecidas pela ANS, para atendimento aos requisitos de Patrimônio Mínimo Ajustado exigido para operação, Margem de Solvência e constituição de Provisões Técnicas no que diz respeito a garantir os pagamentos à rede de prestadores de serviços, mediante vinculação de ativos garantidores na forma estabelecida pela regulamentação.

A Camed tem como órgãos estatutários: Corpo Social, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

O Conselho Deliberativo da Camed é órgão de acompanhamento e de superior deliberação administrativa, sendo formado por representantes do Banco e do Corpo Social. A Diretoria Executiva é responsável por executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente e no Estatuto da Camed.

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos de gestão da Camed, cabendo-lhe, essencialmente, as funções de acompanhamento e orientação das atividades da empresa.

a.2.1) Contribuições

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, por taxa de serviço de urgência e emergência, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade do Banco.

Em 2016, a Camed iniciou a devolução das contribuições anteriormente antecipadas pelo Banco, da seguinte forma: a) em pagamento único: R\$ 22.504; e b) o saldo restante em parcelas mensais de R\$ 432.

a.3) Seguro de Vida em Grupo

O Banco mantém como política de benefícios aos seus empregados, contrato de apólice coletiva de seguro de vida em grupo, destinada a seus empregados e ex-empregados aposentados. A apólice prevê cobertura básica: morte por causas naturais e accidentais e cobertura adicional de invalidez por acidente e por doença. Os prêmios de seguro são determinados pela aplicação de taxas por faixas etárias, contribuindo os empregados com 50% do valor desse prêmio e o Banco com os demais 50%, na forma do Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2018. Os aposentados são responsáveis pelo pagamento integral do valor do prêmio. A cada semestre, o Banco avalia atuarialmente o benefício que se constitui em subsídio indireto aos atuais aposentados.

a.4) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.12.2017, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos previdenciários, BD e CVI, ao plano de assistência médica, plano Natural, e ao seguro de vida em grupo, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido.

a.5) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Resolução nº 09, de 08.10.1996, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (CCE), registrando em 31.12.2017, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2016, 1:1).

a.6) Exposição ao risco

Os planos BD, CV I, Natural e Seguro de Vida em Grupo estão expostos, principalmente, aos seguintes riscos:

Plano	Tipo de Risco	Descrição do Risco
BD/ CV I/ Natural	Risco Atuarial	O risco atuarial está relacionado à incapacidade do plano de honrar os pagamentos dos benefícios, devido à adoção de tábuas atuariais inadequadas, utilização de premissas atuariais não aderentes ou ainda descasamento entre ativos e passivos. No caso de planos de saúde refere-se à atividade de prestação de serviços por meio de rede credenciada e/ou reembolso de eventos de saúde suplementar. Está relacionado tanto à adequação das bases técnicas utilizadas na precificação como também à adequação do nível de apropriação. Em algum momento, eventuais desequilíbrios nestas duas variáveis refletem na sinistralidade da Operadora.
BD/ CV I/ Natural	Risco de Liquidez	O risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre os ativos negociados e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de dispor de recursos imediatos para pagamento dos benefícios e demais obrigações do plano.
BD/ CV I/ Natural	Risco Operacional/Legal	O risco operacional está associado a perdas resultantes da operação do plano e pode ser subdividido em quatro categorias: risco de pessoas (despreparo, negligência ou fraude); risco de processos (organização inefficiente, fluxo de informações e de processos deficiente, responsabilidades mal definidas, etc.); risco legal (decorrente de procedimentos e rotinas que desrespeitam o ordenamento jurídico); e risco de tecnologia (processamento de dados sujeitos a erros e falhas de equipamentos).
BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo	Risco de Mercado	O risco de mercado está relacionado às variações nas taxas de juros e preços dos ativos que influenciam no desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios.
BD e CV I	Risco de Crédito	O risco de crédito surge quando as contrapartes não desejam ou não são capazes de cumprir suas obrigações contratuais. Seu efeito é medido pelo custo de reposição de fluxo de caixa em caso de inadimplência da contraparte. O rebaixamento da classificação por agências especializadas também pode gerar a elevação do risco de crédito, tendo em vista que a confiança dos investidores é impactada, podendo gerar redução no valor de mercado das organizações.
BD/ CV I/ Natural/ Seguro de Vida em Grupo	Risco de longevidade	O valor presente do passivo dos planos é calculado com a melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
Natural	Risco de despesas administrativas	Risco gerado pela possibilidade das despesas administrativas serem superiores às estimadas na avaliação, aumentando o passivo atuarial.
BD/ Natural	Risco de postergação de entrada em aposentadoria	O valor presente do passivo do plano é calculado considerando uma possibilidade de postergação da entrada em aposentadoria, caso essa postergação não se efetive o valor do passivo tende a aumentar.
CV I	Risco de entrada em invalidez ou ocorrência de morte e cobertura de capitais complementares	Risco de o participante entrar em invalidez ou no caso de morte, sem a constituição de reserva suficiente para arcar com os benefícios.

a.7) Número de Participantes dos Planos de Benefícios Pós-emprego

Especificação	Ativos	Assistidos	Total
Plano BD	1.531	4.906	6.437
Plano CV I	5.079	216	5.295
Plano Natural	6.551	4.998	11.549
Seguro de Vida em Grupo	4.950	3.578	8.528

a.8) Estratégias de Confrontação de Ativos e Passivos

Os riscos atuariais associados ao Plano BD estão relacionados à variação e alterações da base cadastral e aos eventos expressos pelas tábuas atuariais. Não há expectativa de variação nos valores de salário de contribuição ou de benefício além daqueles previstos no regulamento do plano.

Em relação ao Plano CV I, o risco atuarial é reduzido, pois as obrigações relativas a contas individuais de participantes e a benefícios prestados em fase de renda certa a prazo certo apresentam proteção integral contra o surgimento de déficits atuariais, embora que as obrigações previdenciais, de menor dimensão, relativas aos benefícios prestados em fase de renda vitalícia possam eventualmente vir a desenvolver desequilíbrios atuariais. Para essas obrigações existem mecanismos de proteção contra o surgimento de déficits atuariais tais como: i) a constituição de fundos previdenciais; e ii) o reajuste de benefício calculado com base na taxa nominal de rentabilidade dos investimentos obtida, com as limitações previstas no regulamento. Esse plano conta ainda com fundos previdenciais que têm por objetivo restabelecer o equilíbrio atuarial do plano quando ocorrer insuficiência atuarial e ainda prover à cobertura securitária dos benefícios decorrentes de invalidez ou óbito de participante. Além disso, para ambos os planos, são realizadas atualizações cadastrais periódicas, além de estudos técnicos específicos para aferir a aderência e convergência das hipóteses utilizadas nas avaliações atuariais dos planos.

A Capef conta com áreas específicas para administração dos investimentos, além de assessoria de gestão que reforça o monitoramento dos riscos de investimentos. Diariamente, os investimentos são acompanhados de modo a se verificar questões voltadas a enquadramentos, retornos dos ativos e acompanhamento da evolução da meta atuarial do plano. São realizadas reuniões mensais do Comitê de Investimento, onde são discutidos os riscos envolvidos nas operações, impactos no plano, questões de enquadramentos e análise de cenário econômico, bem como são elaborados relatórios trimestrais de risco, com simulação da rentabilidade mensal e anual, confrontação dos retornos dos ativos com a meta atuarial ao longo do tempo, liquidez do plano projetada no longo prazo, fronteira eficiente de "Markovitz" para os fundos de renda variável; acompanhamento dos ativos de títulos privados, comentários sobre os investimentos das diversas carteiras de investimentos, o VaR dos segmentos de renda fixa e renda variável. Anualmente é realizado o estudo de *Asset Liabilitiy Management* (ALM) que objetiva auxiliar os administradores do plano na escolha do portfólio mais adequado aos seus objetivos, levando em consideração as características e as particularidades dos ativos e da situação financeira do plano. O resultado desse estudo permite que sejam feitos investimentos de longo prazo, sem comprometer as obrigações, bem como o atingimento da meta atuarial.

Com relação ao plano natural, destaca-se o risco atuarial ou de subscrição, associado à atividade de prestação de serviços por meio de rede credenciada e/ou reembolso de eventos de saúde suplementar. Esse risco está relacionado tanto à adequação das bases técnicas utilizadas na precificação como também à adequação do nível de aprovisionamento. A avaliação dos riscos pela Camed é realizada mediante a elaboração de estudos atuariais, por meio de análise detalhada do plano.

A Camed possui instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. Os critérios para aplicações financeiras consideram os limites de alocação de recursos em conformidade com a regulamentação estabelecida pela ANS e o risco de crédito associado a essas aplicações é atenuado pela restrição de suas operações a instituição financeira considerada de primeira linha pelo mercado e concentração das aplicações em títulos públicos e privados de renda fixa e curto prazo de vencimento. O risco de crédito associado à possibilidade do não recebimento de valores de mensalidades e taxas que é mitigado pela possibilidade de cobrança em folha de pagamento e por meio de autorização de débito em conta corrente, bem como pela possibilidade legal de interrupção do atendimento aos beneficiários de planos de saúde após determinado período de inadimplência. O gerenciamento de riscos acompanha as alterações nos cenários de exposição a que a Camed está sujeita.

b) Análise da Obrigações Atuariais

Na posição de 31.12.2017, os planos administrados pela Capef e Camed e o Seguro de Vida em Grupo encontram-se registrados, nas demonstrações financeiras do Banco, na seguinte situação:

b.1) Planos de Previdência Privada

- i. Plano BD: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 4.161.598 (R\$ 3.870.805 em 31.12.2016) encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 3.750.382 (R\$ 3.507.687 em 31.12.2016), resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 411.216 (R\$ 363.118 em 31.12.2016). A obrigação relativa aos participantes assistidos é de R\$ 3.452.221 (R\$ 3.198.339 em 31.12.2016) e aos participantes ativos é de R\$ 709.377 (R\$ 672.466 em 31.12.2016);
- ii. Plano CV I: para os benefícios não programados (parte BD), que possuem características de plano de benefício definido, o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 21.807 (R\$ 12.024 em 31.12.2016) é inferior ao valor justo dos ativos do plano no montante de R\$ 44.629 (R\$ 29.299 em 31.12.2016), resultando em um superávit de R\$ 22.822 (R\$ 17.275 em 31.12.2016), que não está sendo reconhecido, pois se destina à formação do fundo de solvência e do fundo mutualista do plano.

b.2) Plano de Assistência Médica: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 1.470.786 (R\$ 923.372 em 31.12.2016) encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 116.548 (R\$ 115.822 em 31.12.2016), resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 1.354.238 (R\$ 807.550 em 31.12.2016). A obrigação referente aos participantes assistidos é de R\$ 1.041.680 (R\$ 733.468 em 31.12.2016) e aos participantes ativos é de R\$ 429.106 (R\$ 189.904 em 31.12.2016).

b.3) Seguro de vida em grupo: o valor presente das obrigações atuariais descobertas é de R\$ 134.567 (R\$ 116.899 em 31.12.2016), inexistindo ativos para esse plano. A obrigação referente aos participantes assistidos é de R\$ 125.919 (R\$ 111.717 em 31.12.2016) e aos participantes ativos é de R\$ 39.698 (R\$ 35.500 em 31.12.2016), desse total ainda é descontado o subsídio cruzado no valor de R\$ 31.050 (R\$ 30.318 em 31.12.2016).

c) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Valor Presente da Obrigação

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Início do Exercício	(3.870.805)	(3.287.130)	(12.024)	(9.502)
2. Custo dos Juros	(397.366)	(411.523)	(1.274)	(1.237)
3. Custo do Serviço Corrente	(8.474)	(7.674)	(188)	(527)
4. Benefícios Pagos pelo Plano	412.521	384.186	447	305
5. Contribuições dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	(76.868)	(71.517)	-	-
6. Reversão de saldo de contribuições da parte CD para a parte BD do plano	-	-	(955)	(2.638)
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	-	-	-	97
8. Remensurações de Ganhos (Perdas) Atuariais	(220.606)	(477.147)	(7.813)	1.478
8.1. Decorrentes de Ajustes de Experiência	(2.656)	(51.570)	(6.135)	3.306
8.2. Decorrentes de Alterações de Premissas Biométricas	(88.928)	-	(1.008)	-
8.3. Decorrentes de Alterações de Premissas Financeiras	(129.022)	(425.577)	(670)	(1.828)
9. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Exercício	(4.161.598)	(3.870.805)	(21.807)	(12.024)

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural			
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
1. Valor Presente da Obrigaçāo Atuarial, no Início do Exercício	(923.372)	(879.202)	(116.899)	(56.505)
2. Custo dos Juros	(95.400)	(113.548)	(12.198)	(7.088)
3. Custo do Serviço Corrente	(8.339)	(13.587)	(1.072)	(764)
4. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽¹⁾	88.835	65.655	11.095	9.837
5. Contribuições dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	(18.324)	(17.272)	(3.089)	(3.088)
6. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	11.839	10.414	-	-
7. Remensurações de Ganhos (Perdas) Atuariais	(526.025)	24.168	(12.404)	(59.291)
7.1. Decorrentes de Ajustes de Experiência	(194.259)	189.333	(1.207)	(49.296)
7.2. Decorrentes de Alterações de Premissas Biométricas	(116.336)	-	(2.866)	-
7.3. Decorrentes de Alterações de Premissas Financeiras	(73.678)	(136.854)	(8.331)	(27.783)
7.4. Decorrentes de Alterações de Premissas Demográficas	(5.431)	(28.311)	-	17.788
7.5. Decorrentes de Ajuste na Metodologia da Desp. Administrativa	(76.161)	-	-	-
7.6. Decorrentes de Ajuste na Metodologia de Coparticipação	(142.190)	-	-	-
7.7. Decorrentes de Elevação de fontes de custeio	82.030	-	-	-
8. Valor Presente da Obrigaçāo Atuarial, no Final do Exercício	(1.470.786)	(923.372)	(134.567)	(116.899)

⁽¹⁾ Camed: Plano Natural - Líquidos das coparticipações pagas pelos associados.

d) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Valor Justo dos Ativos dos Planos

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
1. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Início do Exercício	3.507.687	3.051.653	29.299	31.247
2. Receita de Juros	362.783	385.176	3.316	4.249
3. Contribuições Recebidas do Empregador ⁽¹⁾	77.321	71.831	1.550	1.509
4. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	407	428	1.556	1.512
5. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	76.868	71.517	-	-
6. Reversão de saldo de contribuições da parte CD para a parte BD do plano	-	-	955	2.638
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	-	-	-	(97)
8. Benefícios Pagos pelo Plano	(412.521)	(384.186)	(447)	(305)
9. Retorno sobre os Ativos do Plano ⁽²⁾	137.837	311.268	8.399	(11.454)
10. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Exercício	3.750.382	3.507.687	44.629	29.299

⁽¹⁾ Capef – Plano BD: contribuições relativas a participantes ativos e assistidos;

⁽²⁾ Exceto receita de juros.

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural			
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
1. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Início do Exercício	115.822	106.225	-	-
2. Receita de Juros	11.131	14.116	-	-
3. Contribuições Recebidas do Empregador ⁽¹⁾	50.644	34.649	4.458	4.313
4. Devolução das Contribuições do Patrocinador	(5.178)	(26.170)	-	-
5. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	669	15.073	3.548	2.437
6. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	18.324	17.272	3.089	3.087
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(11.839)	(10.414)	-	-
8. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽²⁾	(88.835)	(65.655)	(11.095)	(9.837)
9. Retorno sobre os Ativos do Plano ⁽³⁾	25.810	30.726	-	-
10. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Exercício	116.548	115.822	-	-

⁽¹⁾ Camed – Plano Natural: contribuições relativas a associados e aposentados/pensionistas;

⁽²⁾ Camed – Plano Natural: líquidos das coparticipações pagas pelos associados; e

⁽³⁾ Exceto receita de juros.

e) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Efeito do Teto do Ativo

Especificação	Capef	
	Plano CV I	
	31.12.2017	31.12.2016
1. Efeito do Teto do Ativo, no Início do Exercício	(17.275)	(21.745)
2. Juros sobre o Efeito do Teto	(2.042)	(3.012)
3. Remensuração do Efeito do Teto do Ativo	(3.504)	7.482
4. Efeito do Teto do Ativo, no Fim do Exercício	(22.822)	(17.275)

f) Conciliação do Valor Presente da Obrigação e do Valor dos Ativos dos Planos, com os Ativos e os Passivos Reconhecidos no Balanço Patrimonial

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Exercício	(4.161.598)	(3.870.805)	(21.807)	(12.024)
2. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Exercício	3.750.382	3.507.687	44.629	29.299
3. Superávit (Déficit) do Plano (item 1 – item 2)	(411.216)	(363.118)	22.822	17.275
4. Efeito do Teto do Ativo, no Final do Exercício	-	-	(22.822)	(17.275)
5. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial no Final do Exercício (Nota 16.j)	(411.216)	(363.118)	-	-

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural			
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Exercício	(1.470.786)	(923.372)	(134.567)	(116.899)
2. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Exercício	116.548	115.822	-	-
3. Superávit (Déficit) do Plano (item 1 – item 2)	(1.354.238)	(807.550)	(134.567)	(116.899)
4. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial no Final do Exercício (Nota 16.j)	(1.354.238)	(807.550)	(134.567)	(116.899)

g) Valores Reconhecidos no Resultado do Exercício

Especificação	Capef					
	Plano BD			Plano CV I		
	2° Sem/2017	01.01 a 31.12.2017	01.01 a 31.12.2016	2° Sem/2017	01.01 a 31.12.2017	01.01 a 31.12.2016
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(4.048)	(8.067)	(7.246)	715	1.368	985
1.1. Custo do Serviço	(4.237)	(8.474)	(7.674)	(94)	(188)	(527)
1.2. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	189	407	428	809	1.556	1.512
2. Juros Líquidos	(17.291)	(34.583)	(26.347)	-	-	-
2.1. Custo dos Juros	(198.683)	(397.366)	(411.523)	(637)	(1.274)	(1.237)
2.2. Receita de Juros	181.392	362.783	385.176	1.658	3.316	4.249
2.3. Juros sobre o Efeito do Teto	-	-	-	(1.021)	(2.042)	(3.012)
3. Valores Reconhecidos no Resultado do Exercício (item 1 + item 2)	(21.339)⁽¹⁾	(42.650)⁽¹⁾	(33.593)⁽¹⁾	715⁽²⁾	1.368⁽²⁾	985⁽²⁾

⁽¹⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos, resarcidas ao Banco, Plano BD: 01.01 a 31.12.2016: R\$ 7.

⁽²⁾ Esse valor foi registrado na rubrica "Reversão de Provisões Operacionais".

Especificação	Camed			Seguro de Vida		
	Plano Natural					
	2° Sem/2017	01.01 a 31.12.2017	01.01 a 31.12.2016	2° Sem/2017	01.01 a 31.12.2017	01.01 a 31.12.2016
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(3.835)	(7.670)	1.486	1.187	2.476	1.673
1.1. Custo do Serviço	(4.170)	(8.339)	(13.587)	(536)	(1.072)	(764)
1.2. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	335	669	15.073	1.723	3.548	2.437
2. Juros Líquidos	(42.134)	(84.269)	(99.432)	(6.099)	(12.198)	(7.088)
2.1. Custo dos Juros	(47.699)	(95.400)	(113.548)	(6.099)	(12.198)	(7.088)
2.2. Receita de Juros	5.565	11.131	14.116	-	-	-
3. Valores Reconhecidos no Resultado do Exercício (item 1 + item 2) ⁽¹⁾	(45.969)	(91.939)	(97.946)	(4.912)	(9.722)	(5.415)

⁽¹⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos, resarcidas ao Banco, plano Natural: 2° Sem/2017: R\$ 23; 01.01 a 31.12.2017: R\$ 46; 01.01 a 31.12.2016: R\$ 36; e Seguro de Vida: 2° Sem/2017: R\$ 4; 01.01 a 31.12.2017: R\$ 7; 01.01 a 31.12.2016: R\$ 8.

As contribuições referentes à parte CD do plano CV I foram contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo:

Especificação	2° Sem/2017	01.01 a 31.12.2017	01.01 a 31.12.2016
1. Contribuições (Parte CD) ⁽¹⁾	(29.533)	(54.609)	(50.810)

⁽¹⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos: 2° Sem/2017 – R\$ 136; 01.01 a 31.12.2017 - R\$ 260; e 01.01 a 31.12.2016 – R\$ 331.

As despesas administrativas do plano BD estão contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo.

Especificação	2° Sem/2017	01.01 a 31.12.2017	01.01 a 31.12.2016
1. Despesas Administrativas	(3.635)	(6.724)	(6.672)

h) Valores do Período Reconhecidos no Patrimônio Líquido

As perdas atuariais líquidas, em 31.12.2017, são decorrentes principalmente das seguintes premissas: (i) financeiras: devido às quedas nas taxas de juros em relação a 31.12.2016, que passaram de 10,71% (31.12.2016) para 9,71% (31.12.2017) nos planos BD e Natural, de 10,73% (31.12.2016) para 9,76% (31.12.2017) no plano CV I e de 10,75% (31.12.2016) para 9,76% (31.12.2017) no Seguro de Vida em Grupo; e (ii) ajustes de experiência: a) Plano BD – perda devido a alteração da tábua de sobrevivência; b) plano CV I – perda decorrente do aumento no valor dos salários e benefícios médios, bem como do efeito da restrição do teto do ativo; c) Plano Natural – além da perda devido a alteração da tábua de sobrevivência, apresentou uma perda relevante devido ao ajuste na metodologia de cálculo das coparticipações, que passou a considerar a experiência do plano. Tais perdas superaram os ganhos gerados pela redução da taxa de despesas administrativas e pela elevação de fontes de custeio; e d) Seguro de Vida – também apresentou perda pela alteração da tábua de sobrevivência, bem como pelo aumento no valor das indenizações.

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	01.01 a 31.12.2017	01.01 a 31.12.2016	01.01 a 31.12.2017	01.01 a 31.12.2016
1. Retorno sobre os Ativos do Plano	137.837	311.268	8.399	(11.454)
2. Ganhos (Perdas) atuariais sobre a Obrigaçāo	(220.606)	(477.147)	(7.813)	1.478
2.1. Ajustes de Experiência	(2.656)	(51.570)	(6.135)	3.306
2.2. Decorrentes de Alterações de Premissas Biométricas	(88.928)	-	(1.008)	-
2.4. Alterações de Premissas Financeiras	(129.022)	(425.577)	(670)	(1.828)
3. Efeito do teto do ativo	-	-	(3.504)	7.482
4. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido no final do Exercício (item 1 + item 2 + item 3) ⁽¹⁾	(82.769)	(165.879)	(2.918)	(2.494)

⁽¹⁾ Inclusive diferença de contribuições estimadas, no cálculo atuarial do plano BD: 01.01 a 31.12.2017 R\$ 8; 01.01 a 31.12.2016: R\$ 11 e plano CV I: 01.01 a 31.12.2017 R\$ 130; 01.01 a 31.12.2016: R\$ 87.

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural			
	01.01 a 31.12.2017	01.01 a 31.12.2016	01.01 a 31.12.2017	01.01 a 31.12.2016
1. Retorno sobre os Ativos do Plano	25.810	30.726	-	-
2. Ganhos (Perdas) atuariais sobre a Obrigaçāo	(526.025)	24.168	(12.404)	(59.291)
2.1. Ajustes de Experiência	(194.259)	189.333	(1.207)	(49.296)
2.2. Alterações de Premissas Biométricas	(116.336)	-	(2.866)	17.788
2.3. Alterações de Premissas Financeiras	(73.678)	(136.854)	(8.331)	(27.783)
2.4. Alterações de Premissas Demográficas	(5.431)	(28.311)	-	-
2.5. Alterações de Ajuste na Metodologia da Desp. Adm.	(76.161)	-	-	-
2.6. Alterações de Ajuste na Metodologia da Coparticipação	(142.190)	-	-	-
2.7. Decorrentes de Elevação de fontes de custeio	82.030	-	-	-
3. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido no final do Exercício (item 1 + item 2) ⁽¹⁾	(500.215)	54.894	(12.404)	(59.291)

⁽¹⁾ Inclusive diferença de contribuições estimadas, no cálculo atuarial do Seguro de Vida em grupo: 01.01 a 31.12.2017: R\$ 18; 01.01 a 31.12.2016: R\$ 24; e Natural: 01.01 a 31.12.2017: R\$ 38.

i) Conciliação de movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no Exercício

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
1. (Passivo)/Ativo Reconhecido, no Início do Exercício	(363.118)	(235.477)	-	-
2. Contribuições do Empregador	77.321	71.831	1.550	1.509
3. Valores Reconhecidos no Resultado	(42.650)	(33.593)	1.368	985
4. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido	(82.769)	(165.879)	(2.918)	(2.494)
5. (Passivo)/Ativo Reconhecido, no Final do Exercício (Nota 16.j)	(411.216)	(363.118)	-	-

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural			
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
1. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Início do Exercício	(807.550)	(772.977)	(116.899)	(56.505)
2. Contribuições do Empregador	50.644	34.649	4.458	4.313
3. Devolução de contribuições do patrocinador	(5.178)	(26.170)	-	-
4. Valores Reconhecidos no Resultado	(91.939)	(97.946)	(9.722)	(5.415)
5. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido	(500.215)	54.894	(12.404)	(59.291)
6. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Final do Exercício (Nota 16.j)	(1.354.238)	(807.550)	(134.567)	(116.898)

j) Política de Investimento e Alocação dos Valores Justos dos Planos

As políticas de investimentos, para os planos BD e CV I, são elaboradas anualmente para um período de 5 (cinco) anos, sendo objeto de aprovação pelo Conselho Deliberativo da Capef e têm como principal objetivo definir procedimentos norteadores para administração dos ativos em confronto com as despesas de benefícios, buscando o equilíbrio atuarial de cada plano. A meta do plano BD a ser alcançada em seus investimentos é representada por INPC + 5,50% a.a. e do plano CV I, IPCA + 5,25% ao ano.

Para formulação da política são analisados os critérios e objetivos de investimento dos recursos do plano de custeio e benefícios, considerando: a) taxa esperada de retorno; b) preservação de capital; c) diversificação; d) tolerância a risco; e) estabilidade; f) liquidez e g) regra de reajuste de benefícios. Com base nesses critérios são definidos mecanismos de investimento e a melhor estratégia na diversificação das carteiras: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, imóveis e operações com participantes.

Para alocação dos recursos e os limites por segmento de aplicação são consideradas as diretrizes da Resolução nº 3.792, de 24.09.2009 do Conselho Monetário Nacional e suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano. A proposta de alocação de recursos é revisada a qualquer tempo, em razão de fato relevante que venha alterar substancialmente as premissas macroeconômicas consideradas.

As deliberações sobre investimentos do plano natural são aprovadas pela Diretoria Executiva e submetidas ao Conselho Deliberativo da Camed. Para os investimentos que possuem vinculação com garantias financeiras junto ao órgão regulador, Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), são observados os limites e condições estabelecidos nos normativos da ANS.

Especificação	Capef				Camed	
	Plano BD (%)		Plano CV I (%)		Plano Natural (%)	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Renda Fixa	90,10	89,22	93,66	93,62	78,84	76,71
Renda Variável	0,27	0,19	-	-	20,43	22,54
Investimentos Imobiliários	6,96	7,72	-	-	0,73	0,75
Investimentos Estruturados	0,26	0,25	1,13	1,28	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Participantes	2,39	2,60	5,21	5,10	-	-
Outros	0,02	0,02	-	-	-	-
Montantes incluídos no valor justo dos ativos dos planos						
Em instrumentos financeiros no Banco	-	0,19	-	-	-	76,71
Em propriedades/outros ativos utilizados pelo Banco	-	1,01	-	-	-	0,75

k) Premissas utilizadas

k.1) Premissas Demográficas

As premissas demográficas utilizadas baseiam-se nas adotadas em avaliações atuariais, no âmbito da Capef e da Camed, embasadas em estudos estatísticos elaborados por consultorias especializadas, contratadas por aquelas entidades. Nos cálculos atuariais, para os planos BD, Natural e Seguro de Vida, o tempo de adiamento da aposentadoria em relação a cada participante ativo foi estimado pelo percentil 50%, em relação ao tempo efetivo de adiamento da aposentadoria verificado para o conjunto dos atuais participantes ativos, que já se encontravam elegíveis para o benefício de aposentadoria programada na data da avaliação atuarial.

Especificação	Plano BD (Capef) e Plano Natural (Camed)	
	31.12.2017	31.12.2016
Tábuas de Mortalidade		
Ativos/Aposentados	RP2000 M&F Proj 2018 – Suavizada em 10%	RP2000 – Suavizada em 15% ⁽¹⁾
Inválidos	RP2000 Disable F	Winklevooss
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas – (A10)

⁽¹⁾ Tábua de mortalidade segregada por sexo, sendo 70% para o sexo masculino e 30% para o sexo feminino.

Especificação	Plano CV I (Capef)	
	31.12.2017	31.12.2016
Tábuas de Mortalidade		
Ativos/Aposentados	RP 2000 Proj. 2018 Segmentada por sexo (Suavizada 20%)	RP 2000 Proj. 2014 Unissex (70%M) (D20)
Inválidos	Experiência do IAPC (suavizada em 50%)	Experiência do IAPC (suavizada em 50%)
Tábua de Entrada em Invalidez	Muller (suavizada em 85%)	Álvaro Vindas (suavizada 50%)

Especificação	Seguro de Vida	
	31.12.2017	31.12.2016
Tábuas de Mortalidade		
Ativos/Aposentados	RP 2000 Proj. 2018 Segmentada por sexo (Suavizada 20%)	RP 2000 Proj. 2014 Unissex (70%M) (D20)
Inválidos	Experiência do IAPC (suavizada em 50%)	Experiência do IAPC (suavizada em 50%)
Tábua de Entrada em Invalidez	Muller (suavizada em 85%)	Álvaro Vindas (suavizada 50%)

k.2) Premissas Financeiras

Especificação	Capef (% a.a.)			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	9,71	10,71	9,76	10,73
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	5,38	5,75	5,43	5,77
Taxa média de inflação anual	4,11	4,69	4,11	4,69
Taxa nominal de crescimento salarial	5,15 ⁽¹⁾	5,74 ⁽¹⁾	4,11 ⁽²⁾	4,69 ⁽²⁾
Taxa nominal de aumentos dos benefícios	4,11	4,69	4,11	4,69

⁽¹⁾ Plano BD: a taxa de crescimento salarial real de 1% é aplicada até que o participante atinja a data prevista para aposentadoria (360 contribuições).

⁽²⁾ Plano CV I: a projeção de crescimento real de salário de cada participante segue as regras do plano de cargos e salários do Banco e a hipótese de progressão da verba de adicional de função em comissão (AFC).

Especificação	Camed (% a.a.)		Seguro de Vida (% a.a.)	
	Plano Natural		31.12.2017	31.12.2016
	31.12.2017	31.12.2016		
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	9,71	10,71	9,76	10,75
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	5,38	5,75	5,42	5,78
Taxa média de inflação anual	4,11	4,69	4,11	4,69
Taxa nominal de crescimento salarial	5,15	5,74	5,15 ⁽¹⁾	-
Taxa nominal de aumentos médio dos benefícios	-	7,50 ⁽²⁾	5,15 ⁽¹⁾	-
Taxa de evolução dos custos médicos em decorrência do envelhecimento (<i>Aging Factor</i>)	3,17	3,08	Não se aplica	Não se aplica
Taxas de crescimento dos custos de saúde (HCCTR)	2,60 ⁽³⁾	2,69 ⁽²⁾	Não se aplica	Não se aplica

⁽¹⁾ No caso do seguro de vida, trata-se da projeção de aumento do capital segurado.

⁽²⁾ Na posição de 31.12.2016, para o plano Natural, foi calculada taxa de inflação médica considerando a experiência do plano nos últimos 8 (oito) anos. A taxa encontrada foi de 2,687%, acima do "aging factor" e da inflação geral de preços de 4,69% a.a., e decresce gradualmente em 7 (sete) anos, a partir de 2017, permanecendo a partir do 8º (oitavo) ano em 1% a.a.

⁽³⁾ Na posição de 31.12.2017, para o plano Natural, foi calculada taxa de inflação médica considerando a experiência do plano nos últimos 9 (nove) anos. A taxa encontrada foi de 2,597%, acima do "aging factor" e da inflação geral de preços de 4,11% a.a., e decresce gradualmente em 6 (seis) anos, a partir de 2018, permanecendo a partir do 7º (sétimo) ano em 1% a.a.

k.3) A taxa de inflação futura é utilizada no cálculo do Valor Presente da Obrigaçāo Atuarial, visando à mensuração do "floating" inflacionário decorrente do congelamento, por ciclos anuais, de contribuições e benefícios futuros, admitindo-se neste cálculo a ocorrência de processo inflacionário de igual intensidade para todas as variáveis salariais, assistenciais, previdenciais e econômicas do plano.

k.4) É utilizado como método de avaliação atuarial o Método de Crédito Unitário Projetado a fim de determinar o valor presente da obrigação, o custo do serviço corrente e, quando necessário, o custo do serviço passado.

k.5) A taxa de desconto equivale à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da *duration* dos planos, conforme metodologia prevista no item 83 do Pronunciamento CPC 33 (R1), recepcionado pela Resolução nº 4.424, do CMN. Na posição de 31.12.2017, foram apuradas as seguintes *durationes*: para os planos Capef BD e Camed Natural: 12,91 anos (12,52 anos em 31.12.2016), para o plano Capef CV I: 21,01 anos (28,74 anos em 31.12.2016) e para o Seguro de Vida: 18,34 anos (9,81 anos em 31.12.2016).

I) Análise de sensibilidade das principais hipóteses

A análise de sensibilidade considera o acréscimo ou decréscimo de 1 (um) ano na idade do participante ou assistido, do aumento ou da redução de 0,25% na taxa de juros, para os planos BD, CV I, Natural e Seguro de Vida, bem como da taxa de crescimento dos custos de saúde para o plano Natural. O cálculo foi efetuado com base no método da unidade de crédito projetada, estimando-se o valor presente da obrigação na posição de 31.12.2017.

Capef - Plano BD	Parâmetros Atuais	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
	31.12.2017	Idade + 1	Idade - 1	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigaçāo Atuarial	(4.161.598)	(4.052.397)	(4.268.880)	(4.073.139)	(4.253.636)
Valor Justo dos Ativos	3.750.382	3.750.382	3.750.382	3.750.382	3.750.382
Superávit (Déficit) Técnico	(411.216)	(302.015)	(518.498)	(322.757)	(503.254)
Variações:					
Aumento/Redução da Obrigaçāo Atuarial (%)		(2,6)	2,6	(2,1)	2,2
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(26,6)	26,1	(21,5)	22,4

Capef - Plano CV I	Parâmetros Atuais	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
	31.12.2017	Idade + 1	Idade - 1	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigaçāo Atuarial	(21.807)	(21.683)	(21.992)	(21.057)	(22.605)
Valor Justo dos Ativos	44.629	44.629	44.629	44.629	44.629
Superávit (Déficit) Técnico ⁽¹⁾	22.822	22.946	22.637	23.572	22.024
Variações:					
Aumento/Redução da Obrigaçāo Atuarial (%)		(0,6)	0,8	(3,4)	3,7
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		0,5	(0,8)	3,3	(3,5)

⁽¹⁾ Valor não reconhecido tendo em vista efeito do teto do ativo

Camed - Plano Natural	Parâmetros Atuais	Tábua Biométrica		HCCTR		Taxa de Juros	
	31.12.2017	Idade + 1	Idade - 1	+ 0,25%	-0,25%	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigações Atuariais	(1.470.786)	(1.407.031)	(1.534.542)	(1.490.120)	(1.451.453)	(1.424.556)	(1.517.016)
Valor Justo dos Ativos	116.548	116.548	116.548	116.548	116.548	116.548	116.548
Superávit (Déficit) Técnico	(1.354.238)	(1.290.483)	(1.417.994)	(1.373.572)	(1.334.905)	(1.308.008)	(1.400.468)
Variações:							
Aumento/Redução da Obrigação Atuaria (%)	(4,3)		4,3	1,3	(1,3)	(3,1)	3,1
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)	(4,7)		4,7	1,4	(1,4)	(3,4)	3,4

Seguro de Vida	Parâmetros Atuais	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
	31.12.2017	Idade + 1	Idade - 1	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuaria	(134.567)	(144.796)	(124.560)	(128.685)	(140.831)
Superávit (Déficit) Técnico	(134.567)	(144.796)	(124.560)	(128.685)	(140.831)
Variações:					
Aumento/Redução da Obrigação Atuaria (%)	7,6		(7,4)	(4,4)	4,7
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)	7,6		(7,4)	(4,4)	4,7

m) Impactos nos Fluxos de Caixas Futuros

m.1) Contribuições Esperadas para o exercício de 2018

Especificação	Capef		Camed Plano Natural	Seguro de Vida
	Plano BD ⁽¹⁾	Plano CV I ⁽²⁾		
1. Contribuições do Empregador	85.566	1.539	68.307	3.808
2. Contribuições de Empregados	210	1.516	-	2.560
3. Contribuições de Assistidos	85.356	-	27.362 ⁽³⁾	3.382

⁽¹⁾ Exceto contribuições destinadas ao custeio administrativo: 01.01 a 31.12.2017: Empregador: R\$ 7.440 e Empregados/Assistidos: 7.440;

⁽²⁾ Exceto contribuições destinadas a parte CD do plano: 01.01 a 31.12.2017: Empregador: R\$ 54.204 e Empregados: R\$ 54.227 e ao custeio administrativo: Empregador: R\$ 2.934 e Empregados/Assistidos: 2.934;

⁽³⁾ Exceto coparticipações.

m.2) Pagamentos de Benefícios Esperados

Especificação	Capef ⁽¹⁾		Camed ⁽¹⁾⁽²⁾ Plano Natural	Seguro de Vida ⁽¹⁾
	Plano BD	Plano CV I		
Até 1 ano	357.857	1.926	81.155	10.998
De 1 ano a 2 anos	354.816	1.745	85.507	13.229
De 2 anos a 3 anos	351.461	1.583	89.903	14.449
De 3 anos a 4 anos	345.790	1.410	94.610	15.693
Acima de 4 anos	5.714.848	53.643	6.739.587	1.063.496
Total	7.124.772	60.307	7.090.762	1.117.865

⁽¹⁾ Os valores de benefícios esperados foram calculados sem descontar a valor presente.

⁽²⁾ Líquidos de coparticipação de assistido.

n) Estimativa de Despesas para o exercício de 2018

Especificação	Capef		Camed Plano Natural	Seguro de Vida
	Plano BD	Plano CV I		
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(8.352)	1.053	(18.463)	1.345
2. Juros Líquidos	(35.776)	-	(128.222)	(12.760)
3. Total da (Despesa)/Receita a Reconhecer	(44.128)	1.053	(146.685)	(11.415)

NOTA 26 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

- a)** O patrimônio do FNE, no montante de R\$ 74.501.501 (67.428.548 em 31.12.2016), está registrado em contas de compensação do Banco “Patrimônio de Fundos Públicos Administrados”.
- b)** As disponibilidades e os recursos comprometidos com operações de crédito, que representam as disponibilidades do FNE, no valor total de R\$ 22.590.576 (16.665.297 em 31.12.2016), registrados no título “Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento” são remunerados pela

taxa extramercado. No período, a despesa com remuneração dessas disponibilidades foi de R\$ 1.801.879 (R\$ 1.732.451 em 31.12.2016).

c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:

c.1) nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;

c.2) para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se os financiamentos do Programa da Terra e as operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, A/Microcrédito, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca 2012 e Seca-2012-Custeio), o risco do Banco é de 50%; e

c.3) o risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Devedores por Repasses do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 23, de 13.01.2017. Nos financiamentos contratados com recursos do FNE, com base na Lei nº 12.716, de 21.09.2012, destinados à liquidação de operações do Banco com outras fontes de recursos, permanecerá a mesma posição de risco da operação a ser liquidada. A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em “Provisão para Garantias Financeiras Prestadas” do Banco é a seguinte:

Nível de Risco	Saldos	Provisão em 31.12.2017	Provisão em 31.12.2016
AA	11.313.659	-	-
A	13.388.250	33.618	27.119
B	7.512.793	37.992	48.565
C	2.238.387	34.021	32.843
D	954.229	47.647	89.640
E	750.082	112.860	94.982
F	992.628	248.214	102.062
G	391.016	136.894	258.215
H	4.831.480	2.432.706 ⁽¹⁾ (2)	2.575.882 ⁽¹⁾
Total	42.372.524	3.083.952	3.229.308

⁽¹⁾ Em 31.12.2017, Inclui R\$ 35.161 referente à provisão para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito com indícios de irregularidades (R\$ 43.347, em 31.12.2016)

⁽²⁾ Contempla os efeitos das renegociações de operações de crédito, com base na Lei nº 13.340, de 28.09.2016 que autorizou a concessão de rebate e a repactuação de dívidas das operações de crédito rural contratadas até 31.12.2011, com recursos oriundos do FNE e recursos mistos do FNE com outras fontes.

d) para as operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o *del credere* é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *del credere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de *del credere* foi de R\$ 1.283.268 (R\$ 1.254.708 em 31.12.2016).

e) a taxa de administração de 3% a.a. é calculada sobre o patrimônio líquido do FNE, deduzido dos valores objeto de contrato de repasse com o Banco, dos saldos dos repasses a outras instituições com risco integral do Banco e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf (Grupos A/Microcrédito, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012/Custeio), ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional. No período, a taxa de administração foi de R\$ 1.391.864 (R\$ 1.463.249 em 31.12.2016).

NOTA 27 - Fundo de Amparo ao Trabalhador(FAT)

O FAT é um fundo especial, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

Especificação	Tade	31.12.2017	31.12.2016
Proger-Urbano Investimento	017/2006	1.049	2.526
FAT - Infraestrutura	018/2006	151.507	173.200
Protrabalho Investimento	004/2007	113.669	192.365
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)	001/2010	80.394	96.514
Total		346.619	464.605

As obrigações contraídas junto ao FAT, registradas em “Depósitos Especiais com Remuneração”, da ordem de R\$ 179.935(R\$ 254.980 em 31.12.2016) têm custo de captação com base na taxa Selic enquanto não aplicadas em operações de crédito e com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) após a liberação para os mutuários finais. Os recursos disponíveis, remunerados com base na taxa Selic, totalizam R\$ 37.481(R\$ 28.279 em 31.12.2016).

A partir da edição da Resolução do Conselho Deliberativo do FAT (Codefat) nº 439, de 02.06.2005, estes recursos passaram a ser reembolsados ao FAT, mensalmente, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada Termo de Alocação de Depósitos Especiais do FAT (Tade), acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- a partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos; e
- a partir de 3 meses relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais.

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2017		
		Forma (1)	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Proger – Urbano-Investimento	17/2006	RA	3.774	137	948	10.619	11.567
FAT – Infraestrutura ⁽⁴⁾	18/2006	RA	44.504	1.945	15.737	26.847	42.584
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	21.218	507	15.595	31.784	47.380
PNMPO	01/2010	RA	21.332	565	5.201	73.202	78.402
Total (Nota 13.b e Nota 29.a.1)			90.828	3.154	37.481	142.452	179.933

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2016		
		Forma (1)	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Proger – Urbano-Investimento	17/2006	RA	7.460	304	1.709	12.717	14.426
FAT – Infraestrutura ⁽⁴⁾	18/2006	RA	50.250	3.035	22.297	60.055	82.352
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	17.036	42	709	63.802	64.511
PNMPO	01/2010	RA	25.484	753	3.564	90.127	93.691
Total (Nota 13.b e Nota 29.a.1)			100.230	4.134	28.279	226.701	254.980

⁽¹⁾ RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo);

⁽²⁾ Recursos remunerados pela Taxa Selic;

⁽³⁾ Recursos remunerados pela TJLP; e

⁽⁴⁾ Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

NOTA 28– Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

a) Gestão de Riscos e Capital

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado e de liquidez. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores e de mecanismos de mitigação de riscos.

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, operacionais, de mercado e de liquidez. O Comitê de Gestão de Riscos aprecia e encaminha, para deliberação da Diretoria Executiva, as propostas de criação e ajustes nas estratégias, políticas, modelos e procedimentos para gestão de riscos, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco a coordenação da sua implementação e desempenho no Banco, por meio de unidade específica que gerencia, em nível corporativo, os riscos de crédito, operacionais, de mercado e de liquidez, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos.

Maiores informações relativas ao gerenciamento de riscos, focadas em questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), conforme prescreve a Circular nº 3.678, de 31.10.2013, do Bacen, podem ser encontradas no portal www.bnb.gov.br/link "Sobre o Banco".

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A Diretoria Executiva é responsável pela definição da estrutura de gerenciamento de capital do Banco, incluindo o Plano de Capital para o período de 2018 a 2020, que foi aprovado pelo Conselho de Administração em 04.12.2017. É da responsabilidade da Diretoria de Controle e Riscos, o gerenciamento de capital, tendo sido estruturada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo CMN, em sua Resolução nº 3.988, de 30.06.2011. As informações referentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital podem ser consultadas no portal www.bnb.gov.br/link "Sobre o Banco".

b) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte das obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Especificação	Exposição	
	31.12.2017	31.12.2016
Operações de concessão de crédito, coobrigações e Garantias Prestadas	32.250.091	32.994.183
Público	976.426	1.437.712
Privado	31.273.665	31.556.471
Comércio	3.660.424	3.940.690
Comércio Exterior	919.354	439.266
Habitação	242	170
Indústria	7.717.032	9.374.031
Infraestrutura	4.276.411	2.681.649
Microfinanças Urbanas	2.962.117	2.867.269
Pessoas Físicas	44.284	125.180
Rural	7.243.696	7.346.517
Outros Serviços	4.450.105	4.781.699
Operações de Mercado	40.972.232	31.830.474
Títulos Públicos Federais	38.305.132	28.744.042
Operações Compromissadas	14.653.399	11.184.789
Outras	23.651.733	17.559.253
Depósitos Interfinanceiros	115.554	150.350
Outros Títulos e Valores Mobiliários	1.481.880	1.923.756
Outras Operações	1.069.666	1.012.326
Demais Ativos	5.483.392	4.984.341
Total	78.705.715	69.808.998

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, controlar e mitigar o risco, de forma a assegurar a exposição ao risco de crédito em parâmetros aceitáveis. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, modelos e metodologias de avaliação de risco, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e de apuração de despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser calculados de forma automática ou analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda, serem encaminhados

para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral, pela Diretoria ou pelo Conselho de Administração.

Todas as operações de crédito são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características de valor, prazo, natureza, finalidade e situação das garantias quanto a sua suficiência e liquidez.

Garantias de Operações de Crédito acima de R\$ 5.000 com Risco Total para o Banco

As garantias oferecidas para lastrear as operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade, grau de removibilidade e suficiência. Os saldos expostos a risco das operações de crédito com saldo acima de R\$ 5.000 importam em R\$ 3.694.575 (R\$ 4.716.104 em 31.12.2016). Essas operações estão lastreadas por garantias reais no montante de R\$ 4.030.391 (R\$ 5.425.536 em 31.12.2016).

c) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, bem como pela possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu volume ser maior que o normalmente transacionado pelo mercado ou em razão de alguma descontinuidade deste.

O Banco utiliza-se de modelos de projeções para estimar as variações de caixa e gerenciar sua capacidade de honrar os compromissos futuros, comunicando a situação de liquidez da empresa à administração por meio de relatórios diários.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez contempla, dentre outros elementos, o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo desse índice são compostas por reservas bancárias e pela parcela de alta liquidez dos depósitos interfinanceiros, das operações compromissadas e da carteira própria de títulos.

Especificação		31.12.2017 (%)	31.12.2016 (%)
Índice de Liquidez	Na data-base	831,55	537,33
	Média dos últimos 12 meses	669,88	481,00
	Máximo dos últimos 12 meses	1.033,35	573,00
	Mínimo dos últimos 12 meses	503,67	344,26

d) Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos, resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado, o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- a) *Value at Risk (VaR)* de operações ativas e passivas das carteiras de negociação e bancária, por fator de risco;
- b) Mapa de exigência de capital, para cobertura dos riscos de mercado e liquidez;
- c) relatório de exposição cambial;
- d) análise de sensibilidade;
- e) testes de estresse;
- f) testes de aderência (*backtesting*); e
- g) relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponíveis aos órgãos reguladores e de controle. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e bancária, níveis de exposição cambial e índices de liquidez.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Limites de Exposição ao Risco		Procedimento de Controle	
<ul style="list-style-type: none"> Carteira de Negociação: 1% do valor do Patrimônio de Referência Carteira Bancária: 5% do valor do Patrimônio de Referência 		Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, a área de gestão de riscos emite alerta para área específica de realização das operações financeiras.	

Análise de Sensibilidade

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de Negociação e Bancária, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Carteira de Negociação						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	11.803	11.784.018	(19.100)	11.765	(37.866)
Carteira Bancária						
Cupom de Dólar	Redução do cupom	(68.579)	(70.531)	(1.952)	(72.623)	(4.044)
Cupom de Euro	Aumento do cupom	15	15	-	14	(1)
Cupom de IGP	Aumento do cupom	160.694	150.093	(10.601)	140.411	(20.283)
Cupom de IPCA	Redução do cupom	1.360.898	1.136.261	(224.637)	968.763	(392.135)
Cupom de TJLP	Aumento do cupom	186.906	186.191	(715)	185.488	(1.418)
Cupom de TR	Aumento do cupom	(2.258.787)	(2.283.904)	(25.117)	(2.302.480)	(43.693)
Juros Prefixados	Aumento da taxa de Juros	2.980.865	2.900.845	(80.020)	2.839.051	(141.814)

Para efeito dos cálculos acima, no cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na B3 S.A. Para a construção dos cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco mercado considerados, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do cenário 1 e os saldos dos cenários 2 e 3.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de swap e seus respectivos objetos de hedge, apresentada nos demonstrativos abaixo:

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)	Cenário 3 (Variação de 50%)
Derivativos para Hedge	Aumento da taxa referencial B3 S.A	Swap Dólar x DI	1.018.511	1.027.618	1.036.892
		Passivo em ME	(1.029.119)	(1.038.290)	(1.047.629)
		Exposição Líquida	(10.608)	(10.672)	(10.737)

Foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes de um possível aumento estressado do cupom cambial nas operações em moeda estrangeira.

O método empregado na análise de sensibilidade das operações de hedge consistiu na mensuração de variações da exposição líquida marcada a mercado entre as operações passivas indexadas ao dólar e as pontas ativas em dólar das operações de swap. A exposição líquida foi calculada para três cenários, permitindo a comparação entre eles. O cenário 1 utiliza as taxas de mercado, representando a situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as taxas divulgadas pela B3. Os cenários 2 e 3 são obtidos aplicando-se choques no cupom cambial utilizado no cenário 1, conforme descrição a seguir:

Cenário 1 – aplicação de 100% da taxa de swap DI x Dólar.

Cenário 2 – aplicação de 125% da taxa de swap DI x Dólar.

Cenário 3 – aplicação de 150% da taxa de swap DI x Dólar.

e) Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas, decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas, e sistemas, ou resultantes de eventos externos, incluindo os relacionados às questões legais.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial mitigar a possibilidade e o impacto das perdas operacionais.

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa dar suporte ao cumprimento da política corporativa, em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária.

O gerenciamento do risco operacional corporativo no Banco atua em uma visão de processos e é realizado por estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações de riscos nos processos de suporte e de negócios da Instituição, tendo como referência maior as Resoluções do Conselho Monetário Nacional. Sob o enfoque qualitativo, são utilizadas metodologias de avaliação de riscos em processos, acompanhamento de ações de mitigação e relatórios gerenciais. Outra metodologia utilizada é a de autoavaliação de riscos e de controles em processos – *Risk and Control Self Assessment (RCSA)* – que permite simular os riscos inerentes a atividades e procedimentos, bem como definir o seu impacto. Além disso, permite a construção de Matriz de Riscos e definição de indicadores, com o intuito de obter visão ampliada dos riscos em processos e aprimoramento do seu gerenciamento.

f) Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial vendida, no importe de R\$ 73.728 (R\$ 25.470 em 31.12.2016 – posição vendida), conforme a seguir:

Especificação	31.12.2017	31.12.2016	Especificação	31.12.2017	31.12.2016
Disponibilidades	16.247	56.911	Depósitos	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	27.953	-	Relações Interdependências	5.660	7.170
Operações de Crédito	615.161	734.445	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	68.241	76.062
Outros Créditos	937.045	672.061	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	1.647.993	1.760.411
			Outras Obrigações	960.012	640.391
Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos	1.596.406	1.463.417	Total de Passivos em Moedas Estrangeiras	2.681.906	2.484.034
Operações de Swap	1.011.772	995.147			
Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras	2.608.178	2.458.564	Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras	2.681.906	2.484.034

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos (5% do Patrimônio de Referência).

g) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

Em 31.12.2017, o Banco apresentou um índice de Basileia Amplo (incluindo o capital para cobertura do RBAN) de 15,01% (15,00% em 31.12.2016) e os índices de Nível I e de Capital Principal ficaram, ambos, em 10,39% (10,80% em 31.12.2016). O PR apurado foi de R\$ 6.300.032 (R\$ 6.099.931 em 31.12.2016), o Nível I e o Capital Principal apresentaram o mesmo valor de R\$ 4.115.719 (R\$

4.109.061 em 31.12.2016), enquanto os ativos ponderados pelo risco (montante RWA) totalizaram R\$ 39.615.608 (R\$ 38.048.564 em 31.12.2016).

i. Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Especificação	31.12.2017	31.12.2016
Patrimônio de Referência (PR)		
. Nível I	4.115.719	4.109.061
. Capital Principal	4.115.719	4.109.061
. Nível II	2.184.313	1.990.870
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	39.615.608	38.048.564
. Parcela RWACPAD	30.935.801	30.634.885
. Parcela RWACAM	182.897	257.977
. Parcela RWAJUR	183.265	57.155
. Parcela RWACOM	5.384	5.843
. Parcela RWAOPAD	8.308.261	7.092.704
Valor do RBAN	2.353.525	2.624.533
Margem sobre o PR Requerido (PR – [RWA * 9,25%])¹	2.635.589	2.342.635
Margem sobre o PR Requerido Considerando o RBAN {PR – [(RWA + RBAN)* 9,25%]}⁽¹⁾	2.417.888	2.083.462
Margem sobre o PR Nível I Requerido (PR Nível I - RWA * 6%)	1.738.783	1.826.147
Margem sobre o Capital Principal Requerido (Capital Principal - RWA * 4,5%)	2.333.017	2.396.875
Adicional de Capital Requerido-ACP (RWA * 1,25%)⁽²⁾	495.195	237.804
Margem sobre o Adicional de Capital Requerido (menor entre as margens - ACP Requerido)	1.243.587	1.588.343
Índices de Basileia:		
. Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%)	10,39%	10,80%
. Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 6,0%)	10,39%	10,80%
. Índice de Basileia (Requerimento mínimo de 9,25%) ⁽¹⁾	15,90%	16,03%
. Índice de Basileia incluindo RBAN	15,01%	15,00%

⁽¹⁾ em dezembro/2016 era 9,875%.

⁽²⁾ em dezembro/2016 era 0,625%.

Onde:

- . RWACPAD: parcela relativa às exposições a risco de crédito.
- . RWACAM: parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial.
- . RWAJUR: parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros.
- . RWACOM: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias.
- . RWAOPAD: parcela referente ao risco operacional.
- . RBAN: capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação

ii. Detalhamento do PR – (Basileia III)

Especificação	31.12.2017	31.12.2016
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	6.300.032	6.099.931
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I	4.115.719	4.109.061
Capital Principal	4.115.719	4.109.061
Capital Social	2.844.000	2.844.000
Reservas de Lucros	1.685.026	1.157.951
Reservas de Capital e de Reavaliação	11.769	14.491
Ganhos ou Perdas Não Realizadas – Avaliação Patrimonial e TVM	(998.758)	(653.947)
Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal	1.000.000	1.000.000
Ajustes Prudenciais	(426.318)	(253.434)
Ajuste Prudencial – Ativos Intangíveis	(9.561)	(7.144)
Ajuste Prudencial – Ativos Diferidos	-	-
Ajuste Prudencial – Créditos Tributários de Diferenças Temporárias	(403.551)	(235.335)
Ajuste Prudencial – Diferença a Menor – Ajustes da Res. CMN nº 4.277	(13.206)	(10.955)
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II	2.184.313	1.990.870
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	2.205.467	2.012.874
Investimento em Outras Entidades, deduzido do Nível II	(21.154)	(22.004)

Os contratos de Dívida Subordinada firmados junto ao FNE, autorizados a compor o Nível II do PR, antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 01.03.2013, do CMN, de acordo com o § 2º do seu artigo 23, serão elegíveis até sua amortização.

Em 21.12.2016, o Bacen autorizou a inclusão no Patrimônio de Referência (PR) de Nível I, do Banco, na condição de Capital Principal, o contrato de novação e confissão de dívida firmado junto à União Federal, denominado Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal, que substituiu o contrato de Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, que estava registrado no Nível II do PR até 31.12.2015.

iii. Razão de Alavancagem (RA)

A Razão de Alavancagem, conforme metodologia aprovada pela Circular Bacen nº 3.748, de 27.02.2015, corresponde ao resultado da divisão do PR de Nível I, pela Exposição Total. A Razão de Alavancagem do Banco está demonstrada no quadro abaixo:

Especificação	31.12.2017	31.12.2016
PR Nível I	4.115.719	4.109.061
Exposição Total	77.083.190	68.182.830
Razão de Alavancagem (%)	5,34	6,03

iv. Índice de Imobilização

O índice de imobilização do Banco, calculado na forma das disposições da Resolução CMN nº 2.669, de 25.11.1999, encontra-se demonstrado a seguir:

Especificação	31.12.2017	31.12.2016
Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização	6.300.032	6.099.931
Limite para Imobilização (50% do PR ajustado)	3.150.016	3.049.965
Situação	175.218	207.424
Margem	2.974.798	2.842.541
Índice de imobilização	2,78%	3,40%

NOTA 29 – Partes Relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.12.2017	31.12.2016
Ativos		
Operações de Crédito – Refinanciamentos com o Governo Federal (Nota 9.a.1)	-	552.221
Total	-	552.221

Especificação	31.12.2017	31.12.2016
Passivos		
Depósitos a Prazo - FAT (Nota 13.b e Nota 27)	179.933	254.980
Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.c)	1.520.571	1.669.248
Tesouro Nacional	450	451
BNDES	1.435.506	1.552.591
Finame	84.615	116.206
Outras Obrigações	26.638.378	20.548.732
FNE (Nota 16.f)	22.599.975	16.674.513
FDNE	730.837	759.798
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	102.098	101.547
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 16.g e Nota 17)	1.000.000	1.000.000
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 16.h e Nota 18)	2.205.468	2.012.874
Total	28.338.882	22.472.960

a.2) As principais transações com as entidades vinculadas aos funcionários do Banco, Capef e Camed, apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.12.2017	31.12.2016
Passivos		
Benefícios Pós-Emprego – Capef Plano BD (Notas 16.i e 25.b)	411.216	363.118
Benefícios Pós-Emprego – Camed Plano Natural (Notas 16.i e 25.b)	1.354.238	807.550
Benefícios Pós-Emprego – Seguro de Vida (Notas 16.i e 25.b)	134.567	116.899
Total	1.900.021	1.287.567

a.3) As principais receitas e despesas com partes relacionadas estão relacionadas abaixo:

Especificação	2º Sem/2017	31.12.2017	31.12.2016
Operações de Crédito – Refinanciamentos com o Governo Federal	4.335	36.708	72.775
Depósitos a Prazo - FAT	(28.557)	(65.894)	(66.728)
Tesouro Nacional	(7)	(7)	(24)
BNDES	(56.368)	(111.742)	(117.659)
Finame	(1.571)	(3.069)	(4.321)
FMM	(4.603)	(9.891)	(3.714)
FNE	6.344	(37.694)	(41.094)
FDNE	14.819	29.290	21.509
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(147.780)	(193.013)	(101.903)
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	-	-	(20.213)
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	(87.037)	(192.594)	(163.758)
Benefícios Pós-Emprego – Capef Plano BD	(24.975)	(49.375)	(29.777)
Benefícios Pós-Emprego – CV I	(28.681)	(52.980)	(32.735)
Benefícios Pós-Emprego – Camed Plano Natural	(45.946)	(91.892)	(73.914)
Benefícios Pós-Emprego – Seguro de Vida	(4.909)	(9.715)	(3.561)

b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	2º Sem/2017	01.01 a 31.12.2017	01.01 a 31.12.2016
Honorários	1.862	3.789	4.166
Diretoria	1.575	3.230	3.580
Conselho de Administração	151	303	309
Conselho Fiscal	136	256	277
Outros	714	1.815	2.258
Remuneração Variável (RVA)⁽¹⁾	(245)	494	1.067
Total dos Benefícios de Curto Prazo	2.331	6.098	7.491
Benefícios Pós-Emprego	121	226	219
Total	2.452	6.324	7.710

⁽¹⁾ 50% da RVA correspondem a instrumento baseado em ações, tendo como parâmetro para a provisão e para o pagamento em dinheiro o preço de cotação das ações do Banco na B3. Os valores constantes do quadro acima correspondem à provisão dos pagamentos a ocorrerem no exercício, bem como às parcelas diferidas a serem liquidadas nos três anos seguintes, em conformidade com a Resolução CMN nº3.921, de 25.11.2010.

O Banco oferta aos diretores, como benefícios pós-emprego, Plano de Previdência e de Assistência Médica, nas mesmas condições oferecidas aos empregados.

O Banco não realiza operações de crédito com seus Diretores, membros de seu Conselho de Administração e Conselho Fiscal, pois a prática é proibida às instituições financeiras regulamentadas pelo Bacen.

NOTA 30 – Demonstração do Resultado Abrangente

Especificação	2º Sem/2017	01.01 a 31.12.2017	01.01 a 31.12.2016
Lucro Líquido	383.704	681.745	732.071
Outros Resultados Abrangentes	(49.699)	(342.089)	(35.953)
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	37.828	87.432	244.289
Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	(14.889)	(33.835)	(109.502)
Realização da Reserva de Reavaliação	1.927	4.882	3.873
Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	(867)	(2.160)	(1.743)
Ganhos ou Perdas Atuariais	(273.679)	(598.389)	(172.870)
Efeito Tributário sobre Ganhos ou Perdas Atuariais	199.981	199.981	-
Resultado Abrangente	334.005	339.656	696.118

Nota 31 – Outras Informações

a) Em 03.07.17, o Conselho de Administração do Banco aprovou um Programa de Incentivo ao Desligamento (PID) destinado a funcionários que se encontram aposentados ou em condições de requerer a aposentadoria de acordo com as normas da Previdência Social (INSS).

Em 06.10.2017 foi encerrado o prazo para adesão; 234 empregados aderiram ao programa totalizando uma despesa da ordem de R\$ 54,2 milhões.

b) A Medida Provisória nº 812, de 26.12.2017, incluiu o Art. 17-A na Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, alterando a taxa de administração do Banco incidente sobre o patrimônio líquido do FNE, a qual passará a ser apurada mensalmente nos seguintes percentuais:

I – três inteiros por cento ao ano, no exercício de 2018;

II – dois inteiros e sete décimos por cento ao ano, no exercício de 2019;

III – dois inteiros e quatro décimos por cento ao ano, no exercício de 2020;

IV – dois inteiros e um décimo por cento ao ano, no exercício de 2021;

V – um inteiro e oito décimos por cento ao ano, no exercício de 2022;

VI – um inteiro e cinco décimos por cento ao ano, a partir de 1º de janeiro de 2023.

c) Declaração de Conformidade

Confirmamos que todas as informações relevantes, próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão do Banco.

d) Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, por meio de reunião realizada em 5 de fevereiro de 2018.

Fortaleza (Ce), 5 de fevereiro de 2018

A Diretoria

OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Nordeste do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

1. Contingências

Conforme mencionado na nota explicativa 22, o Banco é parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, oriundos do curso ordinário de seus negócios. Consideramos um assunto relevante de auditoria, devido ao fato de que a expectativa de perda e os montantes atribuídos envolverem julgamentos da Administração e de seus assessores jurídicos, sobre temas muitas vezes complexos.

Abordagem de auditoria:

Dentre outros procedimentos, obtivemos confirmações, quanto aos processos em andamento, diretamente dos assessores jurídicos do Banco e confrontamos as estimativas de perda e montantes atribuídos com os controles operacionais e registros contábeis do Banco. Para os processos mais relevantes, testamos o cálculo dos valores registrados e divulgados e analisamos a razoabilidade das estimativas em relação a jurisprudência e teses jurídicas conhecidas. Analisamos também as comunicações recebidas dos reguladores relacionadas a processos, autuações das quais o Banco é parte, e a suficiência das divulgações relacionadas às questões oriundas de contingências e das provisões registradas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o saldo de contingências, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das estimativas de perda associadas às contingências adotadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 22, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Planos de benefício pós-emprego

O Banco possui passivos relevantes relacionados a planos de benefícios pós-emprego que, conforme mencionado na nota explicativa 25, compreendem benefícios de aposentadoria, saúde e seguro de vida. Consideramos um assunto relevante de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas de longo prazo, tais como: mortalidade geral; entrada em invalidez; custos médicos; crescimento salarial; composição familiar; taxa de desconto e inflação.

Abordagem de auditoria:

Dentre outros procedimentos, analisamos, com o suporte de nossos especialistas, a metodologia e as principais premissas utilizadas pela Administração na avaliação das obrigações atuariais decorrentes dos planos de benefício pós-emprego, verificando a exatidão matemática do cálculo e analisando a consistência dos resultados face aos parâmetros utilizados e às avaliações anteriores. Também fez parte dos procedimentos de auditoria a realização de testes de integridade das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas aos planos de benefício pós-emprego. Como resultado desses procedimentos, identificamos um ajuste de auditoria indicando um passivo atuarial registrado a menor e patrimônio líquido registrado a maior. O referido ajuste foi corrigido pelo Banco e, em decorrência da sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, não resultou em mudança na nossa estratégia de auditoria.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os planos de benefício pós emprego, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das obrigações atuariais adotadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 25, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Recuperabilidade dos créditos tributários

O Banco possui ativo fiscal diferido, constituído sobre diferenças temporárias na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, decorrentes principalmente de despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa (perdas de crédito), benefícios pós-emprego, despesas de outras provisões contingenciais e ajustes a valor de mercado das operações de títulos e valores mobiliários, operações de swap e Eurobonds.

Consideramos um assunto relevante de auditoria devido ao expressivo montante registrado, e pelo fato do estudo de realização desses ativos envolver um alto grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura do Banco, conforme descrito na nota explicativa 21.

Abordagem de auditoria:

Dentre outros procedimentos, analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela administração no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros, bem como o atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil. Verificamos a exatidão matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como as avaliações anteriores e a razoabilidade das premissas utilizadas. Também analisamos a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos tributários, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas relacionadas ao estudo de realização, incluindo as projeções de resultados futuros, preparados pela administração do Banco, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 25, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

4. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Conforme mencionado na nota explicativa 7, o cálculo do valor justo dos títulos de renda fixa de risco privado, considerados de baixa liquidez, e classificados como disponíveis para venda, a exemplo das Letras Financeiras e das Debêntures atualmente em carteira, é realizado com base em modelo de precificação próprio do Banco, que considera o spread de risco de crédito do emissor, determinado de acordo com as políticas do Banco e dos fluxos de caixa estimados. Consideramos a determinação do valor justo dos ativos financeiros não cotados em mercado, como um dos principais assuntos de auditoria, em função da relevância dos valores e da subjetividade inerente nas avaliações baseadas em modelos próprios.

Abordagem de auditoria:

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação da metodologia de precificação do Banco, a adequação das principais premissas utilizadas e a exatidão matemática na aplicação dos modelos. Revisamos, também, a avaliação econômica e financeira feita pelo Banco no momento de classificação do risco dos emissores, os fluxos de caixa esperados, as taxas de desconto utilizadas na precificação dos títulos e a suficiência das divulgações nas notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o cálculo do valor justo dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de precificação adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa

7, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme mencionado na nota explicativa 9, o Banco classifica o nível de risco das operações de crédito, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, as garantias atreladas, os atrasos e o histórico de renegociações, conforme os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682. Consideramos um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância dos montantes, e pelo fato da classificação de nível de risco dos clientes e da avaliação das garantias envolverem julgamento por parte da Administração.

Abordagem de auditoria:

Efetuamos, entre outros testes, análise da avaliação econômica e financeira realizada pelo Banco no momento de classificação de nível de risco dos clientes, por meio de uma amostra selecionada para teste e recalculamos a provisão para crédito de liquidação duvidosa com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682. Analisamos também a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas associadas à provisão adotadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

6. Ambiente de tecnologia

As operações do Banco são extremamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

Abordagem de auditoria:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI (“ITGCs”) implementados pelo Banco para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu o envolvimento de especialistas em TI para nos auxiliar na execução de procedimentos de auditoria desenhados para avaliar os controles sobre os acessos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários.

Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pelo Banco em níveis apropriados.

Nos processos considerados significativos para as demonstrações financeiras, identificamos os principais controles automatizados ou que dependem de TI, para, em bases amostrais, efetuar testes com foco no desenho e na efetividade operacional de tais controles.

Nossos testes do desenho e da operação dos ITGCs e dos controles automatizados considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos de auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins de práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras, e incluem a Administração, o Comitê de Auditoria e o Conselho Fiscal do Banco.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Eduardo Wellichen
Contador CRC- 1SP184050/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado do Banco do Nordeste do Brasil S.A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Relatório dos Auditores Independentes – ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S., sem ressalvas, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis estão em condições de serem encaminhados para deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Fortaleza (CE), 5 de fevereiro de 2018.

O Conselho Fiscal

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

1 - Introdução

O Comitê de Auditoria é um órgão colegiado estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração instituído na forma da Resolução CMN 3198/2004 do Conselho Monetário Nacional. O Regimento Interno e o endereço eletrônico do Comitê de Auditoria do BNB estão disponíveis na internet em www.bnb.gov.br, na área “Institucional - Sobre o Banco - Relação com os Acionistas”.

Compete ao Comitê de Auditoria avaliar a qualidade e a integridade das Demonstrações Financeiras, a independência e a qualidade dos trabalhos dos auditores externos e da Auditoria interna e a qualidade e a efetividade dos sistemas de controles internos e gestão de riscos.

Os administradores do Banco do Nordeste do Brasil são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das Demonstrações Financeiras, gerir os riscos, manter sistemas de controles internos efetivos e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

Em conformidade com as normas aplicáveis, compete à Auditoria Externa avaliar a qualidade e a adequação do sistema de controles internos e emitir opinião, sustentada em procedimentos e padrões estabelecidos em normas que regem o exercício da profissão, sobre as Demonstrações Financeiras.

Compete à Auditoria Interna monitorar, avaliar e aferir, de forma independente, a qualidade do sistema de controles internos e da gestão de riscos do Banco, assim como certificar o atendimento aos requerimentos legais aplicáveis.

2 – Atividades

Em cumprimento às suas atribuições e competências, o Comitê realizou reuniões mensais com o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, além de diversas reuniões regulares com a Diretoria Executiva e principais Executivos e gestores das principais áreas do Banco. Nessas ocasiões, foram abordados os principais assuntos relacionados a cada área, tendo sido, quando aplicável, feitas recomendações de aprimoramento. Foram também realizadas reuniões periódicas com as Auditorias Interna e Externa, quando foram apreciados os seus respectivos planejamentos e resultados dos principais trabalhos realizados.

Com base nas atividades desenvolvidas no âmbito das suas competências, o Comitê de Auditoria concluiu que:

- a) O sistema de controles internos do Banco do Nordeste do Brasil mantém-se, de forma geral, capaz de identificar fatores adversos, permitindo a implementação de ações mitigadoras e de aprimoramento permanente. As fragilidades identificadas nos processos e as falhas nas operações não têm impactado de forma significativa a saúde financeira do Banco. Diversas medidas aprovadas e implementadas já tiveram efeito no período, enquanto que outras ainda demandarão tempo adicional e monitoramento permanente para atingir os resultados propostos.

Paralelamente, o Banco vem trabalhando na implementação de melhorias nos controles e na gestão de risco em cumprimento ao que estabelece, dentre outras, a lei 13.303/2016, regulamentada pelo decreto 8.945/2016, a Resolução CMN 4557/2017, que trata das estruturas de gerenciamento de risco e de capital, e a Resolução CMN 4595/2017, que trata da política de conformidade (*compliance*).

Destaca-se a importância de se repensar o atual modelo e processo adotados pelo Banco relacionados às demandas envolvendo Tecnologia da Informação tendo em vista os potenciais impactos nas operações e resultados do Banco;

- b) A Auditoria Interna desempenha suas funções com independência, objetividade, qualidade e efetividade. Seu desempenho vem mostrando melhorias, ao tempo em que medidas adicionais vêm sendo implementadas, principalmente, entre outras, relacionadas à otimização e padronização de processos, metodologias e sistemas que certamente contribuirão para o aprimoramento da qualidade dos trabalhos e fortalecimento dos controles internos. Também está em seu escopo de atenção a adequação às determinações decorrentes dos novos requerimentos legais e regulamentares, destacando-se a Resolução CMN 4588/2017, que estabeleceu disposições sobre as atividades de auditoria interna;
- c) Não foram identificados fatos relevantes que pudessem comprometer a efetividade da atuação, objetividade e independência da Ernst & Young Auditores Independentes S/S;
- d) A elaboração das Demonstrações Financeiras ocorreu em conformidade com a legislação societária aplicável e com as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários.

Fortaleza (CE), 5 de fevereiro de 2018.

O Comitê de Auditoria



FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE
Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Demonstrações Financeiras

F N E

Em R\$ MIL

Posição: 31.12.2017

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE

(Lei nº 7.827, de 27.09.1989)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016

(Valores em R\$ Mil)

ATIVO		PASSIVO		31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
CIRCULANTE		CIRCULANTE					
DISPONIBILIDADES		Obrigações Diversas				39	30
RECURSOS COMPROMETIDOS COM OPERAÇÕES DE CREDITO		Provisões para Pagamentos a Efetuar				39	30
VALORES A RECEBER-CEF-EQUALIZ. BONUS ADIMPL-PROFROTA						39	30
CREDITOS VINCULADOS		PATRIMONIO LIQUIDO					
Crédito Rural - Proagro a Receber		TRANSFERENCIAS DA UNIAO:					
DEVEDORES POR REPASSE		No Exercício				74.501.501	67.428.548
Devedores por Repasses-Outras Instituições		Em Exercícios Anteriores				6.959.318	7.316.245
OPERAÇÕES DE CREDITO		RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES				68.524.309	61.208.064
Financiamentos		RESULTADO DO EXERCICIO				(1.096.070)	(1.315.494)
Financiamentos a Exportação						113.944	219.733
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento							
Financiamentos Agroindustriais							
Financiamentos Rurais							
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)							
OUTROS CREDITOS							
Direitos s/Bens Recebidos em Operações de Crédito							
OUTROS VALORES E BENS							
Títulos de Cobertura do Proagro							
Títulos da Dívida Agrária							
REALIZAVEL A LONGO PRAZO							
CREDITOS VINCULADOS							
Crédito Rural - Proagro a Receber							
DEVEDORES POR REPASSE							
Devedores Por Repasses-Bco. Nord.-Lei 7.827-Art. 9-A							
Devedores por Repasses-Outras Instituições							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Financiamentos							
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento							
Financiamentos Agroindustriais							
Financiamentos Rurais							
OUTROS VALORES E BENS							
Títulos da Dívida Agrária							
(Provisão para Desvalorização de Títulos)							
TOTAL DO ATIVO		TOTAL DO PASSIVO		74.501.540	67.428.578	74.501.540	67.428.578

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2017 (Valores em R\$ Mil)			
	2º Sem/2017	Exercicio/2017	Exercicio/2016
RECEITAS			
De Operações de Crédito	589.513	972.484	1.255.264
De Remuneração das Disponibilidades	826.464	1.801.879	1.732.451
De Reversão de Provisões Operacionais.....	-	229	254
DESPESAS			
De Administração.....	(640.765)	(1.391.864)	(1.463.249)
De Pronaf-Remuneração do Agente Financeiro/Prêmio de Performance.....	(192.044)	(372.322)	(353.274)
De Provisão para Créditos de Liquidação Dúvida e Desvalorização de Títulos	(403.687)	(896.332)	(951.655)
De Auditoria.....	(67)	(130)	(58)
LUCRO(PREJUIZO) NO SEMESTRE/EXERCÍCIO	179.414	113.944	219.733

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2017 (Valores em R\$ Mil)			
EVENTOS	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31.12.2015	61.208.063	(1.314.952)	59.893.111
Transferências da União no Exercício.....	7.316.245	-	7.316.245
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(541)	(541)
Lucro do Exercício.....	-	219.733	219.733
SALDOS EM 31.12.2016.....	68.524.308	(1.095.760)	67.428.548
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO.....	7.316.245	219.192	7.535.437
SALDOS EM 31.12.2016.....	68.524.308	(1.095.760)	67.428.548
Transferências da União no Exercício.....	6.959.318	-	6.959.318
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(309)	(309)
Lucro do Exercício.....	-	113.944	113.944
SALDOS EM 31.12.2017.....	75.483.626	(982.125)	74.501.501
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO.....	6.959.318	113.635	7.072.953
SALDOS EM 30.06.2017.....	72.279.805	(1.161.315)	71.118.490
Transferências da União no Semestre.....	3.203.821	-	3.203.821
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(224)	(224)
Lucro do Semestre.....	-	179.414	179.414
SALDOS EM 31.12.2017.....	75.483.626	(982.125)	74.501.501
MUTAÇÕES DO SEMESTRE.....	3.203.821	179.190	3.383.011

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2016

(Valores em R\$ Mil)

	2º Sem/17	Exercício/2017	Exercício/2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro do Período.....	179.414	113.944	219.733
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:			
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Desvalorização de Títulos.....	403.687	896.332	951.655
Reversão de Provisões de Operações de Crédito.....	-	(229)	(254)
Provisão para Pagamentos a Efetuar.....	9	7	(29)
Lucro Ajustado do Período.....	583.110	1.010.054	1.171.105
Créditos Vinculados.....	197	5.833	713
Devedores por Repasses.....	(77.204)	(177.769)	(225.040)
Operações de Crédito.....	(1.968.267)	(1.871.862)	(2.921.065)
Valores a Receber -CEF-Equaliz Bônus Adimp. Profrota.....	262	43	(32)
Outros Créditos.....	(536)	(183)	(773)
Outros Valores e Bens.....	(61)	154	345
Ajustes de Exercícios Anteriores.....	(224)	(309)	(541)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.....	(1.462.723)	(1.034.039)	(1.975.288)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Transferências da União.....	3.203.820	6.959.318	7.316.245
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO.....	3.203.820	6.959.318	7.316.245
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	1.741.097	5.925.279	5.340.957
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:			
No início do Período.....	20.849.479	16.665.297	11.324.340
No fim do Período.....	22.590.576	22.590.576	16.665.297
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	1.741.097	5.925.279	5.340.957

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Índice das Notas Explicativas

Nota 1 – Histórico

Nota 7 – Repasses ao Banco com base no Artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989

Nota 2 – Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

Nota 8 – Patrimônio Líquido

Nota 3 – Administração

Nota 9 – Registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi)

Nota 4 – Principais Práticas Contábeis

Nota 5 – Fiscalização

Nota 10 – Outras Informações

Nota 6 – Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas

NOTA 1 – Histórico

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) originou-se de dispositivo inserido na Constituição Federal de 1988 (Artigo 159, inciso I, alínea “c”), sendo regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27.09.1989, alterada pelas Leis Complementares nºs 125, de 03.01.2007 e 129, de 08.01.2009, pelas Leis nºs 9.126, de 10.11.1995, 9.808, de 20.07.1999, 10.177, de 12.01.2001, 11.011, de 20.12.2004, 11.524, de 24.09.2007, 11.945, de 04.06.2009, 12.249, de 11.06.2010, 12.716, de 21.09.2012, 12.793, de 02.04.2013, pela Medida Provisória nº 2.196-1, de 28.06.2001 e suas reedições, bem como pelo Artigo 13 da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24.08.2001. Seu objetivo é fomentar o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, por meio do Banco do Nordeste do Brasil S.A., mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os planos regionais de desenvolvimento, com tratamento preferencial às atividades de mini e pequenos produtores rurais, às desenvolvidas por micro e pequenas empresas, às que produzem alimentos básicos e aos projetos de irrigação, sendo vedada a aplicação de recursos a fundo perdido.

NOTA 2 – Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com observância das disposições da legislação societária, quando aplicáveis, e da regulamentação estabelecida pelo Governo Federal especificamente para os Fundos Constitucionais.

NOTA 3 – Administração

Ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. cabe: aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito; definir normas, procedimentos e condições operacionais; enquadrar as propostas de financiamentos nas faixas de encargos e deferir os créditos; formalizar contratos de repasses de recursos para outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional; prestar contas sobre os resultados alcançados; exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos e à recuperação dos créditos, inclusive renegociar e liquidar dívidas, nos termos definidos nos artigos 15-B, 15-C e 15-D da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

NOTA 4 – Principais Práticas Contábeis

O FNE tem contabilidade própria valendo-se do sistema contábil do Banco para registro de seus atos e fatos, em subtítulos específicos, com apuração de resultados à parte.

O exercício financeiro do FNE coincide com o ano civil, para fins de apuração de resultados.

São as seguintes as principais práticas contábeis:

a) Apropriação de Receitas e Despesas

a.1) As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. São receitas do FNE os encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito e a remuneração paga pelo Banco sobre os recursos do Fundo momentaneamente não aplicados.

a.2) A Resolução CMN nº 4.452, de 17.12.2015, alterou os encargos financeiros para as operações dos setores não rurais realizadas com recursos do FNE no período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, que passaram a variar de 11,80% a 20,24% ao ano. Esses encargos financeiros e bônus de adimplência não se aplicam aos beneficiários de financiamentos com base no Artigo 8º-A da Lei nº 10.177, de 12.01.2001.

A Resolução CMN nº 4.470, de 14.03.2016, alterou os encargos financeiros para as operações dos setores não rurais realizadas com recursos do FNE no período de 14 de março de 2016 a 31

de dezembro de 2016, que passaram a variar de 10,00% a 18,24% ao ano. Esses encargos financeiros e bônus de adimplência não se aplicam aos beneficiários de financiamentos com base no Artigo 8º-A da Lei nº 10.177, de 12.01.2001.

A Resolução CMN nº 4.503, de 30.06.2016, alterou os encargos financeiros para as operações rurais realizadas com recursos do FNE no período de 01 de julho de 2016 a 30 de junho de 2017, que passaram a variar de 7,65% a 12,35% a.a. para os produtores rurais e suas cooperativas, consoante a finalidade do crédito e a receita bruta anual do produtor ou cooperativa.

A Resolução CMN nº 4.542, de 21.12.2016, alterou os encargos financeiros dos financiamentos não rurais realizados com recursos do FNE no período de 01 de janeiro a 31 de março de 2017, que passaram a variar de 8,10% a 15,90% ao ano. O bônus de adimplência foi fixado em 15% (quinze por cento) sobre os encargos financeiros, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento. Esses encargos financeiros e o bônus de adimplência estabelecidos na citada Resolução não se aplicam aos beneficiários das linhas de crédito de que trata o art. 8º-A da Lei nº 10.177, de 2001, nem aos financiamentos de operações rurais de que trata a Resolução CMN nº 4.503, de 30 de junho de 2016.

A Resolução CMN nº 4.561, de 31.03.2017, definiu os encargos financeiros dos financiamentos não rurais realizados com recursos do FNE no período de 01.04.2017 a 31.12.2017 a taxas que variam de 7,65% ao ano a 15,23% ao ano, conforme a finalidade do crédito e o porte do tomador. Sobre esses encargos financeiros será concedido bônus de adimplência de 15%, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento. Esses encargos e os bônus de adimplência não se aplicam aos beneficiários das linhas de crédito de que trata o Art. 8º-A da Lei nº 10.177, de 2001, nem aos financiamentos de operações rurais de que trata a Resolução nº 4.503, de 30.06.2016.

A Resolução CMN nº 4.578, de 07.06.2017, fixou os encargos financeiros das operações rurais realizadas com recursos do FNE no período de 01.07.2017 a 30.06.2018 a taxas que variam 6,65% ao ano a 11,35% ao ano, de acordo com a finalidade do crédito e o porte do produtor. Sobre esses encargos financeiros será concedido bônus de adimplência de 15%, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento. Esses encargos financeiros e o bônus de adimplência não se aplicam aos beneficiários das linhas de crédito de que trata o Art. 8º-A da Lei nº 10.177, de 2001, e os Artigos 9º e 9º-A da Lei nº 12.844, de 19.07.2013, nem aos agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), definidos na legislação e no regulamento daquele Programa.

Os encargos financeiros para a situação de normalidade, às taxas previstas em Lei, são contabilizados nas adequadas contas de resultado do Fundo. Sobre os valores vencidos e não pagos, incidem encargos de inadimplemento, pactuados contratualmente, sendo contabilizada, como rendas a apropriar do Fundo, a parcela desses encargos que supera as taxas previstas na legislação.

O reconhecimento da despesa relativa aos bônus é feito concomitantemente com o pagamento dos encargos pelo mutuário.

Nas operações de financiamento no âmbito do Pronaf são aplicados os encargos financeiros estabelecidos pelo CMN, conforme a legislação e o regulamento do Programa constante no Manual de Crédito Rural, Capítulo 10, do Bacen.

- a.3)** A Medida Provisória nº 1.727, de 06.11.1998, e suas reedições, que resultaram na Lei nº 10.177, de 12.01.2001, estipulou em 3% (três por cento) ao ano o *del credere* do Banco, a partir de 1º de dezembro de 1998, nas operações contratadas com recursos do FNE.
- a.4)** A Medida Provisória nº 2.196-1, de 28.06.2001, e suas reedições, que estabeleceu o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, define o que segue, relativamente ao *del credere* a que faz jus o Banco, sobre os financiamentos com recursos do FNE:

 - nas operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero, mantendo-se inalterados os encargos pactuados com os mutuários; e
 - nas operações resultantes de repasses de recursos ao Banco, para que este, em nome próprio e com seu risco exclusivo, realize operações de crédito, o *del credere* será de 6% ao ano.
- a.5)** Na forma do Decreto nº 5.818, de 26.06.2006, combinado com a Resolução CMN nº 3.293, de 28.06.2005, nas operações do Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (Profrota Pesqueira) com empresas de grande porte, com risco compartilhado, o *del credere* do Banco será de 2,5% ao ano.
- a.6)** A Portaria nº 616, de 16.05.2003, do Ministério da Integração Nacional, estabelece que, nas operações de repasses para instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, o Banco faz jus ao *del credere* negociado com as instituições operadoras, respeitado o limite estabelecido na legislação.
- a.7)** Nos financiamentos enquadrados no Pronaf A, A/Microcrédito, B, A/C, Semiárido, Floresta, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012-Custeio não há

incidência de *del credere* em favor do Banco, conforme previsto na legislação e no regulamento do Programa.

a.8) Para as operações de crédito reclassificadas nos termos do Artigo 31 da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, a Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, determina o *del credere* do Banco de 3% a.a. nas hipóteses definidas em seu Artigo 1º, incisos I a IV, e o *del credere* de 6% a.a. nas hipóteses definidas em seu Artigo 1º, parágrafo único.

a.9) Constituem despesas do FNE os valores relativos à taxa de administração a que o Banco faz jus como gestor do Fundo, à remuneração do Banco sobre os saldos dos financiamentos no âmbito do Pronaf A, A/Microcrédito, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido Seca-2012 – Grupo B, Semiárido Seca-2012 – Outros Grupos, Seca-2012-Custeio – Grupo B, Seca-2012-Custeio – Outros Grupos e Demais Pronafs com risco compartilhado, à remuneração do Banco sobre os desembolsos do Pronaf A/Microcrédito, B, Semiárido, Floresta e demais Pronafs com risco compartilhado, ao prêmio de desempenho sobre os reembolsos do Pronaf A, A/Microcrédito, B, A/C, Semiárido, Floresta, Semiárido-Seca-2012 – Outros Grupos, Seca-2012-Custeio - Outros Grupos e demais Pronafs com risco compartilhado, à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa de que trata a Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, e à contratação de auditoria externa, além dos bônus e descontos definidos na legislação.

A taxa de administração, de 3% a.a., paga ao Banco pelo FNE, é apropriada mensalmente à base de 0,25% sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de repasse ao Banco, de repasses a outras instituições conforme Portaria nº 616, de 26.05.2003, do Ministério da Integração Nacional e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf Grupo A/Agroamigo, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido Seca-2012 – Grupo B, Semiárido Seca-2012 – Outros Grupos, Seca-2012-Custeio – Grupo B e Seca-2012-Custeio – Outros Grupos, ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional, consoante Decreto nº 5.641, de 26.12.2005.

A remuneração do Banco sobre os saldos dos financiamentos do Pronaf, a remuneração sobre os desembolsos e o prêmio de desempenho sobre os reembolsos seguem os percentuais e critérios definidos na legislação e no Regulamento do Programa.

b) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo

São apresentados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

b.1) O Caixa e Equivalentes de Caixa são formados pelas Disponibilidades, que representam os recursos livres para aplicação em operações de crédito, e os Recursos Comprometidos com Operações de Crédito, que representam as disponibilidades comprometidas, referentes às parcelas ainda não liberadas das operações contratadas, correspondentes aos valores pendentes de liberação até a data da apuração, acrescidos das liberações previstas para os 90 dias seguintes e de eventuais descasamentos entre os valores a liberar após esses 90 dias e a estimativa de ingressos de recursos no Fundo ao longo desse período. As disponibilidades do Fundo em poder do Banco são remuneradas com base na taxa extramercado, divulgada pelo Bacen.

Especificação	31.12.2017	31.12.2016
Disponibilidades	16.718.997	11.295.787
Recursos Comprometidos com Operações de Crédito	5.871.579	5.369.510
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	22.590.576	16.665.297

b.2) O total das Operações de Crédito é apresentado pelo valor de principal acrescido dos encargos financeiros, retificados por rendas apropriar e pela provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6).

b.3) A Lei nº 13.340, de 28.09.2016, autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas do crédito rural contratadas até 31.12.2011 com recursos do FNE e com mix de recursos de outras fontes com o FNE, estabelecendo, para os casos de liquidação, rebates sobre o saldo devedor atualizado, conforme os critérios ali definidos, autorizando o FNE a assumir os ônus decorrentes da medida.

b.4) São registrados na rubrica “Outros Créditos” os direitos do FNE sobre bens móveis ou imóveis recebidos pelo Banco para amortização ou liquidação de dívidas. Após a alienação dos bens, os valores obtidos na venda são rateados entre o Fundo e o Banco, na proporção do risco assumido, conforme dispõe o Artigo 7º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005.

b.5) Os valores recebidos em Títulos da Dívida Agrária, para o pagamento de créditos concedidos com recursos do FNE, e aqueles recebidos para cobertura de créditos concedidos ao amparo do Proagro, são registrados na rubrica “Outros Valores e Bens” e estão contabilizados pelo valor de face, acrescido da remuneração prevista para cada papel, e são considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

c) Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do FNE tem como origens:

- transferências da União, na proporção de 1,8%, extraídas do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), realizadas decencialmente;
- retornos e resultados operacionais; e
- resultado da remuneração dos recursos do Fundo momentaneamente não aplicados, paga pelo Banco.

d) Isenção Tributária

O FNE goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento livres de qualquer tributo, contribuição ou outro gravame, na forma da Lei nº 7.827, de 27.09.1989 e alterações posteriores.

e) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do FNE é o Real.

NOTA 5 – Fiscalização

O Banco mantém, permanentemente, à disposição dos órgãos de fiscalização competentes, os demonstrativos dos recursos, aplicações e resultados do Fundo, com posição de final de mês. Na forma da legislação, os balanços do FNE, devidamente auditados, são publicados semestralmente e encaminhados ao Congresso Nacional, para efeito de fiscalização e controle.

NOTA 6 – Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas**a) Composição da Carteira de Crédito****a.1) Carteira Total**

Financiamentos	31.12.2017			31.12.2016		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	24.036.066	735.913	24.771.979	23.409.284	625.569	24.034.853
Financiamentos à Exportação	91.487	794	92.281	116.836	6.042	122.878
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	4.124.278	-	4.124.278	4.148.715	127.028	4.275.743
Financiamentos Agroindustriais	949.287	71.686	1.020.973	961.046	75.031	1.036.077
Financiamentos Rurais	19.180.323	867.103	20.047.424	18.720.121	1.053.521	19.773.642
Subtotal	48.381.441	1.675.496	50.056.935	47.356.002	1.887.191	49.243.193
Repasses ao BNB	2.205.467	-	2.205.467	2.012.874	-	2.012.874
Repasses a Outras Instituições	188.458	-	188.458	203.282	-	203.282
Total da Carteira	50.775.366	1.675.496	52.450.860	49.752.158	1.887.191	51.459.349
Provisão	(97.378)	(453.625)	(551.003)	(214.728)	(498.175)	(712.903)
Total Líquido ⁽¹⁾	50.677.988	1.221.871	51.899.857	49.357.430	1.389.016	50.746.446

a.2) Carteira com Risco Integral do BNB

Financiamentos	31.12.2017			31.12.2016		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	5.656	1.975	7.631	7.042	1.724	8.766
Financiamentos Agroindustriais	1.676	-	1.676	1.713	5	1.718
Financiamentos Rurais	194.343	9.786	204.129	293.425	17.385	310.810
Subtotal	201.675	11.761	213.436	302.180	19.114	321.294
Repasses ao BNB	2.205.467	-	2.205.467	2.012.874	-	2.012.874
Repasses a Outras Instituições	140.422	-	140.422	149.412	-	149.412
Total da Carteira	2.547.564	11.761	2.559.325	2.464.466	19.114	2.483.580
Total Líquido ⁽¹⁾	2.547.564	11.761	2.559.325	2.464.466	19.114	2.483.580

a.3) Carteira com Risco Compartilhado

Financiamentos	31.12.2017			31.12.2016		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	23.923.208	725.856	24.649.064	23.285.955	616.912	23.902.867
Financiamentos à Exportação	91.487	794	92.281	116.836	6.042	122.878
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	4.124.278	-	4.124.278	4.148.715	127.028	4.275.743
Financiamentos Agroindustriais	884.982	66.344	951.326	894.660	68.647	963.307
Financiamentos Rurais	11.731.527	470.192	12.201.719	11.045.083	610.346	11.655.429
Subtotal	40.755.482	1.263.186	42.018.668	39.491.249	1.428.975	40.920.224
Total da Carteira	40.755.482	1.263.186	42.018.668	39.491.249	1.428.975	40.920.224
Provisão	(38.577)	(294.780)	(333.357)	(57.520)	(347.426)	(404.946)
Total Líquido ⁽¹⁾	40.716.905	968.406	41.685.311	39.433.729	1.081.549	40.515.278

a.4) Carteira com Risco Integral do FNE

Financiamentos	31.12.2017			31.12.2016		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	107.202	8.082	115.284	116.287	6.933	123.220
Financiamentos Agroindustriais	62.629	5.342	67.971	64.673	6.379	71.052
Financiamentos Rurais	7.254.453	387.125	7.641.576	7.381.613	425.790	7.807.403
Subtotal	7.424.284	400.549	7.824.831	7.562.573	439.102	8.001.675
Repasses a Outras Instituições	48.036	-	48.036	53.870	-	53.870
Total da Carteira	7.472.320	400.549	7.872.867	7.616.443	439.102	8.055.545
Provisão	(58.801)	(158.845)	(217.646)	(157.208)	(150.749)	(307.957)
Total Líquido ⁽¹⁾	7.413.519	241.704	7.655.221	7.459.235	288.353	7.747.588

⁽¹⁾ Para a situação "Normal", foram consideradas as provisões resultantes de renegociações/aquisições e a provisão extraordinária constituída sobre operações de crédito com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Auditoria Interna. Para a situação "Atraso", foram consideradas as provisões em decorrência apenas do atraso.

b) O risco sobre as operações com recursos do FNE está assim distribuído, consoante a legislação que regulamenta os Fundos Constitucionais de Financiamento, o Pronaf e o disposto no Art. 8º na Lei nº 13.001, de 20.06.2014:

b.1) Operações contratadas até 30.11.1998:

- o risco é atribuído integralmente ao FNE; e
- nos repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen o risco é de 100% para o FNE. De acordo com cláusula específica inserida nos contratos de repasses, o risco dos financiamentos concedidos aos mutuários finais é assumido integralmente pela instituição operadora;

b.2) Operações contratadas a partir de 01.12.1998:

- nos financiamentos enquadrados no Programa da Terra, o risco é do FNE;
- nas operações no âmbito do Pronaf A, A/Microcrédito, B e A/C e programas Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012-Custeio, o risco é de 100% para o FNE;
- nos repasses ao Banco, para que este, em nome próprio, realize operações de crédito, o risco das operações é integralmente assumido pelo Banco;
- nos repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, contratados a partir da vigência da Portaria nº 616, de 26.05.2003, o Banco detém 100% do risco. Consoante prevê a citada Portaria, e de acordo com cláusula específica constante dos contratos de repasses, o risco dos financiamentos realizados é assumido integralmente pela instituição operadora;
- nas operações de que trata o Artigo 31 da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o risco é de 100% para o Banco, quando o risco da operação original for integralmente atribuído ao Banco, ou compartilhado, na hipótese de a operação renegociada ter este tipo de risco; e
- nas demais operações, o risco é de 50% para o FNE, cabendo 50% de risco ao Banco, onde são observadas as disposições da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999.

c) De acordo com a faculdade prevista no parágrafo único do Artigo 3º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, na contabilidade do FNE, segue os critérios definidos no inciso I, alíneas "a" e "b", desse mesmo artigo, que determina a constituição de provisão para as parcelas com atraso superior a 180 dias, de acordo com o risco assumido pelo Fundo. A movimentação do saldo da provisão no semestre é demonstrada no quadro a seguir:

Especificação	31.12.2017	31.12.2016
Saldo Inicial da Provisão para Perdas em Operações de Créditos	712.903	689.634
. Risco Integral do FNE	307.956	364.652
. Risco Compartilhado	404.947	324.982
(+) Constituição de Provisão Líquida no Exercício	896.220	951.425
Despesa de Provisão para Perdas em Operações de Crédito	896.220	951.425
. Risco Integral do FNE	317.693	338.893
. Provisão por Atraso/Renegociações	338.313	347.229
. Ajustes de Provisão por Deságio	(20.620)	(8.336)
. Risco Compartilhado	578.527	612.532
. Provisão por Atraso/Renegociações	586.755	622.683
. Ajustes de Provisão de Operações Irregulares	(8.228)	(10.151)
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Exercício	1.058.120	928.156
. Risco Integral do FNE	408.003	395.589
. Risco Compartilhado	650.117	532.567
(=) Saldo Final da Provisão para Perdas em Operações de Crédito	551.003	712.903
. Risco Integral do FNE	217.646	307.956
. Risco Compartilhado	333.357	404.947

d) Em 31.12.2017, encontra-se registrado em Provisão para Perdas em Operações de Crédito o montante de R\$ 31.866 (R\$ 40.093 em 31.12.2016), referente à provisão extraordinária para fazer face ao risco do Fundo em operações de crédito concedidas com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Auditoria Interna do Banco. Nesse caso, foram considerados os saldos das operações, conforme o risco atribuído ao FNE, efetuando-se a complementação para aquelas que já registravam provisão por atraso na forma da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005.

e) Nas Demonstrações do Resultado, as “Receitas de Operações de Crédito” estão registradas pelo seu valor líquido, apresentando a seguinte composição:

Especificação	2º Semestre 2017	31.12.2017	31.12.2016
Rendas de Operações de Crédito ⁽¹⁾	2.159.046	3.981.344	3.514.983
Despesa de <i>del credere</i> do Banco	(643.480)	(1.283.268)	(1.254.708)
Despesa de <i>del credere</i> de Outras Instituições	(1.648)	(3.347)	(3.394)
Despesas de Atualização Monetária Negativa	(11.120)	(38.067)	(3.899)
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações ⁽¹⁾	(289.654)	(539.037)	(25.549)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Operações Contratadas pelo Banco	(511.145)	(1.011.965)	(959.902)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Repasses Lei nº 7.827-Artigo 9º-A	(3.854)	(8.136)	(9.262)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Repasses a Outras Instituições	(865)	(1.732)	(1.884)
Despesas de Rebate Principal Operações com Recursos do FAT-BNDES - Lei nº 10.193, de 14.02.2001	-	-	(1)
Despesas com Outras Operações BNB – Rebate Leis nºs 12.249 e 12.844, de 11.06.2010 e 19.07.2013	(88.611)	(98.006)	(47)
Despesas com Operações do FNE Honradas pelo Banco – Remissão Leis nºs 12.249 e 12.844, de 11.06.2010 e 19.07.2013	-	-	(1)
Despesas com Operações do FNE Honradas pelo Banco – Rebate Leis nºs 12.249 e 12.844, de 11.06.2010 e 19.07.2013	(19.156)	(25.301)	(1.061)
Ajuste de Valores Decorrentes da Alienação de Bens	-	(1)	(10)
Total	589.513	972.484	1.255.264

⁽¹⁾ Contempla os efeitos das renegociações de operações de crédito, com base na Lei nº 13.340, de 28.09.2016 (Nota 4.b.3)

f) Reconhecimento de Perdas e Devolução da Parcela de Risco do Banco

f.1) Não obstante a faculdade prevista no Parágrafo único do Artigo 3º da Portaria Interministerial nº 11, segundo o qual o reconhecimento de perdas na contabilidade do FNE pode ser feito por parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 360 dias, conforme o percentual de risco assumido pelo Fundo, o Banco reconhece as perdas nessas operações considerando as parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 329 dias.

f.2) A devolução ao FNE dos recursos relativos à parcela de risco do Banco é realizada no segundo dia útil após o reconhecimento das perdas pelo Fundo, segundo o critério previsto no inciso II,

alínea "a", do Artigo 5º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, observado o disposto na alínea j.1 precedente.

f.3) No exercício, o Banco devolveu ao FNE recursos no montante de R\$ 664.613 (R\$ 545.667 em 31.12.2016), relativos à parcela de risco do Banco nas operações com valores enquadrados como prejuízo e naquelas liquidadas ao amparo da Resolução nº 30, de 29.04.2010, do Conselho Deliberativo da Sudene (Condel), conforme segue:

Especificação	31.12.2017	31.12.2016
Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005 – Risco Compartilhado	650.118	532.568
Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005 – Risco Integral do Banco	14.495	13.109
Total	664.613	545.677

NOTA 7 – Repasses ao Banco com base no Artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989

O saldo devedor dos repasses realizados ao Banco, mediante Instrumento de Dívida Subordinada, apresenta a seguinte composição:

Especificação	31.12.2017	31.12.2016
Recursos Disponíveis	1.734.734	1.459.779
Recursos Aplicados	470.733	553.095
Total	2.205.467	2.012.874

Em Recursos Disponíveis são registrados os valores momentaneamente não aplicados em operações de crédito pelo Banco, sendo remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen.

Os Recursos Aplicados correspondem aos valores liberados aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco, atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito, na forma da legislação e do Instrumento de Dívida Subordinada firmado.

NOTA 8 – Patrimônio Líquido

- a) As transferências da União no exercício importaram R\$ 6.959.318 (R\$ 7.316.245 em 2016);
- b) No exercício, o ajuste líquido negativo de R\$ 309 (R\$ 541 em 31.12.2016), refere-se a recálculos de encargos sobre operações de crédito.

NOTA 9 - Registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi)

Em cumprimento ao disposto na Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, as informações contábeis relativas ao FNE são disponibilizadas no Siafi, observando as características peculiares do Fundo.

NOTA 10 – Outras informações

I. Medida Provisória nº 812, de 26.12.2017

a) Com vigência a partir de 01.01.2018, a Medida Provisória nº 812, de 26.12.2017, incluiu o Artigo 1º-A na Lei nº 10.177, de 12.01.2001, alterando os encargos financeiros incidentes sobre os financiamentos de operações de crédito não rural com recursos do FNE, os quais serão apurados *pro rata die*, considerando os seguintes componentes:

- a.1) Fator de Atualização Monetária (FAM), composto pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
- a.2) a parcela prefixada da Taxa de Longo Prazo (TLP), apurada nos termos do art. 3º da Lei nº 13.483, de 21.09.2017;
- a.3) o Coeficiente de Desenvolvimento Regional (CDR), definido pela razão entre o rendimento domiciliar per capita da região de abrangência do FNE e o rendimento domiciliar per capita do País, limitado ao máximo de um inteiro;
- a.4) o Fator de Programa (FP), calculado de acordo com o tipo de operação ou a finalidade do projeto; e
- a.5) bônus de adimplência, com fator 0,85, quando a parcela da dívida for paga até a data do respectivo vencimento, e um inteiro, nos demais casos.

b) A Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC), será proporcional ao número de dias úteis transcorridos no mês em que incidirem os encargos financeiros sobre os financiamentos não rurais com recursos do Fundo. Esses encargos financeiros serão apurados de acordo com a metodologia definida pelo CMN e as taxas resultantes serão divulgadas pelo Bacen até o último dia útil do mês imediatamente anterior ao da vigência.

c) A mesma Medida Provisória, incluiu o Art. 17-A na Lei nº 7.827, de 27.09.1989, alterando a taxa de administração do Banco incidente sobre o patrimônio líquido do FNE, que passará a ser apurada conforme cronograma e percentuais a seguir:

- I – três inteiros por cento ao ano, no exercício de 2018;
- II – dois inteiros e sete décimos por cento ao ano, no exercício de 2019;
- III – dois inteiros e quatro décimos por cento ao ano, no exercício de 2020;
- IV – dois inteiros e um décimo por cento ao ano, no exercício de 2021;

V – um inteiro e oito décimos por cento ao ano, no exercício de 2022;

VI – um inteiro e cinco décimos por cento ao ano, a partir de 1º de janeiro de 2023.

II. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco do Nordeste, por meio de reunião realizada em 5 de fevereiro de 2018.

Fortaleza (Ce), 5 de fevereiro de 2018

A Diretoria

OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores do
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE
(Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE (“Fundo”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis apresentadas nas notas explicativas 2, 4 e 6.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para as notas explicativas 2, 4 e 6 às demonstrações financeiras, que descrevem sua base de elaboração. As demonstrações financeiras foram elaboradas pela administração do Fundo para cumprir os requisitos do conjunto de normativos aplicáveis aos fundos constitucionais. Consequentemente, essas demonstrações financeiras podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis apresentadas nas notas explicativas 2, 4 e 6 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Fundo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à

capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Eduardo Wellichen
Contador 1SP184050/O-6

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Ricardo Soriano de Alencar (Presidente) – Alan Gutierrez Brasiliano de Sousa – Jeferson Luis Bittencourt – José Lucenildo Parente Pimentel – Júlio Alexandre Menezes da Silva – Romildo Carneiro Rolim

DIRETORIA: Romildo Carneiro Rolim (Presidente e Diretor Financeiro e de Crédito) – Antônio Rosendo Neto Júnior (Diretor de Negócios) – Claudio Luiz Freire Lima (Diretor de Administração) – Nicola Moreira Miccione (Diretor de Controle e Risco) – Perpétuo Socorro Cajazeiras (Diretor de Planejamento)

CONSELHO FISCAL: Frederico Schettini Batista (Presidente) – Carlos Henrique Soares Nuto – José Mário Valle – Manuel dos Anjos Marques Teixeira

COMITÊ DE AUDITORIA: Manoel das Neves (Presidente) – Carlos Donizeti Macedo Maia (Membro Titular) – Cleber Santiago (Membro Titular)

SUPERINTENDENTE: José Alan Teixeira da Rocha (Controle Financeiro)

CONTADORA: Aíla Maria Ribeiro de Almeida Medeiros – CRC-CE 016318/O-7
